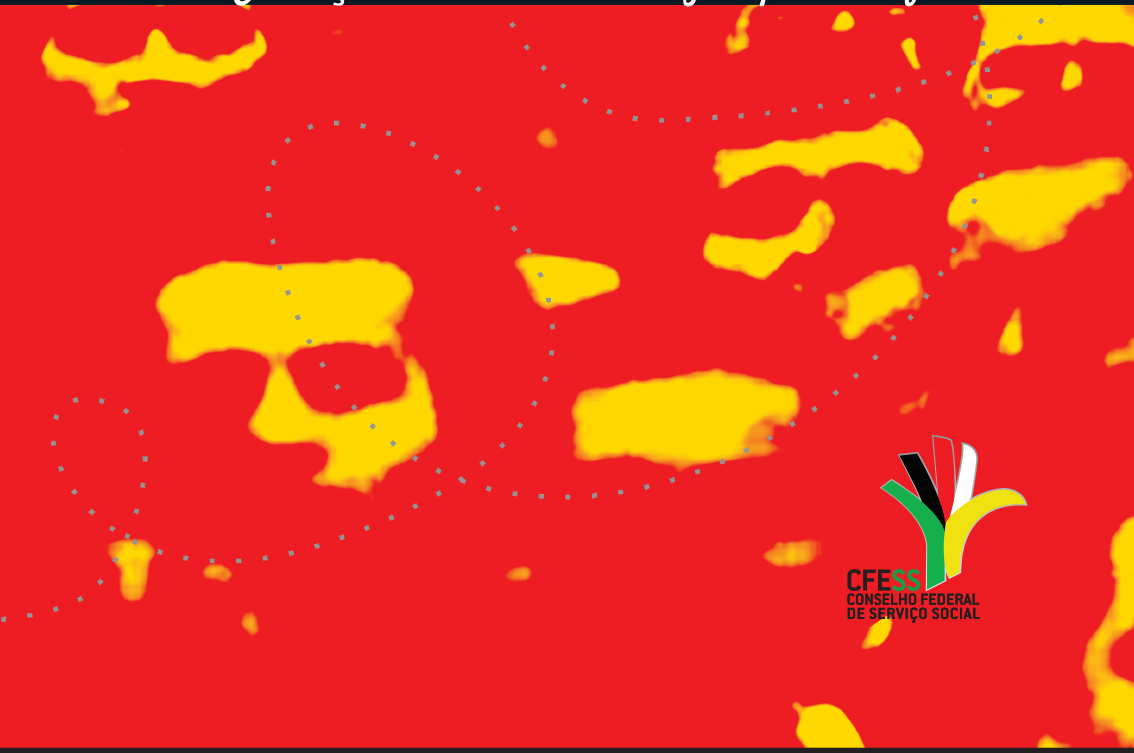
Seminário Nacional

CONGRESSO DA virada

30 ANOS

1979 - 2009

"Começaria tudo outra vez se preciso fosse"



CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

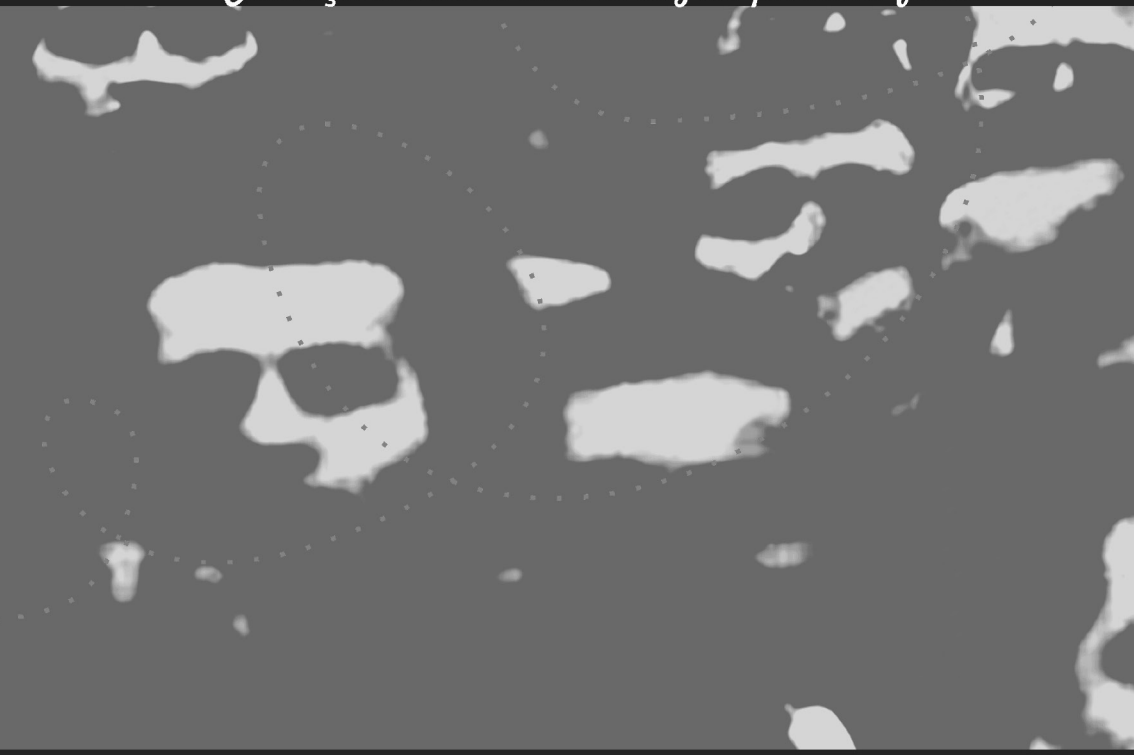
Seminário Nacional

CONGRESSO DA Virada

30 ANOS

1979 - 2009

"Começaria tudo outra vez se preciso fosse"



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C755s

Conselho Federal de Serviço Social.
Seminário nacional: 30 anos do Congresso da Virada / Conselho Federal de Serviço Social. – Brasília : CFESS, 2012.
204p. : il.

ISBN 978-85-99447-14-7
1. Assistente Social - congresso. 2. Assistente Social - profissão - Brasil.
I. Conselho Federal de Serviço Social. II. Título.

CDU 364.442

Catalogação na fonte - Bibliotecário: Luís Sérgio de Rezende Moura – CRB1/DF-1929

Índice para catálogo sistemático:
1. Serviço social 364.442

SEMINÁRIO NACIONAL - 30 ANOS DO CONGRESSO DA VIRADA

Revisão
Assessoria Especial do CFESS: Ana Cristina Abreu
Assessoria de Comunicação do CFESS: Diogo Adjuto e Rafael Werkema

Copidesque
Mione Apolinário Sales

Projeto Gráfico e Diagramação
Viviane Freitas da Silva
www.vivianefreitas.wordpress.com.br

Capa
Viviane Freitas sobre a arte do cartaz do evento, de autoria de Márcia Carnaval
Tiragem
2000 exemplares

Os textos reproduzidos neste livro foram cedidos integralmente pelos/as palestrantes do Seminário Nacional dos 30 Anos do Congresso da Virada, realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2009, em São Paulo (SP). Nem todas as palestras foram disponibilizadas antes da edição desta publicação.

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)

Presidente: Ivanete Salete Boschetti (DF)
Vice-Presidente: Sâmbara Paula Ribeiro (CE)
1ª Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)
2ª Secretária: Neile d'Oran Pinheiro (AM)
1ª Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF)
2ª Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)

Conselho Fiscal
Silvana Mara de Morais dos Santos (RN)
Pedro Alves Fernandes (MG)
Kátia Regina Madeira (SC)

Suplentes
Edval Bernardino Campos (PA)
Rodriane de Oliveira Souza (RJ)
Marinete Cordeiro Moreira (RJ)
Kênia Augusta Figueiredo (MG)
Erivã Garcia Velasco (MT)
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)
Maria Elisa dos Santos Braga (SP)
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
Marylucia Mesquita (CE)

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

Presidente: Sâmya Rodrigues Ramos (RN)
Vice-Presidente: Marinete Cordeiro Moreira (RJ)
1ª Secretária: Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)
2ª Secretária: Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª Tesoureira: Juliana Iglesias Melim (ES)
2ª Tesoureira: Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

Conselho Fiscal
Kátia Regina Madeira (SC)
Marylucia Mesquita (CE)
Rosa Lúcia Prédes Trindade (AL)

Suplentes
Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)
Maurílio Castro de Matos (RJ)
Marlene Merisse (SP)
Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
Alcinélia Moreira De Sousa (AC)
Erivã Garcia Velasco - Tuca (MT)
Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

Sumário

Apresentação **7**

Cerimônia de abertura

CFESS : **IVANETE BOSCHETTI** **11**

CRESS-SP: **ÁUREA SATOMI FUZIWARA** **15**

ABEPSS: **ELAINE ROSSETTI BEHRING** **21**

ENESSO: **JOANA SQUILLACI** **27**

CONLUTAS: **JOSÉ MARIA DE ALMEIDA** **29**

ANDES: **CIRO TEIXEIRA CORREIA** **33**

CMP: **GENILCE GOMES** **37**

Mesa dos depoimentos históricos: ***A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...***

LUIZA ERUNDINA **39**

VICENTE DE PAULA FALEIROS **47**

MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES **51**

JOSEFA LOPES **61**

REGINA MARCONI **67**

MÁRCIA PINHEIRO **71**

LEILA LIMA **77**
CÉLIA FERNANDES VILARINO PEREZ **87**
ALDAÍZA SPOSATI **91**
MARIA INÊS BRAVO **95**
MARIA DO SOCORRO REIS CABRAL **99**
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY **105**
ROSALINA SANTA CRUZ **109**

Palestra : ***A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional***
MARILDA VILLELA IAMAMOTO **115**

Mesa Redonda: ***Desafios do projeto ético-político***
MARIA LUCIA S. BARROCO **139**
CARMELITA YAZBEK **155**
ANA ELIZABETE MOTA **167**
SARA GRANEMANN **173**

Mesa entidades: ***Vida Vamos Nós, E não Estamos Sós: Organização Política do Serviço Social***

CFESS: **IVANETE BOSCHETTI** **189**
CRESS-SP: **AUREA SATOMI FUZIWARA** **195**
ABEPSS: **ELAINE BEHRING** **199**

Programação completa do evento **204**

Apresentação

Este livro reúne os artigos das falas proferidas nas diversas mesas de debate do Seminário de Comemoração dos 30 Anos do Congresso da Virada, realizado pelo CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo (SP), nos dias 16 e 17 de novembro de 2009.

Promovido pela gestão do CFESS *Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)*, em parceria com as demais entidades representativas da categoria, o evento foi palco de histórias, emoções, manifestações, fortalecimento das lutas sociais e reafirmação do projeto ético-político do Serviço Social. O cenário foi exatamente o mesmo em que aconteceu aquele histórico III CBAS, há 30 anos: um Anhembi lotado e fervoroso. Há três décadas, neste mesmo espaço, o Serviço Social brasileiro se somava às lutas dos movimentos sociais, combativos e aguerridos, para dizerem um não ao conservadorismo e construírem uma história de resistências às variadas formas de exploração e opressão do nosso país.

E, se 1979 foi o marco histórico para a profissão, este seminário constituiu-se em um momento de reafirmar os compromissos e as lutas de assistentes sociais de todo o país, fundadas no projeto ético-político profissional, em permanente construção ao longo desses 30 anos.

Diversos movimentos sociais vinculados às lutas da classe trabalhadora estiveram presentes no Seminário. Representantes do MST, da Marcha de Mulheres, do grupo Tortura Nunca Mais, da CSP Conlutas, da Intersindical, do Andes-SN e da Central de Movimentos Populares reforçaram a necessidade da articulação com o Serviço Social.

A mesa "A Chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão" reuniu assistentes sociais que, de alguma maneira, estiveram ligados/as à organização e à Virada do Congresso, em 1979. As falas foram marcadas por um clima de reencontro e emoção, que se expressaram nos relatos dos diversos fatos que aconteceram na época: o contexto político social de 1979, a organização e a mobilização da categoria antes do III CBAS e os detalhes da grande Virada, que desmanchou a mesa oficial com representantes do governo militar e a substituiu pela mesa com representantes da classe trabalhadora.

A outra mesa do primeiro dia do Seminário debateu o Projeto ético-político do Serviço Social de 1979 a 2009, traçando um histórico deste Projeto, que desde a década de 1970 e, sobretudo na de 1980, incorporou a teoria crítica de Marx.

No segundo dia de evento, uma mesa debateu sobre os desafios para o projeto ético-político profissional do Serviço Social. Na parte da tarde, CFESS, CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO subiram ao palco para fazer o encerramento, com apresentação da agenda das entidades da categoria na conjuntura atual. Ficou o sentimento geral de que o Seminário de Comemoração dos 30 anos do Congresso da Virada, mais do que um belíssimo resgate histórico da profissão, foi um momento para a categoria reafirmar seu compromisso na luta contra a desigualdade.

Durante o evento, foi lançado também o livro 30 Anos do congresso da Virada, organizado pelo CFESS e coorganizado pela ABPESS, ENESSO e CRESS-SP. A obra reúne artigos, entrevistas e manifestos acerca do evento, que se tornou o grande marco histórico do Serviço Social.

A referida publicação do CFESS, bem como a que apresentamos agora, vem tentar suprir esta lacuna e contar aos/às estudantes de Serviço Social e assistentes sociais de todo país um pouco da história e do significado do Congresso da Virada para a profissão.

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011/2014)

Abertura

CFESS - IVANETE BOSCHETTI

Bom dia a todos os companheiros e companheiras que estão hoje nesse auditório e também àqueles que não puderam vir, e estão nos acompanhando pela Internet. É com muita emoção e, inclusive, nervosismo, que, nesse mesmo lugar, onde há 30 anos, parte do Serviço Social brasileiro se somava às lutas da classe trabalhadora pela liberdade, saudamos com especial reconhecimento e carinho, todos vocês que vieram comemorar conosco esse momento. Quero expressar meu agradecimento pela presença daqueles que estão nesta mesa, companheiros e companheiras, militantes do Conjunto CFESS-CRESS, por meio de quem saúdo todos/as os/as assistentes sociais brasileiros/as; os/as docentes e pesquisadores/as, a quem saúdo na pessoa da Presidente da ABEPSS; os/as estudantes, a quem saúdo na presença da ENESSO; e os movimentos sociais combativos e aguerridos, representados nesta mesa, que construíram e constroem cotidianamente a história de resistência às mais violentas formas de exploração e de opressão em nosso país.

Em nome do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), faço uma saudação muito especial e com enorme admiração aos/às

profissionais e estudantes, que há 30 anos ousaram se rebelar contra a ordem autoritária. Ousaram corajosamente lutar, viver e morrer pela vida, pela liberdade e pela reconstrução de uma sociedade que estava cindida pelo autoritarismo, pela barbárie e pela tirania que se instalou em nosso país por muitos anos. Aqueles e aquelas que fizeram a Virada e destituíram a organização oficial do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979 e reprogramaram os debates em conexão com a análise crítica da realidade. Redefiniram a utilização dos recursos do Congresso para sustentar as greves da classe trabalhadora, que então lutava pelos direitos e pela liberdade. Com essa decisão, marcaram aquele que viria a ser um dos princípios fundantes do nosso Código de Ética e da Lei de Regulamentação da Profissão: o compromisso com as lutas da classe trabalhadora.

Nossa homenagem e admiração aos que depuseram a Comissão de Honra Oficial, constituída por representações governamentais vinculadas ao Regime Militar e elegeram os/as trabalhadores/as como sujeitos que deveriam constituir a Comissão de Honra. A este grupo que retirou as frases oficiais e afixou neste auditório a frase que aqui hoje reproduzimos, e que simbolicamente expressa essa virada em direção ao compromisso com a classe trabalhadora: “a Comissão de Honra são todos os trabalhadores brasileiros, aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades brasileiras”. Esses/as foram a Comissão de Honra do III Congresso e também são deste Seminário.

Saudamos com emoção todas as pessoas que estão também acompanhando este evento – aqui ou virtualmente - que vieram para fazer desse um momento coletivo de reconhecimento histórico e de celebração da memória. Como diz a música do Gonzaguinha, Pequena memória de um tempo sem memória, “memória de um tempo onde lutar por seu direito é um defeito que mata / São tantas lutas inglórias / São histórias que a história qualquer dia contará de obscuros personagens/ As passagens, as coragens são sementes espalhadas nesse chão”.

Essas sementes, lançadas há 30 anos, romperam a terra, brotaram, cresceram e nos permitiram reconstruir, no Serviço Social brasileiro, a disposição e convicção de mudança de que se alimentavam, desde

a década de 60, as forças de resistência. Canalizaram para o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais as possibilidades objetivas de articulação com movimentos sociais, potencializando condições objetivas e subjetivas para a construção do projeto ético-político do Serviço Social. Aquele momento, 30 anos atrás, condensou e expressou politicamente o que viria a marcar e consolidar este projeto.

Primeiro, a apropriação pelo Serviço Social da teoria crítica marxista favoreceu o enfrentamento do conservadorismo a partir da compreensão da realidade, em toda a sua complexidade e contradição, tal como ela é, e não como se apresenta em suas manifestações mais simples e imediatas. É essa apropriação que contribuiu, ao longo desses 30 anos, para o amadurecimento teórico, ético e político do Serviço Social brasileiro.

Em segundo lugar, permitiu o fortalecimento e o processo de reorganização das entidades da categoria em uma perspectiva combativa. Por um lado, a estruturação do então movimento sindical, com a reestruturação dos Sindicatos de Assistentes Sociais e da ANAS, que, até a década de 80, representavam esta luta combativa: a resistência, a vinculação às lutas classistas, às lutas da classe trabalhadora e a autonomia em relação aos governos e projetos da elite.

Estamos falando da ANAS que, acertadamente, conduziu o seu processo de extinção para fortalecer as lutas classistas e a sindicalização por ramo de produção e por ramo de atividade. Por outro lado, e, sobretudo a partir da década de 70, fruto daquele que foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a reestruturação da ABEPSS vai se manifestar no currículo de 1982 e a reorganização do Conjunto CFESS-CRESS, que passa a assumir um papel determinante no Serviço Social brasileiro e fora dele: nas lutas pela redemocratização, no reconhecimento do trabalho como fundante da vida, na defesa dos direitos como mediação na luta pela emancipação humana e não como o fim último da sociedade burguesa, na construção coletiva dos princípios que foram materializados no Código de Ética de 1986 e 1993 e na atual Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93).

No momento presente, o conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO representam e vêm enfrentando autonomamente as lutas

em defesa dos direitos da classe trabalhadora e dos/as assistentes sociais, e não a luta corporativa e com pouca representatividade nos Sindicatos de Assistentes Sociais. Apesar de se constituir, do ponto de vista legal, como uma autarquia pública, o Conjunto CFESS-CRESS, há 30 anos, não se coloca como autarquia, como órgão público estatal, mas, sim, como uma organização da sociedade, vinculadas às organizações da sociedade civil, às lutas combativas e movimentos sociais que, autonomamente, ousam fazer a crítica, independente de qualquer tipo de vínculo e de relação com projetos da classe burguesa e da elite.

Trinta anos depois, conforme música de Ivan Lins, "vivemos um novo tempo / Apesar dos castigos, estamos atentos, estamos mais vivos./ No novo tempo apesar dos perigos, da força mais bruta, da noite que assusta/ Estamos na luta". Por isso, estamos aqui. É disso que se trata: fazer da memória um fermento para a resistência e o enfrentamento dos desafios que se colocam no tempo presente, que não são poucos, não são simples, não são rasos. Estamos atentos e fortes, para impedir que o esquecimento se transforme em fermento do imobilismo e alimente a recusa da história como processo e como movimento.

O tempo presente, contudo, não é um tempo de alento. É um tempo de crise profunda em todas as dimensões, econômica, social, ética e política. A crise econômica que se estende por todo o mundo atinge com mais crueldade os países da periferia do capitalismo. Ela viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana, a força do capital em sua incontrolável busca por superlucros e superacumulação, destrói direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, tudo mercantiliza e transforma a sociedade em um grande cassino, onde a especulação reina.

Vou pedir, agora, a todas as pessoas que se acomodem nos seus lugares, para darmos início a um momento bastante esperado, em que vamos reconstruir o que se passou há 30 anos, a partir da memória histórica dos sujeitos que participaram na organização no III CBAS, e, consequentemente, da Virada, que depôs a mesa do Congresso.

Abertura

CRESS-SP - ÁUREA SATOMI FUZIWARA

Boa tarde a todas e todos. É com imensa emoção que estamos representando os/as dirigentes e as lideranças do CRESS de São Paulo, que estão espalhados/as em todo o estado de São Paulo. Quero cumprimentar todos/as os/as presentes em nome do Conselho e da Comissão Organizadora e também todos/as os/as militantes dos movimentos sociais, assistentes sociais ou não, que estão acompanhando os nossos trabalhos. Entendemos que essa aliança estratégica e permanente vai nos oxigenar e favorecer as escolhas que já foram apontadas um pouco na mesa.

Também estou muito emocionada e vou realizar algumas partes em leitura. É importante falarmos que, no estado de São Paulo, somos 23 mil assistentes sociais ativos/as. Lidamos cotidianamente com as expressões da barbárie que está posta. A barbárie não está por vir, ela já está posta.

É preciso manifestarmos o nosso agradecimento aos/às funcionários/as tanto do CRESS de São Paulo e do CFESS, que estiveram junto nesta comissão, bravamente organizando essa atividade, que demandou várias reuniões e debates extremamente

democráticos, para que pudéssemos fazer um balanço crítico e real sobre os 30 anos do Congresso da Virada, no sentido da reafirmação dos nossos compromissos.

Queremos enviar um abraço a todos/as os/as colegas e estudantes que estão conectados/as a esse evento nos auditórios de Universidades e Faculdades, defendendo que a formação profissional não visa à chegada a um diploma ou a uma categoria profissional. Acreditamos que é nessa relação cotidiana construída entre estudantes e profissionais, nas tramas difíceis das instituições, e nas relações políticas, que construímos e nos construímos como sujeitos políticos. Queremos reafirmar, portanto, a defesa da qualidade de ensino, dizendo que a nossa bandeira da educação não é mercadoria. Nosso conhecimento é patrimônio da humanidade.

Queria sinalizar ainda que, no ano passado, em 14 de maio, anunciamos um pequeno Seminário estadual em comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada. A partir de uma reivindicação justa no Encontro Nacional CFESS-CRESS - fórum máximo democrático da categoria -, foi debatida a importância desse fato histórico, em que o seu significado para todos os espaços e organizações da categoria. Eis porque estamos, em 2009, debruçados/as neste balanço crítico do Congresso da Virada. Tornarmos o projeto inicial num Seminário Nacional. Então, é com muita honra que o CRESS São Paulo abraçou essa ideia.

A tarefa aqui é a recuperação dessa nossa história e nos encontrarmos principalmente com os protagonistas que prepararam o Congresso da Virada, vindos dos diversos pontos do país e cuja reação política em 1979 expressou-se justamente nessa capital e nesse mesmo espaço. É muito importante para que reafirmemos a nossa necessidade de debate crítico-político, com a consciência de que nada foi em vão. Sabemos que companheiros/as que enfrentaram a Ditadura foram perseguidos/as e torturados/as. Muitos/as tombaram. Portanto, insistimos, junto às novas gerações, que é preciso muito mais ousadia. Afirmamos que não se faz luta sem a memória da luta popular, e essa é uma das pautas que reafirmamos nesse Seminário.

Com essa convicção, dizemos que temos cotidianamente, nas ações do CRESS de São Paulo, nos inserido nas lutas mais amplas da classe trabalhadora. O projeto ético-político profissional que adensamos ao longo desses 30 anos foi construído nessa relação, enfrentando uma série de desafios à sua consolidação, que é o caso atualmente da pretensa democracia em que vivemos, com suas novas roupagens da barbárie e frente ao neoconservadorismo. O legado, portanto, do Congresso da Virada, é permanente e nos fez chegar a este Seminário comemorativo.

Entendemos que foi bastante acertado optarmos em buscar novamente esse espaço do Anhembi, tendo a imensa adesão da categoria pelo país, no sentido de estarem presentes. Representar hoje a categoria no contexto que já foi bem ilustrado pelos/as companheiros/as da mesa enche-nos de orgulho e sempre exige uma grande responsabilidade. Estamos também aqui recebendo novas gerações de assistentes sociais, que terão oportunidade de ouvir e debater os significados ético-políticos da Virada. Estarmos com colegas assistentes sociais que representam os sujeitos coletivos é, sem dúvida, uma intensa emoção.

A emoção de que falamos não é pieguice, mas aquela que mantém a chama acesa, acreditando que não se faz luta, sem escolher de que lado estamos. Se há algo que aprendemos com as Ditaduras no mundo, em especial na América Latina, é que sempre estamos de algum lado. Zememon nos diz: “a utopia é a tensão do presente”. Acreditamos, pois, que é nessa atenção que vamos construir alternativas. A luta social também exige que nos reconheçamos enquanto classe trabalhadora que tanto lutou e construiu compromissos; esses não negociaremos jamais. Muitas vezes entramos em lutas que nos parecem perdidas, mas sempre nos posicionamos de um lado dessa luta.

Temos hoje também na plenária, por exemplo, companheiros/as que compõem o Tribunal Popular, que é uma mobilização nacional que exige a responsabilização do Estado diante das violações dos direitos humanos. Sabemos que as violações vão se tornando mais aperfeiçoadas. A ausência de moradia digna, a ausência de trabalho

e emprego com condições adequadas, privatização e mercantilização dos direitos como saúde são expressões da violência e da tortura. É fundamental dizermos que São Paulo é o estado mais rico do país e insiste em políticas higienistas, na privatização das políticas sociais e na degradação dos direitos dos/as trabalhadores/as.

Não somos instrumentos para aperfeiçoar o sistema punitivo nem para contribuir para outras formas de violência. Acreditamos que é com capacidade humana e construção democrática que ergueremos alternativas que rompam com as raízes de um país escravagista, cujo povo nativo e suas riquezas são exploradas até hoje. A marca colonialista está na mentalidade e na história do povo brasileiro. O termo "coronéis" não persiste por acaso. A criminalização da pobreza em todo o país tem se agravado, em São Paulo. Aqui, portanto, não é diferente. É importante salientar que o grupo de teatro Coletivo Dolores faz "teatro de resistência" em plena democracia. Isso nos diz muito. Em São Paulo (SP), também temos um coletivo, o "Sacolão das Artes", que, por sua expressão artística, vem sofrendo perseguições.

Estamos falando em tempos de democracia. São sinais que nos alertam sobre as estratégias que vão se aperfeiçoando. Portanto, é nesse cenário que lutadores e lutadoras do povo fazem a sua história e é no interior das contradições da construção da história, que buscaremos estratégias e alianças, para que esta busca da consolidação de um projeto societário não aceite que nenhuma forma de violência de classe, etnia e gênero.

Reafirmamos que nós, assistentes sociais, não somos gestores/as da pobreza. Não somos funcionários/as de luxo de políticos/as inescrupulosos/as nem instrumentos de controle do Estado. Somos profissionais que, ao longo da história de construção de um projeto ético-político profissional, afirmam a defesa intransigente dos direitos humanos e a opção de uma opção profissional vinculada à construção de uma nova lógica societária. Vivemos, sim, as contradições impostas pela sociedade capitalista contemporânea, com a mercantilização da vida, com a promiscuidade das relações institucionais que confundem público e privado, reduzindo a esfera pública em favor

da manutenção de interesses privados e privatistas. Na perspectiva da nossa análise, reafirmamos: é no enredo das contradições que buscaremos alternativas, não numa terceira via, mas na busca do rompimento das raízes da opressão.

Reafirmar nossa condição de classe trabalhadora e enfrentar a luta de classe continuam mais atuais do que nunca. Finalizando, a história não tem dono, ela é construída cotidianamente por nós. Para encerrar, gostaria de fazer a leitura de uma poesia de Mário Benedetti escolhida pela diretoria do CRESS de São Paulo para todos/as os/as que acompanham esse Seminário:

Porque Cantamos

Se cada hora vem com sua morte
Se o tempo é um covil de ladrões
os ares já não são tão bons ares
e vida, é nada mais que um alvo móvel
Você perguntará por que cantamos?
Se nossos bravos ficam sem abraços
a pátria está morrendo de tristeza
e o coração do homem se faz cacos
antes mesmo de explodir a vergonha.
Você perguntará porque cantamos?
Se estamos longe como um horizonte
se lá ficar, ficaram as árvores e o céu
se cada noite é sempre alguma ausência
e cada despertar um desencontro
Você perguntará porque cantamos.

Cantamos porque o rio está secando
cantamos porque o cruel não tem nome
embora tenha nome seu destino.
Cantamos pela infância, e porque tudo
e porque algum futuro e porque o povo
Cantamos, porque os sobreviventes
e nossos mortos querem que cantemos.

Cantamos porque o grito só não basta
e já não basta o pranto nem a raiva
Cantamos porque cremos nessa gente
e porque venceremos a derrota.

Cantamos porque o sol nos reconhece
e porque o campo cheira a primavera
porque nesse talo é lá no fundo
Cada pergunta tem a sua resposta.

Cantamos porque chove sobre o sulco
e somos militantes dessa vida
porque não podemos nem queremos
deixar que a canção se torne cinzas.

Portanto, porque a canção não é cinzas, reafirmamos aqui o compromisso da Virada da luta dos/as trabalhadores/as. Um bom seminário para todos/as!

Abertura

ABEPSS - ELAINE ROSSETTI BEHRING

Boa tarde a todas e todos. Queria dizer a vocês que é muito raro eu escrever uma fala de abertura de um evento. Em geral, vou com a sensibilidade do momento, mas no caso desse evento, por tudo o que ele é, pela importância que tem, escrevi. Escrevi, porque não quero perder nenhuma palavra e para não permitir que a emoção me traia, porque é impossível não ficar emocionado diante de todos vocês, ou seja, da história passada, presente e futura que está nesse auditório repleto de estudantes, professores/as e assistentes sociais do Brasil inteiro.

Bom dia, assistentes sociais, professores/as e estudantes, que envidaram todos os esforços para estar reunidos/as nesse Seminário, tão importante para o Serviço Social brasileiro. Nosso cumprimento aos/às militantes e representantes dos movimentos sociais e organizações democráticas e populares que compõem essa mesa conosco, o que nos enche de orgulho e nos mostra que há vida crítica e luta na sociedade brasileira, que não estamos sós, muito pelo contrário. Nosso forte abraço às companheiras e companheiros do CFESS; do CRESS de São Paulo e, em nome do CRESS de São Paulo, de todos os CRESS do Brasil; e da ENESSO, com os/as quais

compartilhamos a jornada dos últimos meses, de construção desse Seminário e relações marcadas pelo respeito, pelo cuidado, pela gentileza e a grande política na cabeça.

É com muita emoção que, em nome da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), dirigimo-nos a esse plenário e cenário histórico de ontem e de hoje, às antigas, atuais e futuras gerações de assistentes sociais, para dizer algumas palavras nesse momento de abertura do nosso Seminário. Este é também um espaço de formação política, ética, acadêmica, isto é, um espaço de formação no sentido mais profundo que essa palavra formação tem. Isso é muito caro para a ABEPSS.

Não estamos aqui reunidas e reunidos hoje e amanhã para uma aula da saudade ou um grande espetáculo; mobilizamos para esse Seminário muitas linguagens: o teatro, as artes plásticas, a música, a poesia, as estratégias multimídias, os depoimentos, conferências e debates, para revisitar e reconstruir aproximativamente – pois esse esforço é sempre aproximativo - os acontecimentos de 30 anos atrás. Porém, aquela era uma conjuntura histórica bastante diferente dessa que vivemos hoje. Viemos aqui, então, para celebrar aquele momento, em que o Serviço Social brasileiro estabeleceu novos compromissos no solo histórico, colocando-se como um/a profissional ao lado dos/as trabalhadores/as para viabilizar os seu direitos e alimentar as suas lutas, e não para controlar e conformar a classe, a partir de uma intervenção profissional integradora e amortecedora dos conflitos.

Estamos aqui para reconhecer a sintonia histórica da profissão com o movimento real e de luta dos/as trabalhadores/as naquele contexto, expressa pelo movimento sindical e pela explosão de movimentos sociais de vários matizes contra a Ditadura. Queremos saudar aquele salto de qualidade em que a categoria se reconheceu como trabalhadora, fazendo a crítica do seu estatuto e liberal e se reconhecendo como trabalho assalariado, o que nos remeteu à participação aguerrida e generosa na organização da classe trabalhadora brasileira, em si e para si, a partir de uma orgânica presença na construção dos seus instrumentos políticos

de luta, que lhe é orgânica até hoje: no ANDES, na CONLUTAS, como foi na CUT naquele momento.

Estamos, assim, entre vocês para lembrar o impacto que a Virada teve na formação profissional, quando, logo após a Convenção da então ABESS, e com uma forte pressão do movimento estudantil, o meio acadêmico sintoniza-se com a mobilização profissional, exigindo um currículo colado nas novas exigências da realidade brasileira. Este processo vai resultar no currículo mínimo de 1982 e, posteriormente, nas diretrizes curriculares de 1996. Estamos, portanto, comemorando os 30 anos dessa singular e especial construção do Serviço Social brasileiro, para a qual se voltam hoje os olhares profissionais da América Latina e do mundo.

Contudo, estamos aqui para muito mais do que isso, lembrando uma belíssima frase da Comuna de Paris de 1871, "estamos aqui pela humanidade". Explico-me, para que essa frase não fique parecendo um afã voluntarista ou um messiânico, que Marilda Iamamoto já desmistificou teoricamente há bastante tempo. Seguramente já ultrapassamos essa fase. Esses tempos são de aflição e não de aplausos, tempos de sono da razão, que nos convocam a todos e todas preocupados/as com o futuro da humanidade, em meio às tendências destrutivas e de barbárie desencadeadas no capitalismo maduro. São tempos que nos requisitam uma profunda reflexão e um balanço da nossa construção histórica, tendo em vista realimentá-la. O objetivo é dar ao projeto ético-político fôlego, vida longa e munição na batalha das ideias e das ruas, ao lado daqueles que persistem nas lutas sociais em defesa de uma sociedade sem exploração e sem opressão.

A redemocratização brasileira, que era o cenário de 30 anos atrás, realizou-se atropelada pelo neoliberalismo, pela persistente falta de remorsos da burguesia brasileira, tão denunciada por Machado de Assis e pelo transformismo que ceifou parte significativa da direção política democrático-popular. Esta última cedeu aos apelos da conciliação de classe, do pragmatismo e do possibilismo, em meio ao recrudescimento das condições de vida e de trabalho dos/as

trabalhadores/as brasileiros/as, no campo e nas áreas urbanas, em especial nas grandes metrópoles, com fortes consequências para a organização política destes sujeitos.

Assim, de 1990 para cá, o cenário tem sido da resistência na defesa das conquistas da redemocratização, de tentativas nem sempre bem sucedidas de aprofundamento dessas conquistas. Nosso esforço coletivo tem buscado realizar as tarefas de uma emancipação política historicamente contida no Brasil, a exemplo da luta em defesa dos direitos da * seguridade social pública e universal; * do SUS; * do SUAS; * da Previdência Social; * da Educação; * da Moradia, dentre outros direitos. Tais direitos foram duramente atingidos pelo projeto neoliberal, especialmente após o Plano Real, quando então se manteve como eixo orientador da economia política brasileira.

Essas tarefas tornaram-se ainda mais árduas e complexas no contexto do deslocamento de parcela da esquerda, que fez concessões imensas aos liberais, semeando a ilusão das políticas focalizadas, como o combate à pobreza, quando, no máximo, realiza-se a sua gestão, articulada à contenção dos/as trabalhadores/as. Este tipo de condução política tem se dado por meio de uma intensa criminalização das lutas coletivas, a exemplo do que vem acontecendo com o MST - o que já foi dito aqui pelo Gilmar -, evidenciando que o Governo Lula aderiu à ideia de que a crise do Estado brasileiro está na Previdência Social, estimulando em contrapartida os Fundos de Pensão e os Bancos.

Desse modo, a política econômica não sofreu nenhuma reorientação consistente, configurando um modelo liberal periférico de crescimento fundado no agronegócio e na reprimarização da economia. Trata-se de um governo que, ademais, difunde a ilusão de que graduação à distância equivale a acesso ao ensino superior, levando milhares de jovens a uma formação banalizada, precarizada e fortemente mercantilizada. Uma formação que rompe com os princípios caros ao processo que desencadeamos em 1979: articulação ensino, pesquisa e extensão, no seio de uma formação crítica, que forma um/a profissional

investigativo/a e propositivo/a. Enfim, tudo aquilo que sabemos que está nas diretrizes curriculares da ABEPSS.

A emancipação política no Brasil tem sido estreitada e amesquinhada nos tempos neoliberais, país que sempre viveu mudanças "pelo alto", modernizações conservadoras e que nos últimos tempos vem sendo marcado pela contrarreforma e pela contrarrevolução aberta ou velada. Nosso projeto ético-político sintonizado com a redemocratização supunha e supõe, em lugar disso, o aprofundamento da emancipação política e a direção estratégica da emancipação humana, como elementos combinados num contínuo permanente. Então, nesse quadro, estamos diante de grandes desafios, ameaças e provocações, em virtude do próprio solo histórico em que esse projeto se constituiu.

Parece-nos que esse é o grande debate, que, de forma corajosa, fraterna e sobretudo democrática, tem sido a marca dessa construção histórica que temos de realizar nesse Seminário, com implicações políticas, acadêmicas e programáticas sobre as possibilidades históricas e ações concretas que estamos realizando ou temos que realizar para dar vida longa a esse projeto. O objetivo é, assim, construir, ao lado de outros sujeitos políticos brasileiros e latino-americanos, um novo cenário mais favorável, tanto para a emancipação política quanto para a emancipação humana.

Estamos num momento de imensa crise de legitimidade do capitalismo, em meio a uma das mais fortes depressões da sua trajetória recente, em que pesem os seus imensos destrutivos e anticivilizatórios esforços de perenização, em que vale tudo: aquecimento global, guerras localizadas, deslocamento de volumes imensos de recursos, por meio do Estado, para salvar instituições bancárias e parasitárias, enquanto há uma imensa crise alimentar no mundo; experimentações científicas junto aos povos africanos e muito especialmente a recomposição do exército de reserva do trabalho, tendo em vista retomada das condições de superexploração e realização da corrida aos superlucros.

O nosso desejo é de que esse Seminário seja um impulso para persistir no caminho que inauguramos em 1979 em plena Ditadura Militar, e mantivemos, ao nos deparar com o neoliberalismo dos anos 90 e do século XXI, enfrentando as formas com que a luta de classes e a correlação de forças se colocam para nós nos dias de hoje. De lá para cá, amadurecemos na análise e na ação, "alimentamos os demônios", como nos ensinava Otavio Ianni, por meio da pesquisa do conhecimento da realidade. Constituímos organizações fortes e combativas, dentre as quais a ABEPSS, que hoje tenho um imenso orgulho de representar nessa mesa.

Quero concluir essa intervenção afirmando que não estamos desarmados/as e desprevenidos/as, nem teórica nem politicamente, para enfrentar essa conjuntura, para explorar as suas contradições e delas extrair a novidade e o futuro. Que os nossos debates sejam profícuos nesses dois dias, que a autofagia que por vezes contamina a esquerda não se aproxime das nossas arenas de discussão. Que as polêmicas sejam enfrentadas na perspectiva da construção de uma sólida agenda comum, reafirmando essa direção política, estrategicamente construída por muitos sujeitos individuais e coletivos e por algumas gerações. Muito obrigada.

ENESSO - JOANA SQUILLACI

Bom dia a todos e todas. Em nome da ENESSO, gostaria de agradecer a todos/as que estão presentes à mesa e dizer o quanto foi fundamental estarmos compondo esse processo todo da Comissão Organizadora, de estarem contando conosco, comigo e meus/minhas companheiros/as do movimento estudantil. Entendemos a importância deste Seminário para história do Serviço Social e da organização da categoria e justamente por isso queremos reafirmar, diante da conjuntura em que vivemos fora e dentro da profissão, o nosso projeto ético-político em articulação com as entidades de luta na sociedade. Conquistamos uma imagem e uma legitimidade nestes 30 anos, fundada nesta "Virada" de 1979, portanto é preciso consolidar cada dia mais um projeto em favor da classe trabalhadora e que reafirme as mudanças que foram fruto daquele Congresso há 30 anos. É fundamental, assim, avançar nas lutas e conquistas do Serviço Social.

A ENESSO, como uma entidade do Movimento Estudantil, reafirma seu compromisso com os/as estudantes e com a classe trabalhadora

na defesa do projeto ético-político. Queremos fazer o convite aqui a todos/as os/as estudantes, presentes ou não, que ainda não se organizam ou participam nos/dos Fóruns, da Executiva, dos encontros, seminário de formação e outras atividades, para que estejam se inserindo nas lutas em defesa de uma formação profissional de qualidade e do projeto ético-político. Obrigada.

Abertura

CONLUTAS - JOSÉ MARIA DE ALMEIDA

Bom dia, companheiros e companheiras. Queria trazer a todas e a todos um abraço e uma saudação em nome da Coordenação Nacional da CONLUTAS. Na abertura desse Congresso, estava refletindo um pouco sobre o convite que nos fez a companheira que abriu mais cedo essa atividade, para que trouxéssemos para cá reflexões para o debate que vocês vão fazer ao longo dos trabalhos desse Congresso. Estava me lembrando de um estudo que foi tornado público recentemente pela Consultoria Bloomberg - uma das Consultorias do Capital Financeiro Internacional -, que nos informa que, de setembro do ano passado até agora, foram destinados pelos governos dos principais países do mundo, a bagatela de 24 trilhões de dólares para socorrer os bancos e as grandes empresas afetadas pela crise da economia que eclodiu no ano passado.

É gritante, companheiros e companheiras, o contraste desse resultado do esforço feito por esses governos, para sustentar os banqueiros e as grandes empresas, com o resultado do esforço feito por esses mesmos governos para reunir os recursos necessários para financiar um programa das Nações Unidas (ONU), desenvolvido

com o objetivo declarado de acabar com a fome no mundo. Isto exigiria recursos de uma ordem mil vezes menor do que esse que eles reuniram em poucos meses - aliás, poucas semanas - no final de 2008; algo menos que 30 bilhões de dólares anuais poderia financiar um programa que erradicasse a fome no mundo.

Portanto, haver 1 bilhão de pessoas que passam fome cotidianamente no mundo hoje – dados de 2009 - é o resultado concreto das opções que se fazem com os recursos que existem na sociedade em que vivemos. Em nosso país, nessa mesma onda, o Governo Federal, de setembro do ano passado até agora, destinou, em termos de recursos públicos, algo em torno de 400 bilhões de reais também para socorrer aqui os bancos e as grandes empresas. Até 19 de dezembro do ano passado, segundo levantamento feito pelo Jornal O Globo, esse número estava em 375 bilhões de reais. Na semana passada, o Ministro do Planejamento disse que era impossível aceitar a aprovação daquele projeto de lei que o Paim aprovou no Senado e que está para ser votado agora na Câmara, o qual assegura um reajuste digno para as aposentadorias dos/as aposentados/as e pensionistas desse país. Sabe qual é o argumento do Ministro? Se aprovar esse projeto, o Brasil vai quebrar, porque não tem recursos.

Eis, novamente em nosso país, a expressão dessa escolha que se faz com a riqueza social produzida pelo povo, pelos/as trabalhadores/as, no nosso país e no mundo. Na verdade, esse é o mundo em que vivemos, governado não pela necessidade das pessoas. Todo o processo de produção de bens, de mercadorias, toda riqueza existente na nossa sociedade, seja fruto dos recursos naturais que o planeta nos oferece, seja a riqueza social produzida pelo trabalho, nada disso é construído e distribuído em função da necessidade dos seres humanos, mas é organizado em função do lucro.

São algumas poucas famílias “trilhonárias” que se enriquecem cada vez mais, ao custo da formação de uma legião de miseráveis, cada vez maior em todo o mundo. É assim que se sustenta o enriquecimento de poucos/as. As políticas sociais compensatórias que existem e são

aplicadas por governos como o nosso, a mando ou sob receita do Fundo Monetário Internacional (FMI), não tem como objetivo acabar com a pobreza. Não é esse o objetivo fundamental dessas políticas como o Bolsa Família e muitas outras; pelo contrário, essas políticas são desenvolvidas como válvula de escape, para evitar que a miséria crescente - produzida por esse modelo de exploração imposto à maioria da população - leve a explosões sociais. Tais explosões, por sua vez, ameaçariam a estabilidade política necessária para a continuidade da dominação política exercida hoje pelo capitalismo.

Essas políticas sociais compensatórias não se destinam, portanto, a acabar com a pobreza, mas, sim, a perpetuar a pobreza, a miséria e a violência que atingem a maioria da população. Por essas razões, vivemos em um mundo que se divide irremediavelmente entre classes: a classe operária, os/as trabalhadores/as, os/as explorados/as de todas as naturezas nessa sociedade, e do outro lado, os/as proprietários/as que se apropriam dos recursos naturais e da riqueza social produzida pelo nosso trabalho. Nessa sociedade dividida em classes, companheiros e companheiras, é preciso fazer escolhas.

Eu assisti ao vídeo apresentado no início das atividades deste Congresso, vendo a foto das Greves de 78/79. Em 1979, fiz parte do comando de Greve dos Metalúrgicos do ABC. Organizamos, a partir de um Congresso que fizemos em Lins, a primeira Greve Geral Metalúrgica do estado de São Paulo, e participei do comando dessa Greve pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Naqueles anos 78/79, os/as operários/as que vinham de alguns anos de passividade perante a Ditadura Militar escolheram o seu lado. Fomos, então, para a guerra contra aqueles/as que nos exploravam - os patrões -, mas também contra o regime de dominação que, naquele momento, era representado pela Ditadura Militar.

Naquele mesmo ano, o Congresso do Serviço Social também fez escolhas, que foi a de desenvolver a profissão ao lado da classe trabalhadora, numa ótica de classe contra a exploração no capitalismo e a favor da libertação da classe trabalhadora desse estado de coisas em que vivemos. Não são escolhas simples. Os/as operários/as, os/as

trabalhadores/as e o povo pobre desse país não têm escolha possível nessa sociedade, a não ser a guerra sem tréguas contra aqueles/as que nos oprimem e nos exploram. Por isso, quando aqueles/as que podem escolher, decidem e fazem uma escolha para se alinhar aos/às trabalhadores/as, como foi feita pelo Congresso do Serviço Social de 1979, o "Congresso da Virada", é algo que tem que ser muito valorizado, porque é uma escolha na contramão de tudo aquilo que determina essa sociedade.

Não deixa de trazer prejuízos e sacrifícios, mas queria dizer a todos/as vocês que, apesar dos sacrifícios que nos trazem escolhas desse tipo na nossa vida, não há por outro lado nada que seja mais compensador. Não há nada que possa trazer mais alegria para a nossa vida do que fazermos parte de uma luta para libertar a classe trabalhadora de toda a exploração e opressão que ela sofre nessa sociedade. Uma luta para construir outro mundo, uma sociedade socialista, onde não haja mais exploração, discriminação racial, nem opressão da mulher ou homofobia; uma sociedade onde todos nós, seres humanos, possamos viver e nos realizar de forma plena.

Queria parabenizar e saudar aqueles/as que, naquele momento, fizeram esta opção, e também a todas e todos vocês, que, nesse momento, dão continuidade a essa opção de luta ao lado da classe trabalhadora. À luta, companheirada! Vamos transformar esse mundo e construir uma sociedade socialista. Grande abraço a todos/as vocês.

Abertura

ANDES - CIRO TEIXEIRA CORREIA

Companheiras e companheiros, é com muita alegria, satisfação e muita emoção que trago a minha saudação e, também, de todos/as aqueles/as que se organizam no Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), aos/às que militam no Serviço Social, nas suas organizações, na categoria e nos mais diversos locais de trabalho nesse país.

Acredito que não erramos, se dissermos que as lutas pelos direitos sociais nesse país e a sua história talvez guardem relação mais próxima com aqueles/as que trabalham na categoria dos/as assistentes sociais, que hoje se reúnem nesse Congresso. A luta pela seguridade social, pelos direitos previdenciários, pelo direito à saúde, à educação e à segurança guardam semelhanças com a história de vocês e desse movimento. Guarda, enfim, relação direta com a história da luta de todos/as os/as trabalhadores/as e de muitas entidades deste país, mas tem um protagonismo da vossa luta.

Essa história alegra-nos e precisa ser fortalecida, pois, se muitos avanços tivemos e se muito temos a comemorar, é também grave

e preocupante que parte significativa daqueles/as que outrora estiveram ombro a ombro conosco nessas lutas hoje se encontram militando no campo oficial, na contramão de todas elas. E é por isso que temos a responsabilidade de fortalecer a nossa unidade, para dar o devido combate a essas políticas que visam promover a antítese daquilo pelo qual lutamos: uma sociedade justa e igualitária, onde tenhamos todos os direitos garantidos a toda a população e não apenas àqueles que têm poder econômico, para se apropriar da riqueza e daquilo que deveria ser direito de todos/as.

Por isso, nesse momento em que abrimos esse Seminário, que vai tratar de como levar avante essas lutas, gostaria de destacar que é com gravidade que vemos os últimos atos do governo federal contar com forte apoio do setor mercantil. Através de sem número de decretos e de legislação infraconstitucional, faz avançar a contrarreforma da previdência, no sentido de precarizar ainda mais as relações de trabalho nesse país. É com muita gravidade que estamos acompanhando a recomposição de uma Comissão Especial no Congresso Nacional, para fazer avançar a contrarreforma universitária, com o intuito de precarizar ainda mais as relações de trabalho nas Instituições Públicas de Educação e abrir ainda mais espaço para a privatização e a mercantilização da Educação.

Não bastasse isso, recentemente o governo baixou mais um decreto, com o objetivo de aprofundar a reforma do Estado e avançar ainda mais na desconstrução do Estado e das funções dos órgãos estatais, no sentido de se desobrigar de promover a inclusão social e se desvencilhar da responsabilidade do governo para com os direitos da população, substituindo essas obrigações pela lógica enviesada dos programas econômicos. No dia 21 de agosto recente, o governo baixa o Decreto 6.944, em que se auto-atribui poderes para interferir na estrutura de todo o Serviço Público Federal, Ministérios e Autarquias, no sentido de poder adequá-los, como é declarado explicitamente no texto do decreto, à estrutura do Plano Plurianual do governo. Isso significa a mais

grave intervenção na estrutura do Estado brasileiro segundo a perspectiva neoliberal, medida que sequer foi sonhada nesse grau por Bresser Pereira, quando começou a se movimentar nesse sentido após a Constituinte de 88. É preciso, portanto, que estejamos atentos/as e unidos/as, no combate e denúncia a essas políticas, para que efetivamente a alegria continue sendo a nossa trincheira e a nossa luta continue guardando relação direta com o conjunto da luta da classe trabalhadora e dos movimentos sociais desse país. Muito obrigado.

Abertura

CMP - GENILCE GOMES

Companheiros e companheiras participantes desse Congresso, é com muito orgulho que venho aqui participar e dar essa saudação. Gostaria de dizer que, a princípio, quem estaria aqui é o companheiro Dito, da Nacional. Quem o conhece sabe que é um companheiro comprometido e muito ocupado, e certamente se ele não está presente, é porque outras tarefas está cumprindo. Vim apenas como participante, porque sou estudante da PUC, do Mestrado de Serviço Social, mas sou militante também da CMP e me deram essa tarefa de representação.

Queria, então, cumprimentar a todos e falar um pouco do clima que vi, quando cheguei, e estava fazendo a minha inscrição. Vi a alegria de todo mundo se reencontrando, tirando fotos e todos/as orgulhosos/as deste momento histórico.

A CMP, na história desse país, junto com os outros movimentos, o MST, por exemplo, tem feito transformações. O principal eixo da CMP é a luta por políticas públicas com participação popular. Alguns/algumas dizem que tem avançado, outros/as dizem que ainda falta muito para avançar, no entanto, essa é a ocasião de avaliarmos toda a luta que temos construído. Sinto que essa

alegria e essa força que nos une nesse momento, essa alegria de ver companheiros de luta, faz com que a CMP tenha e reconheça no Serviço Social um parceiro da luta por direitos.

É com essa alegria que venho, portanto, fazer uma saudação. Queria dizer que amanhã o pessoal do movimento de moradia vai fazer um ato com caminhada lá no CDHU, saindo de vários locais para chegar até a Rua Boa Vista. Então, nós, do movimento urbano, sofremos, e nisso temos uma aproximação com a fala de Gilmar Mauro, quanto a essa questão da criminalização dos movimentos sociais, que acontece tanto no campo como na cidade. As nossas lutas deviam ser reconhecidas como um fato histórico importante desse país - que é a classe trabalhadora, os/as trabalhadores/as da cidade, reivindicando seus direitos de moradia, de saúde, de educação, transporte e tantos outros direitos que sabemos que ainda não são respeitados – no entanto, todas as vezes que essas lutas estão na rua, os/as seus/suas militantes são tratados/as como bandalheiros/as, vândalos/as, como aqueles/as que atrapalham o lucro e a propriedade privada.

Muitas vezes, vemos que a vida vale menos do que a propriedade privada. Constatamos isso por meio da violência que vemos na cena urbana, nas várias favelas desse estado e de vários outros do Brasil. A forma como tem sido tratada a população e os movimentos organizados, em parceria na luta por direitos, revela o quanto esse país ainda precisa avançar nesse sentido. Isso é o que nos une, movimentos urbano, movimentos rurais, todos os sindicatos e partidos e também o Serviço Social. Como falei, sinto-me em casa nesse momento, porque sinto que faço parte dessa luta junto com os/as assistentes sociais. Agradeço, em nome da CMP, felicitando os anos do Congresso da Virada, que foi o momento em que se colocou essa questão de uma luta por direitos e promoveu uma virada realmente. Sinto, porém, que daqui para frente precisaremos ainda fazer muitas e muitas viradas. Muito obrigada em nome da CMP.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

LUIZA ERUNDINA

Estou comovida e bastante emocionada, mas vou tentar não fazer feio aqui.

Quero saudar as colegas e o colega, que compõem a mesa, todos/as muito queridos. Foram em grande medida os/as responsáveis pelo que ocorreu 30 anos atrás no III CBAS. A "Virada" não foi resultado de uma ação individual, nem de uma única liderança, mas de uma ação política de entidades representativas dos/as profissionais do Serviço Social.

Saúdo também todos/as os/as assistentes sociais e estudantes presentes neste ato. Nesta oportunidade, desejo lembrar e homenagear colegas que já não estão mais entre nós e que deixaram marcas e exemplos memoráveis que até hoje nos estimulam a perseverar na luta.

Destacaria, entre outros, a inesquecível e saudosa Maria Odette Lenzi, que era uma profissional, digamos, tradicional, e que se "converteu" politicamente. Não diria que fosse de direita. Ela era

tão boa e generosa que seria impossível considerá-la desse modo. Não obstante não ter experiência política, assumiu, na prática, o compromisso com a luta da categoria e do nosso povo.

Lembro agora um gesto comovente da Odette. Quando íamos participar dos atos da greve dos trabalhadores metalúrgicos do ABC, naquele momento de repressão da ditadura militar, ela se preocupava em levar lenços molhados para nos protegermos do gás lacrimogêneo lançado pela polícia contra a multidão que lá estava, inclusive nós, os/as assistentes sociais da APASSP. Ainda hoje guardo, de lembrança, alguns daqueles lenços. Essa era a Maria Odette; pessoa extraordinária com quem tivemos o privilégio de conviver.

Ela era de uma família de classe média, econômica e socialmente estável, e que, como tal, não tinha motivos para restringir-se quanto ao que comer. No entanto, ela se servia, como qualquer operário, de prato feito, em bares, o chamado "freio-de-mão", a pretexto de, segundo ela, se preparar para os imprevistos da luta. Dizia: "não sei o que virá. Por isso preciso me acostumar a comer de tudo. Até mesmo me preparar, se tiver que passar fome".

Lembraria ainda Beth Souza; grande companheira e que também já partiu, deixando saudade e muita falta à luta da categoria.

Acrescentaria ainda Elma Ribeiro. Foi ela que me introduziu na assembleia, quando tomamos a direção do Congresso, e propôs a moção para substituir a Comissão de Honra, composta pelo General Figueiredo; Paulo Maluf, governador de São Paulo; Jair Soares, Ministro da Previdência; Murilo Macedo, Ministro do Trabalho, que cassou a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, cujo presidente era Lula; e Antônio Salim Curiati, prefeito biônico da Capital.

Como se vê, a Comissão de Honra escolhida pela direção do Congresso era formada pelas principais figuras da ditadura militar dos níveis federal, estadual e municipal. Aprovada a moção apresentada por Elma Ribeiro, eles foram afastados e substituídos pelos sindicalistas cassados; os/as trabalhadores/as demitidos/as e perseguidos/as pelo regime; a Comissão pela Anistia e o Movimento Contra a Carestia.

Não poderia esquecer a colega Sônia Ribeiro, militante aguerrida da luta histórica do povo brasileiro pela democracia; e do processo de transformação do Serviço Social como instrumento a serviço dos/as trabalhadores/as e setores populares da sociedade brasileira.

Aproveito esta oportunidade para agradecer a uma pessoa muito especial. Sem sua ajuda, não teríamos conseguido superar as enormes dificuldades que enfrentamos para construir nossas entidades sindicais. Essa colega fez história em Minas Gerais, no Brasil e na América Latina. Foi quem criou o "Método BH", que representou um significativo avanço do Serviço Social do ponto de vista teórico-prático.

Estudantes e profissionais recém-formados/as, resgatem a história dos/as profissionais de Serviço Social de Minas Gerais e constatarão que à frente deles estava a assistente social Leila Lima. Somos muito gratas a você Leila. O Serviço Social brasileiro lhe deve muito. Que bom que você está aqui, celebrando conosco a memorável "Virada" de 1979!

Ainda há pouco me perguntaram: "O que tem de comum entre este plenário e aquele de 30 anos atrás"? Respondi: Provavelmente o número de pessoas e o clima de efervescência e insatisfação, além do ânimo guerreiro que se manifestava naquele plenário, incutindo força e coragem para resistirmos às ameaças das autoridades do regime de intervir no Congresso. Certamente, não foi fácil conduzir aquele processo.

Uma outra diferença é que, hoje, 40% do público aqui presente são de estudantes, enquanto, no Congresso, havia muito poucos/as, em razão das restrições impostas pelos que organizaram o evento, ou seja, limitar a participação de estudantes, estabelecendo o número de apenas dois/duas por Faculdade. Ademais, a maioria deles/as não podia pagar a taxa de inscrição, que era muito cara, tendo em vista os elevados custos de um Congresso rico e pomposo como aquele.

Após esses 30 anos, lembro-me de como se deu meu envolvimento na luta da categoria, não só em torno das questões específicas da profissão, mas também no enfrentamento de uma realidade social e política que nos desafiava e exigia que nos posicionássemos, do mesmo modo como se deu com os/as trabalhadores/as e amplos setores da sociedade.

As colegas Celinha e Chana foram as responsáveis por me trazerem para essa luta. Eu era professora da PUC, de onde as duas estavam saindo, após concluírem o curso de Serviço Social. Vieram me procurar para propor que eu assumisse a cabeça de uma chapa para reativarmos a APASP, que estava paralisada há 7 anos. Eu respondi que não estava interessada em assumir aquela tarefa. Elas insistiram, dizendo que eu não teria que fazer nada. Bastava dar o nome que elas fariam tudo. Vocês acham que sou de só dar o nome? Então aceitei o desafio e, juntas, fomos reconstruir a APASP.

Naquele tempo, havia sete mil assistentes sociais no Estado de São Paulo e 30 mil no Brasil todo. Então me questionei: "Será que vale a pena dedicar meu tempo para organizar essa categoria? Tem tanto/a assistente social que está contra o povo aí na periferia pobre de São Paulo e no país inteiro"! Mas foi exatamente essa reflexão que me fez entender o seguinte: se são 30 mil assistentes sociais que trabalham junto ao povo, convém estarmos perto deles/as para, pelo menos, tentar neutralizar o que poderiam contribuir para a alienação dos setores populares. Claro que foi injusto generalizar para todos/as os/as profissionais essa avaliação, pois muitos/as eram perseguidos/as por estarem do lado do povo. Infelizmente só compreendi isso depois.

Começamos, então, o difícil trabalho de filiação do número mínimo, exigido por lei, de assistentes sociais para podermos convocar eleições e reativar a Associação, que estava entre as inúmeras entidades sindicais e de representação dos/as trabalhadores/as que tinham sido fechadas pela ditadura.

Criamos uma junta governativa para conduzir o processo eleitoral, o que não foi fácil. Convém registrar que, na época, a direção do CRAS se recusou a fornecer a lista dos/as assistentes sociais do estado, alegando motivo ético. Espero que a ética profissional de hoje não seja a mesma daquele tempo. Tivemos, então, que ir a todas as cidades e a cada local de trabalho para filiarmos os/as assistentes sociais. Após um esforço gigantesco, conseguimos filiar 700 profissionais, ou seja, 10% dos sete mil, que era o mínimo exigido por lei para se convocar a eleição da diretoria da entidade.

Convocada a Assembleia Geral para elegermos a nova diretoria, foi registrada uma chapa única composta por mim, como candidata a presidente, e os outros membros eram Celinha, Chana, Bia, Socorro e Marília, além dos que compuseram o Conselho Fiscal.

Os/as que não acreditavam no sucesso da empreitada criticavam: "essa meninada é muito jovem; estão saindo da faculdade agora". Minha resposta foi: "tenho idade suficiente para completar o que falta a elas". Parece brincadeira, mas não é.

Foram duas batalhas enfrentadas e vencidas a duras penas naquele momento. Fizemos a eleição e elegemos a diretoria. Impõe-se imediatamente outro problema: onde sediar a entidade. No CRAS? Sim, fomos para lá, mas por pouco tempo, pois o Conselho queria livrar-se de nós; eram legalistas demais; "governo" demais. Então, o que fizeram? Exigiram que retirássemos um fichário velho de ferro, muito pesado, herança da antiga APASP, que estava lá. Não tínhamos nem onde guardar as pastas da entidade, quanto mais um espaço para colocar aquele fichário. E não tínhamos dinheiro para pagar o aluguel sequer de uma pequena sala. Resistimos e ficamos mesmo no CRAS, mas a pressão foi tanta que resolvemos sair. Levamos as pastas com os documentos da entidade debaixo do braço e passamos a fazer as reuniões nas nossas próprias casas.

Em seguida, fizemos contato com entidades representativas da categoria de outros estados, tais como: os sindicatos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, por meio das assistentes sociais: Márcia Pinheiro e Regina, respectivamente; com o grupo pró-entidade do Maranhão e outras tantas, num total de 21 que também estavam desativadas. A partir daí, nos reunimos três vezes em encontros nacionais, no ano de 1979, sendo dois realizados em Belo Horizonte, e um em São Paulo, às vésperas do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Este encontro de três dias, realizado na capital paulista, foi o que desencadeou o movimento de contestação e de crítica à organização e programação do Congresso e que culminou com a "Virada", no segundo dia do evento, sob a liderança das entidades sindicais.

Estas atuaram unitariamente, seguindo estratégia aprovada no encontro da capital, e expressa em Manifesto com o posicionamento das entidades sobre o III Congresso, considerado ofensivo, face à realidade vivida pelo país naquele momento.

A ditadura militar continuava viva, embora pressionada por forte resistência de amplos setores da sociedade brasileira. Companheiros e companheiras estavam voltando do exílio, outros saindo das prisões e se juntavam aos/às que saíam da clandestinidade e a todos/as os/as que lutavam pela democracia. Essa conjuntura certamente favoreceu a emergência do movimento que levou à "Virada", criando condições políticas para se denunciar o caráter oficialesco e de propaganda das políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais. Essas políticas foram discutidas e propagandeadas pelos/as participantes das mesas de debates do Congresso, todas elas compostas por técnicos/as dos órgãos públicos. Enquanto isso, assistentes sociais estavam sendo perseguidos/as e punidos/as com demissões, como os casos dos que trabalhavam no INOCOOP; na prefeitura de Guarulhos e na de São Paulo; e na FMU e Faculdade Paulista de Serviço Social.

Depois de tudo isso, ainda restam muitas lutas a travar e, para tanto, nos falta um instrumento adequado para lutarmos em defesa dos interesses dos/as assistentes sociais, tais como: o direito ao emprego; um piso salarial; a redução da jornada de trabalho. Ao mesmo tempo, devemos denunciar os "cursos à distância" mantidos pelas faculdades particulares, com baixo custo para elas e sem a presença dos/as alunos/as para reclamar um ensino e uma formação de qualidade.

Ademais, o povo está desmobilizado e sem o apoio de profissionais que, organizados/as em entidades de classe representativas, fossem parceiros na luta em defesa de políticas públicas que atendessem aos direitos sociais e de cidadania da nossa população.

Embora estejamos na era da revolução tecnológica, sobretudo no setor das comunicações, que foi profundamente impactado pela digitalização e convergência de plataformas tecnológicas, os

problemas das classes populares, relacionados às suas condições de vida, são praticamente os mesmos de 30 anos atrás. Há pessoas morando nas ruas, vítimas de perseguição e de violência, sendo, até mesmo, assassinadas. Crianças pobres estão usando crack nas praças e ruas de nossas cidades. Adolescentes são explorados/as e incluídos/as nos pacotes turísticos para o primeiro mundo.

E o que temos a ver com tudo isso? Será que nada?

Desculpem a contundência desta minha fala. Decorre da experiência política que se faz com ideias, organização e ação. Foi o que fizemos naquele tempo; há 30 anos. A "Virada" não fomos só nós que fizemos; foi o povo que nos empurrou para ela. Precisamos, então, dar uma "prega" nesses trinta anos que se passaram e refazermos os caminhos da profissão. Não basta ter um currículo acadêmico moderno e avançado, se não repercutir na formação e na prática profissional.

Não sei qual é a atual política de estágios, comparado ao que se fazia no passado e que possibilitava o contato do/a estudante com a realidade da população e com os movimentos populares, além de contribuir decisivamente na formação profissional.

Ademais, temos que nos organizar politicamente em entidades de classe e, até mesmo, participar de partidos políticos, se esse for o nosso apelo.

Entrei na política partidária a partir da militância no movimento sindical da categoria. Entendi, na época, que o movimento sindical, embora muito importante, era insuficiente, como ainda hoje o é, como instrumento de transformação da sociedade, no interesse dos/as trabalhadores/as e dos setores populares.

A ação política é condição para a mudança da realidade e há muito ainda a mudar em nosso país. Somos educadores/as sociais e sujeitos políticos e, como tais, temos a responsabilidade de contribuir com o processo de mudança da nossa sociedade, com vistas a incluir amplos segmentos da população no acesso aos direitos sociais básicos.

Só uma coisa é permanente e dela não podemos abrir mão: os sonhos e utopias que nos inspiraram e a tantos outros/as que participaram da história que ora comemoramos.

Por fim, renovemos nosso compromisso com o povo, fonte de inspiração e razão de ser do Serviço Social e da nossa opção profissional.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

A pedido dos/as depoentes, vamos continuar agora com o depoimento do professor Vicente de Paula Faleiros, que foi palestrante durante o III CBAS. Recém-chegado, naquele momento, ao Brasil, em junho de 1979, de um exílio de nove anos: primeiro no Chile, depois na Holanda e em seguida no Canadá. Faleiros retornou ao Brasil no contexto da Anistia. Ex-preso político, foi condenado no Brasil em razão de sua militância na luta contra a ditadura, junto à organização Ação Popular (AP). Ex-preso político no Chile, após o golpe de Pinochet, foi expulso daquele país. Em novembro de 1979, portanto, recém-chegado ao Brasil, era professor "horista" do curso de Serviço Social na PUC-SP e colaborou com debates na Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo. Por favor, Vicente Faleiros.

VICENTE DE PAULA FALEIROS

Companheiras/os de luta, estudantes, demais companheiras e companheiros, vou ler meu depoimento, porque é muita emoção relembrarmos aquele momento, quando os/as representantes do movimento operário, da Anistia, das lutas urbanas, das lutas

pela saúde, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) entraram no recinto do III Congresso, num movimento de reversão do símbolo da ditadura, à presença de representantes do Governo Federal no III Congresso. Todo o público se colocou de pé em aplausos à expressão de uma correlação de forças emergente. A força da memória é coletiva. O CFESS, neste momento, com o CRESS de São Paulo, rememoram coletivamente um ato coletivo acontecido em 1979.

Celebramos essas jornadas de lutas e de sonhos por um mundo de justiça, igualdade, inclusão, sem dominação do homem sobre o homem, sem exploração, sem grilhões que nos atem ou que favoreçam a escravidão, o preconceito, a intolerância, a discriminação, a violência, a fome, o sofrimento e a injustiça. Luta e sonho que continuam vivos.

Nossas mãos, nossos pés, nossos corpos juntos com os nossos sonhos nos fazem juntar forças para abrir caminhos na barbárie, clareiras na escuridão do medo, acender a chama da esperança, soprar as cinzas do desânimo, inventar o mundo da emancipação humana, esse sonho de milhões de seres humanos que, na forja da sua luta, buscaram o socialismo e a liberdade, a igualdade e a justiça, as condições de vida digna e a felicidade. Esse sonho foi sonhado por muitos/as que deram sua vida, seu sangue, seus gritos sob a tortura, seus corpos feridos, seus empregos, sua Pátria, seus amores para que a terra fosse amorosa, para que os dias fossem amorosos, as políticas redistributivas, o Estado de direito, a pobreza eliminada, as autonomias respeitadas, a vida dignificada.

Esse sangue, essas lágrimas, essas perdas atravessam os anos, podem sumir na repressão, nas ditaduras, nos infernos insondáveis da brutalidade, mas podem se tornar rios torrenciais, aprendizados de ser gente, de ser solidário.

Hoje é um dia de desencavar, de abrir fendas da memória, para reencontrar o grito, a luta, a pressão e a força de um povo, de uma classe que nunca foi subalterna, que disse não aos invasores, ao

dominante, que muitas vezes se fez sedutor, com missangas de um outro mundo, para saquear este mundo mais próximo.

Um povo que, muitas vezes, teve que baixar o tronco para que não lhe decepassem a cabeça, resultando que a Colônia foi descolonizada, o Império implodido, a falsa República desmontada, a Ditadura de Vargas e a Ditadura Militar de 64 derrubadas, mas não caíram por si mesmos. Perderam, na crítica e oposição da sociedade e por seus fracassos, seus laivos de legitimidade, de um discurso pacífico, sob uma realidade sangrenta, perderam o engodo do apregoamento da democracia para fora, desmascarada e abatida nas próprias entranhas das urnas dos partidos estabelecidos pela Ditadura. Perderam a razão no arbítrio da tortura, perderam sua fonte de sustentação nas greves. As greves do ABC feriram o coração das multinacionais e mostraram que os/as trabalhadores têm incidência nos processos de trabalho e na organização política.

O capitalismo só tem limite, quando a classe trabalhadora lhe impõe um freio. Hoje, comemoramos os sonhos que não morreram. Por nossos/as companheiros/as, celebramos um encontro com o presente, com as lições do passado, lições que aprendemos na rua, juntando os fios da história e das lutas.

Quando, neste auditório do Anhembi, os/as companheiros/as da luta operária, da luta pela Anistia, das lutas urbanas ocuparam os lugares dos Ministros da Ditadura, o Serviço Social estampou a rede que foi construída com o suor e o sangue de muitos/as, com a força da razão e o calor de muitas mãos unidas.

Naquele momento, ampliou-se nossa aprendizagem coletiva, aprendemos a fazer nossa a voz dos/as oprimidos/as, aprofundar as particularidades na relação com a totalidade, a unir cidadania com emancipação, a juntar democracia com participação, a buscar direitos com efetivação, aprendemos com a crítica ao opressor, a entender a complexidade na complicação, a diversidade na equidade, a diferença na igualdade. Aquele momento acendeu a chama que era a brasa, o fogo das contradições para acumular forças nos ventos adversos,

forjando pactos na provisoriedade e na pericibilidade da história, pois reaprendemos que somos sempre históricos, movidos por sonhos e por condições concretas, pela “virtú” (vontade) e pela “fortuna” (condições), pela organização e pelo movimento, pela transformação do mundo e a transformação de nós mesmos.

Ao transformar as relações de poder, aprendemos a ver nosso próprio poder para exercê-lo. Essa perspectiva foi a tocha do movimento de reconceituação que incendiou academias, depois que as ditaduras haviam queimado livros, na ilusão de eliminar ideias. Se a chama cresceu, foi porque a mantivemos acesa em muitas frentes, juntando a organização com a crítica, pois a crítica é vã sem força; juntando a ética com a pressão, pois a ética é símbolo abstrato sem a pressão concreta. Companheiras e companheiros, não alcançamos o sonho, mas sem ele não teríamos rumo. Nossas mãos estão calejadas, às vezes separadas, mas temos o jeito de juntá-las. A pobreza ficou menor, mas a desigualdade persiste, o que importa é não desistir. Obrigado.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Vamos passar a palavra, agora, para a última depoente desta tarde, que vai fazer o fechamento. Gostaríamos de chamar a professora Maria Beatriz Costa

Abramides. Assistente Social na época do INOCOOP, ela continua até hoje dirigente sindical. Na época, foi dirigente sindical da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP).

Participou do III Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que antecedeu o III CBAS, atuou na direção da CENEAS na gestão de 79-83 e foi Presidente da ANAS de 1985-87 e de 1987-89.

Em 1979, participou do Movimento Grevista dos Funcionários Públicos Municipais de São Paulo. Então, professora Bia Abramides, a palavra é sua.

MARIA BEATRIZ COSTA ABRAMIDES

Boa noite moçada que está nos vendo pela Internet. Boa noite para todo mundo que está aqui nesse evento. Nesse momento, já

chorei, pulei, bebi água, voltei para cá e minhas companheiras já falaram muitas coisas significativas, mas quero também dar o meu depoimento do que foi aquela experiência.

Em primeiro lugar, dizer que o ano de 1979 não começa em 1979, nem tampouco acaba em 1979. Temos que pensar que esse ano que foi um marco, no que vem antes dele e a perspectiva que se afigura para frente, depois de 2009.

Por que digo isso? Por que só podemos entender a organização político-sindical daquele período articulada à luta de classes nesse país. A luta contra ditadura, a luta anti-imperialista, a luta anticapitalista na direção da luta socialista, a partir da autonomia e independência da classe trabalhadora em relação ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos.

Distintamente do sindicalismo corporativista, que vinha da Carta del Lavoro (1927) de Mussolini, colocava-se para nós a oportunidade de construir um Sindicato dos/as Assistentes Sociais, longe da perspectiva corporativista, logo, inteiramente acoplado à luta dos/as trabalhadores/as.

Naquele momento, a classe trabalhadora retomava um sindicalismo, autônomo, de massas, livre, de base, de ação direta com as grandes mobilizações e greves sob a direção da classe operária, configurando-se em um sindicalismo classista.

Este forte e combativo movimento sindical impulsionou, de norte a sul deste país, que trabalhadores/as de outras categoria profissionais se somassem às lutas operárias e às lutas populares.

A categoria dos/as assistentes sociais, na retomada de suas organizações sindicais, a partir de 1977, se alinha, desde o primeiro momento, a esse sindicalismo classista.

Para transformar as Associações Profissionais de Assistentes Sociais (APAS) em Sindicatos, era necessário 20% de profissionais filiados/as à entidade, e a cada ano tínhamos que correr mais para conseguir a filiação, frente ao novo número de formandos/as.

Hoje, cinco pessoas podem fundar um sindicato. Infelizmente, voltam a existir, nesse país, os sindicatos cartoriais, ampliando os sindicatos de fachada, sem base e mobilização reais.

Um outro aspecto importante, também já colocado aqui: debatíamos, à época, se queríamos ou não o apoio do CELATS e questionávamos, será que vamos assumir o apoio da Fundação Konrad Adenauer, da Social Democracia, que apoia financeiramente o Centro Latino Americano de Trabalho Social (Celats), por meio de projetos.

Era uma questão que nos preocupava, mas vivíamos rediscutindo com a companheira Leila Lima Santos, da coordenação do Celats, a autonomia política das entidades e o apoio político, não só para as organizações sindicais, mas para todo o plano de resistência e luta na América Latina. Assim como hoje, acabamos de sair do Encontro Latino-americano em Guayaquil, na Colômbia, promovido pela Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), e nos posicionamos firmemente pela retirada das tropas brasileiras do Haiti, posicionamo-nos firmemente pela autonomia do povo em Honduras e de todos os povos, posicionamo-nos firmemente contra a base militar na Colômbia, posicionamo-nos firmemente contra o ensino à distância e contra a mercantilização e destruição do ensino nesse país e continuamos a defender um sindicalismo classista, autônomo, independente e de lutas.

Portanto, quero chamar a atenção para o fato de que há elos entre a luta desenvolvida em 1979 com a luta que travamos em 2009.

Não cabe retomar a história da organização política em sua mera cronologia, mas compreendê-la como uma organização autônoma, independente e classista no processo da luta de classes.

A autossustentação financeira, para nós, era uma questão política, como ainda é até hoje, no plano da luta pela autonomia e liberdade sindical.

No primeiro encontro de entidades sindicais em 1978 em Minas Gerais, éramos quatro entidades: o Sindicato de Minas Gerais, a APAS-

Goiás, a APAS-Bahia e a APAS-São Paulo. No segundo encontro, em Minas Gerais, também em 1978, já éramos oito entidades sindicais e tiramos uma estratégia de ação com a realização de uma Pesquisa Nacional sobre Condições de Trabalho, Salário e Carga Horária dos Assistentes Sociais. A luta pela conquista do salário mínimo profissional, com o piso de dez salários mínimos, e pela jornada de trabalho de 30 horas semanais.

O projeto de Lei nº 4.645/1984, que tratava das condições de trabalho, salário e carga horária dos/as assistentes sociais, foi barrado pelo então Senador Fernando Henrique Cardoso e, posteriormente, vetado pelo então Presidente de plantão, o senhor José Sarney, em 1986, este mesmo senador contra o qual hoje nos opomos veementemente, pelos seus vínculos com a corrupção nesse país.

Vinculados/as ao movimento sindical, estivemos na I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em 1981, em que disputavam dois grandes blocos políticos que expressavam visões distintas na luta sindical: uma tendência era composta pelos pelegos e arquipelegos, que os reformistas apoiaram, a chamada Unidade Sindical, e a outra vertente, classista e de lutas, formada pela Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS), que em 1983 funda a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Desde o primeiro instante, as associações e sindicatos de assistentes sociais, majoritariamente, estiveram na ANAMPOS e na CUT, em seu período classista e de lutas.

Por que estou trazendo isso? Porque a organização sindical dos/as assistentes sociais esteve colada à organização dos/as trabalhadores/as, como parte da classe trabalhadora, em nossa condição de assalariamento, nesse processo de organização político-sindical.

E é nessa ambiência sócio-histórica e política, da efervescência da luta de classes neste país, que se criam as condições objetivas e subjetivas do Congresso da Virada.

É a partir do segundo encontro de entidades, em 1978, que dirigentes sindicais da categoria, por deliberação coletiva do fórum das entidades,

viajaram de Norte a Sul do país, para apoiar a organização sindical dos/as assistentes sociais nos estados, em reuniões com a categoria.

Entre elas, estavam as companheiras aqui presentes como: Regina Marconi, Célia VIlarinho, Socorro Cabral, Luiza Erundina, Chana Viner, Márcia Pinheiro e eu, entre outras.

No III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, preparatório ao III CBAS, em 1979, éramos 22 entidades sindicais e pré-sindicais, oposições sindicais, núcleos pró-associação e associações culturais nas capitais e interior dos estados em todo o país.

Nesse encontro, entre outras pautas, preparamos a intervenção política das entidades sindicais para o III CBAS e criamos a Comissão Executiva Nacional das Entidades Sindicais e Pré-Sindicais (CENEAS).

Não podemos - e as minhas companheiras já lembraram isso aqui - pensar a virada no III CBAS, como uma somatória de ações de lideranças, em um movimento espontâneo. O "Congresso da Virada" foi fruto de uma organização articulada com uma direção política. Chegamos para o III Congresso com o Manifesto das entidades sindicais, sob a direção da CENEAS, e também nos dividimos para uma intervenção nos grupos.

Eu, por exemplo, era da área de habitação, enquanto outros/as companheiros/as, que eram da área da saúde, da previdência, da assistência e assim sucessivamente, se inseriram nos grupos de suas áreas profissionais, e percebíamos, não à toa, uma insatisfação dos/as profissionais naquelas plenárias setoriais. Ali se encontravam companheiros/as que vinham da luta de resistência, outros/as já tinham vivido no exílio, outros/as já estavam desenvolvendo experiências profissionais nos marcos da ruptura com o conservadorismo, de compromisso com as lutas sociais que, a seguir, foram detonadas, como a do INOCOOP-SP, com a demissão de profissionais, outros/as estavam nas universidades, construindo um projeto de formação profissional com direção social.

No caso do INOCOOP, tínhamos articulação na questão da habitação em plano nacional com o apoio do CELATS, no que se refere

às experiências profissionais no quadro da renovação da profissão. Os/as companheiros/as que estiveram nas APAS e Sindicatos, nas comissões e grupos de apoio, de sindicalização, da luta pelo salário mínimo, na logística para a questão financeira, em que vendíamos cartazes para poder nos organizar, porque não tínhamos recurso algum, configuravam a base organizada de um sindicalismo vivo, atuante e estiveram presentes no Congresso da Virada.

Essa insatisfação possibilitou que fizéssemos assembleias massivas, permanentes, coordenadas pela CENEAS, e se constituísse um novo congresso dentro do Congresso, que passa a ser outro, o Congresso da Virada.

Algumas companheiras vieram depois com a Associação Nacional dos Assistentes Sociais (ANAS), a nossa legítima Federação Sindical, fundada em 1983, que substituiu a CENEAS, bem como de seu Conselho de Representantes. Uma experiência sindical da mais ampla democracia.

Tínhamos posições diferentes no interior da CUT, num campo de esquerda, e tínhamos convenções na ANAS, com disputa de posições majoritárias e minoritárias, adotando o critério da proporcionalidade na composição das direções sindicais. Hoje, grande parte do sindicalismo se constitui em um bloco homogêneo de pensamento único, o que nega a democracia operária.

A ANAS e os Sindicatos de Assistentes Sociais, majoritariamente, se extinguiram no final dos anos 80, início dos anos 90, por uma decisão da categoria em nosso Congresso Sindical Nacional e na base dos sindicatos estaduais, a partir do II Congresso da CUT, em 86, que deliberou pela construção e inserção nos sindicatos por ramo de atividade econômica e não mais por categorias.

No período da ditadura, na geração 68, ocorre a última gestão da ENESSO, quando a ditadura reprime o XXX Congresso da UNE, somos todos/as presos/as e nossas entidades estudantis e sindicais são fechadas.

Decorrente da repressão da ditadura militar, não conseguíamos trabalhar, porque éramos delatadas/os por estarmos na Lei de

Segurança Nacional. No processo das grandes mobilizações, a partir de 1978, na luta pela democratização, avançou-se muito na luta política, com debates de posições.

Hoje essa coisa aparece de forma camuflada, sob a égide da democracia. Se não desmistificarmos quem é quem na disputa por projetos, podemos cair no ecletismo, na ideia de que tudo é consenso.

Os blocos, as tendências e as posições políticas estão legitimamente postos, independentemente de suas posições serem no interior da categoria e para além da categoria profissional, no movimento mais geral da luta de classes. Trata-se de um processo permanente de luta pela hegemonia.

Outro aspecto que me parece fundamental é trazer o debate no qual estamos hoje: os movimentos sociais estão sendo criminalizados no país. Na cidade de São Paulo; na Zona Leste, crianças são retiradas brutalmente de suas mães em relação à vitimização dessas famílias.

Naquele momento como hoje, o movimento de moradia lutava pela terra, e havia na cidade de São Paulo o Decreto 15.086, que previa que os/as assistentes sociais, juntamente com a polícia, deveriam retirar os/as moradores/as das terras ocupadas nas favelas.

A partir da APASSP, iniciamos um amplo movimento com os/as moradores/as de favelas e, fruto de uma luta árdua, conseguimos engavetar o processo de um prefeito biônico.

Hoje, na cidade de Campinas (SP), os/as assistentes sociais estão sendo obrigados/as a retirar a população em situação de rua. Temos que rechaçar claramente essa política.

As Universidades estão ampliando o ensino à distância, o caminho mercantil está se aprofundando. Temos que dizer não ao ensino à distância. Temos que dizer não a essa forma que leva a uma massificação para atender aos interesses do Fundo Monetário Internacional, em detrimento da democratização e do acesso e permanência no ensino.

Então, essas questões, como dizia Luiza Erundina, nos dizem respeito e a luta de resistência contra a precarização do ensino e do trabalho e das contrarreformas em curso, que destroem direitos historicamente conquistados, tem se constituído em deliberação dos congressos da categoria.

Os recursos públicos que, na realidade, deveriam estar voltados para as políticas sociais, são utilizados para pagar a dívida externa que não foi contraída pelos/as trabalhadores/as, numa submissão ao imperialismo e ao grande capital internacional.

Pensar o legado do III CBAS é pensar e repensar cotidianamente, como profissionais e estudantes, nosso projeto ético-político profissional.

No passado, os/as estudantes, além de terem uma participação restrita no CBAS, em razão do caráter autoritário determinado pela representação oficialesca da ditadura militar, não tinham ainda retomado a sua organização.

Somente a partir do IV CBAS, em 1982, sob a direção da CENEAS, foram possíveis essa retomada e essa articulação com o movimento estudantil.

Por último, gostaria de lembrar que o Conjunto CFAS-CRAS nos coibia, não nos possibilitava informações a respeito dos/as assistentes sociais, sua direção estava com o setor conservador e tecnicista da profissão. A direção nacional era feita por indicação dos/as que já compunham as direções estaduais ou profissionais por eles/as indicados/as, sem processo de eleição.

Tiramos, assim, uma política deliberada no campo da esquerda, a partir das entidades sindicais estaduais - sindicatos e APAS, e nacional - CENEAS/ANAS, para assumirmos, de norte a sul desse país, os Conselhos Regionais, disputando as eleições e construindo um processo de eleições diretas para o Conselho Federal, o que levou a um processo de democratização dos conselhos. E por último, chegar nesse Anhembi no III CBAS, em 1979 não foi fácil; perguntávamo-nos: vamos entrar com um manifesto? Mas como é que a categoria poderá responder?

Por isso, adotamos a estratégia de irmos aos grupos e percebermos aqueles elementos que já traziam uma organização dos/as assistentes sociais na saúde, na educação, na habitação, na luta pela creche direta, contra as mães crecheiras, no apoio às lutas sociais no campo e na cidade que estavam em curso.

Em São Paulo (SP), lutamos contra a ação de um coronel, secretário municipal, que passou por cima das reivindicações dos/as moradores/as da Gleba do Pêssego da Zona Leste, na luta pelo direito à terra, e ocupamos uma secretaria. Profissionais e movimento social em uma luta conjunta.

A nossa ação direta não era uma ação espontaneísta, mas sim uma estratégia política, num momento de ascenso da luta de classes. Temos que pensar, nesse momento, que parte das direções do movimento social e sindical foram cooptadas, sucumbiram. A CUT hoje se tornou uma central sindical estadista, governista.

O que nós, assistentes sociais, em nossos locais de trabalho, estamos fazendo para que o Sindicato de trabalhadores/as em serviço público, no qual 68% da categoria se insere, não seja um sindicato “cidadão”, reproduzindo aquilo que seria papel do Estado, mas retomando a organização, o plano de lutas, em uma perspectiva de um sindicalismo de lutas, combativo classista, como foi colocado aqui?

Esse horizonte deve orientar não só o presente, mas contemplar uma perspectiva histórica de uma sociedade emancipada, uma sociedade onde igualdade e liberdade se inscrevam num projeto de emancipação humana.

Para isso, impõe-se a luta pelo fim da exploração de classe, da opressão social de classe, gênero, etnia, orientação sexual, discriminação de qualquer ordem na perspectiva da unidade e da organização autônoma da classe trabalhadora.

Pela autonomia e independência de classe de todos/as os/as trabalhadores/as, por todos/as aqueles/as que morreram, lutaram e continuam lutando nesse país, como decidimos no Congresso da Virada.

Viva o III CBAS, viva esse Seminário de Comemoração dos 30 anos do Congresso da Virada!

A luta continua... a luta continua ...

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Gostaríamos de, nesse momento dedicado à Virada, com base no depoimento de pessoas que fizeram essa história, dar a palavra a Josefa Lopes, que, em 1979, era a Coordenadora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão e a articuladora do Movimento Procriação da Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS-Maranhão).

JOSEFA LOPES

Boa tarde a todas e a todos. Gostaria de iniciar, cumprimentando as entidades da organização política e acadêmica dos/as assistentes sociais e estudantes de Serviço Social. Nessa ocasião, estamos de fato numa grande festa, mas uma festa também de profundos compromissos. A manhã de hoje já nos indicou muitos elementos de reflexão, que fazem desse momento uma festa, mas também uma retomada de profundos compromissos assumidos em 1979, assim como antes e mesmo depois de 1979. Temos uma trajetória belíssima, pela qual merecemos cumprimentos efusivos. Esse é, sem dúvida, um momento muito especial.

Quero cumprimentar em particular a Comissão Organizadora pelo belo evento. Quero cumprimentar todos/as os/as assistentes sociais presentes e aqueles/as que não puderam vir para esse Seminário comemorativo, e ao grupo de depoentes nesta mesa: companheiras e companheiro não só de um momento, mas de um longo movimento, antes e depois de 79, e durante todos esses 30 anos. Nós, depoentes, estamos efetivamente representando os inúmeros sujeitos que fizeram a Virada do Serviço Social por todo o país, muitos deles, a maioria mesmo, anônimos.

Uma coisa que me chamou muito a atenção quanto a esse momento, e que gostaria de registrar, é que muitas vezes ficamos em evidência, por alguma razão ficamos à frente das entidades, dos organismos, mas efetivamente representando um grande número de anônimos/as, que têm também um papel fundamental, um papel essencial. No caso nosso do Maranhão, permitam-me uma referência, a algumas companheiras em particular, que participaram desse processo e foram fundamentais na organização do movimento no estado. Destaco a Michol Pinho de Carvalho, a Évila Brito Ribeiro, a Marina Maciel Abreu, a Franci Gomes Cardoso e a Alba Pinho de Carvalho; faço um destaque especial para Amparo Gomes e Sandra Torres, as duas delegadas do Pró-APAS/MA na Assembleia das entidades que precedeu ao Congresso.

Ressalto a Alba, como uma pessoa que fortaleceu o meu vínculo pessoal com o grupo que iniciou o processo de articulação da Virada, a minha entrada no movimento de organização e preparação do Congresso no Encontro do Rio de Janeiro; encontro esse que, aliás, considero um dos eventos mais importantes, o grande marco na organização da virada para o III Congresso. Nesse particular, aproveito para prestar uma homenagem à Leila Lima Santos, que além de, através do Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS), apoiar financeiramente esse encontro, conduziu, com Marilda Iamamoto, o debate e a análise em torno da prática profissional dos/as assistentes sociais, sob a orientação do pensamento crítico em avanço na Revista Accion Crítica, do CELATS.

Estou cada vez mais convencida de que, na virada, o III Congresso é um momento específico. É muito importante que tenhamos presente que aquele foi um momento de explosão, de manifestação de uma tendência que ganhou força ao longo de anos de organização. Vínhamos de um processo de organização, de luta, de formação, desde o final dos anos 60 do século passado. Desse ponto de vista, quero demarcar, sim, o movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina, do qual também Leila Lima Santos foi participante ativa. Como esse movimento penetra o Serviço Social brasileiro? Há que destacar a dificuldade que o pensamento crítico norteador desse movimento teve de se introduzir no Brasil, exatamente porque fomos apanhados/as em 1964 pelo golpe, pela Ditadura Militar, mas estávamos com os elementos postos, apontando para aquilo que viria a ser a direção que assumimos no III Congresso de Serviço Social.

Participei do movimento de organização sindical, tanto do movimento de assistentes sociais - em que cheguei a ser, inclusive, Presidente do Sindicato de Assistente Sociais do Maranhão -, quanto no movimento de professores/as, tendo participado do Sindicato de Professores da Universidade Federal do Maranhão, na ocasião da fundação do ANDES, hoje Sindicato Nacional. Considerado este percurso de militância, o lugar do qual prefiro falar e devo falar nesse momento (até porque as minhas companheiras do movimento de organização sindical estão todas aqui na mesa de depoimentos e falarão dessa experiência) é aquele onde atuei com mais força, que foi a organização acadêmico-política no Serviço Social. Em função disso, fui eleita presidente, na época, da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (hoje ABEPSS) com um grupo de companheiras de grande importância no movimento. Anteriormente, eu já havia sido vice-presidente da entidade, junto, inclusive, com Mariangela Belfiori, presente nesta mesa de depoimentos.

Quero destacar, nesse particular, outra brava companheira que está ali na platéia, a Eugênia Célia Raizer, que considero uma das pessoas mais combativas e que mais contribuíram para a organização político-acadêmica do Serviço Social no Brasil, naquele momento. Ela, inclusive,

esteve à frente da criação de um organismo, análogo ao CELATS, que foi o Centro de Documentação e Pesquisas em Serviço Social (CEDEPSS), de cuja fusão com a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) resultou a atual ABEPSS. O objetivo foi articular ensino e pesquisa numa única entidade com a mesma perspectiva.

A partir desta área, prefiro situar e destacar o papel da Universidade e da formação acadêmico-política para o processo organizativo dos/as assistentes sociais. Realmente, naquele momento, foi fundamental o amplo movimento que a ABESS realizou em todo o Brasil, em torno da mudança do "currículo mínimo" de Serviço Social, o qual vai, de fato, dar uma nova orientação à formação profissional. Sempre o chamamos de "currículo de 82", mas, na verdade, do ponto de vista do movimento dos/as assistentes sociais, em particular do seu movimento acadêmico, trata-se de um currículo aprovado no âmbito da ABESS, em 1979, na Convenção de Natal. Ele apenas foi implementado a partir de 1982, quando foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação.

Nesse processo, mais uma vez destaco o papel muito relevante de Leila Lima Santos no desencadeamento do debate nas primeiras Convenções de ABESS, que começaram a discutir a necessidade fazer uma mudança radical no currículo de Serviço Social. Foram necessárias algumas Convenções, três pelo menos, para que se desse o amadurecimento do debate. Na quarta Convenção de 1979, vamos, então, aprovar um novo currículo para o Serviço Social, marcado efetivamente pelos traços de uma perspectiva crítica, com influência da orientação marxista, e também pelo "Método BH". O método BH contribuiu e marcou, assim, aquele momento da organização acadêmica e política do Serviço Social.

O movimento em torno do currículo aprovado na Convenção de 1979, precedendo o III CBAS, conforme citou a Mariangela Belfiori, foi fundamental para que o grupo de professores/as e de estudantes se organizasse e participasse do CBAS já com um significativo acúmulo crítico. Vale dizer que essa Convenção de 1979, em Natal (RN), foi

uma Convenção de profundos confrontos em torno desse currículo. O que tivemos foi uma espécie de versão menor do que aconteceu no congresso, reunindo a categoria. Havíamos tido na Convenção, na luta para mudar o currículo, diretrizes, elementos e conceitos.

Gostaria, inclusive, de prestar uma homenagem também a outra companheira que foi muito importante e que não está aqui presente. Pelo que soube, no momento, ela não está muito bem de saúde. Falo da professora Nobuko Kameyama, cuja presença foi decisiva nos nossos debates na Convenção de Natal. Como ressaltou Mariangela Belfiori, o congresso faz essa síntese e expressa a hegemonia de uma nova tendência no Serviço Social. De lá para cá, então, viemos aprofundando a construção dessa nova tendência.

Uma das coisas mais bonitas do nosso movimento é, pois, a força dele. Aproveito para agradecer aos/às assistentes sociais brasileiros/as. Apoiada por esse movimiento, fui vice-presidente (1983-1986) da então Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social (ALAETS), hoje Asociación de Enseñanza e Investigación en Trabajo Social (ALAEITS). Depois, fui presidente da entidade e, em consequência, presidente do CELATS (1986-1989). Toda essa experiência foi, portanto, a categoria que me proporcionou. Por isso, muito obrigada e sigamos na luta!

Josefa Batista Lopes

Professora do Departamento de

Serviço Social da UFMA

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

COORDENAÇÃO

O pessoal está brincando, dizendo que as/os colegas que já se pronunciaram estão falando tudo e as/os demais que estão ficando para o final estão dizendo “não tenho mais nada o que falar”. Estamos dizendo: “claro que tem muito o que falar ! ”.

Agora a nossa próxima convidada e homenageada é Regina Marconi, que, na época do III CBAS, estava no Rio de Janeiro (RJ). Trabalhava no INOCOOP e fazia parte da Comissão Permanente de Estudos de Assistentes Sociais (CPEAS), que era um movimento de oposição à diretoria do Sindicato. Foi este o movimento credenciado pela CENEAS para representar o Rio de Janeiro na Organização Nacional. Regina Marconi participou do Seminário do CELATS em agosto de 79 e, posteriormente, do Congresso, já como Presidente do Sindicato do Rio de Janeiro. Integrou a Coordenação Nacional da CENEAS, que conduziu o IV CBAS, e também a 1ª Diretoria da ANAS, que coordenou o VI CBAS. E além de tudo, fez essa brilhante arte para nos brindar como lembrança para este Seminário. Com vocês, então, Regina Marconi.

REGINA MARCONI

Estávamos conversando que não tínhamos mais nada para falar, porque, na verdade, esse movimento foi coletivo, vivemos esse movimento juntos/as; então, quando um/a começa a falar, conhecemos a história, revivemos a fala do/a outro/a como nossa também.

Queria agradecer as entidades por terem se lembrado de mim, que estou afastada há muito tempo já da categoria, e dizer da minha honra de estar aqui com esses/as companheiros/as por quem tenho um profundo respeito. Aprendi a ter um afeto enorme por todos/as, construído nas inumeráveis noites mal dormidas, nos sonhos que tínhamos e também muitas dúvidas se iríamos conseguir alcançá-los. Na verdade, é um grupo tão grande que ontem à noite começamos a pensar: "mas estão faltando companheiros, precisamos falar de fulano, fulano, fulano, fulano..." Alguém lembrava um nome e logo surgia outro. Levamos bem uma meia hora, lembrando-se de pessoas que não poderiam ser esquecidas hoje e a nossa lista com certeza até agora não terminou.

O movimento, como já está sendo dito aqui, mas quero reforçar, foi um movimento absolutamente coletivo. Não houve, em nenhum momento, algum grupo que determinasse alguma coisa. Havia, sim, uma direção política clara, essa direção se reunia e discutia, mas essas reuniões eram tão amplas e tão discutidas e rediscutidas que não se poderia nunca dizer que aquilo veio apenas de um grupo restrito. Quando comecei a fazer o painel que nos serve de cenário (ali existem exatamente todos os nomes que estiveram presentes no Congresso), procurei resgatar isso. Recortei um por um os nomes registrados nos Anais e os fui colando e, à medida que os nomes iam passando, ia relembrando companheiros/as, pessoas por quem tenho respeito e afeto, mas fui passando também por nomes que, na verdade, não por uma única vez, chamaram a polícia política para nos prender, para nos criar dificuldades.

Naquele painel tem todos: o grupo que fez a Virada e o grupo que se manteve muitas vezes em silêncio como resistência ao processo durante os anos que se seguiram.

Depois que o Congresso foi realizado, o rastilho de transformação se espalhou pelo país - não tínhamos naquele momento nem internet nem celular -, pelas pessoas que voltaram para as suas cidades e contaram emocionadas o que foi havia acontecido. O processo coletivo se iniciava. Tivemos, durante anos, vários obstáculos no interior da categoria, que paulatina e constantemente foram superados. Houve uma luta árdua e difícil, em que não tivemos durante todo o tempo a hegemonia que acabou sendo conquistada ao final desse processo.

Essa hegemonia que conquistamos, e que hoje define a direção ético-política e teórica dessa categoria, precisa ser constantemente realimentada, pois a oposição, os/as conservadores/as, a resistência ao processo continua e obviamente aí está. Não milito mais na categoria, não sei onde eles estão, mas tenho certeza de que estão por aí. Estou falando isso, porque foi tão difícil superar ponto por ponto, que essa nova geração que está vindo, e estou vendo que é a grande maioria desse plenário, com certeza vai se deparar com essas posições, se já não estão se deparando com elas. E para manter essa vitória, essa conquista tecida a muitas mãos, ela precisa continuar sendo construída. Não há como interrompermos esse processo e dizermos: "conseguimos", podemos descansar. Isso em política absolutamente não existe, a luta política é cotidiana e permanente.

A Josefa Lopes tem um coração grande, por isso se esqueceu de dizer que, como Presidente da ABESS, sofreu um processo dentro da Universidade Federal do Maranhão, não só ela, a Alba Pinho também. A Diretoria da ABESS sofreu um processo, na tentativa de expulsá-las da Universidade, mesmo sendo concursadas, porque lideravam a ABESS naquele momento. Lideravam um novo projeto para a categoria. A resistência ao projeto que encaminhamos foi palpável, cotidiana e forte.

Quando o III Congresso aplaudiu as falas que foram de alguma forma organizadas pelo movimento sindical, a partir da criação da

CENEAS, esse Congresso explodiu e soltou a proposta para o país todo, mas não foi ele que a solidificou. Esta proposta é solidificada nos momentos seguintes, quando da formação das APAs, formação dos Sindicatos, formação de chapas de oposição aos CRAS, formação de chapa de oposição ao CFESS, eleição direta para as diretorias das unidades de ensino, alianças cada vez mais fortes com o movimento estudantil. Fomos, passo a passo, conquistando esse grande espaço que hoje, de alguma forma, temos nas mãos.

Não vou falar melhor do que todos/as os que me precederam já falaram. A nível político, a questão está posta. A única coisa que posso dizer e deixar para vocês como experiência é uma vivência absolutamente importante e apaixonante.

Conseguimos criar uma organização diferenciada, uma rede nacional. Quando chegamos no IV Congresso, três anos depois, tínhamos o Brasil inteiro organizado sindicalmente, inclusive os territórios. O Brasil inteiro foi para o Rio de Janeiro organizado, e lembro, quando fechamos o Congresso e apontávamos para a formação da ANAS no ano seguinte, na Bahia, da Bia Abramides e da Márcia Pinheiro, sentadinhas no chão, abraçadas aos prantos, porque tínhamos conseguido um sonho que tinha se iniciado no III Congresso.

É o que tenho a dizer e espero que esse conjunto de relatos e de testemunhos possa realmente ter, como Luiza Erundina falou, uma vida e um fôlego que nos leve à frente por mais 30 anos. Que não seja apenas uma festa, mas uma relembrança e um novo caminhar.

Obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Depois de um depoimento histórico tão emocionante, dando continuidade a esse grupo de depoentes que fizeram parte da construção do movimento sindical, gostaríamos de passar a palavra à Márcia Pinheiro, de Minas Gerais, que, na época, era assistente social do INSS, em Minas Gerais.

Nesse estado, ela vivenciou o "Método BH", foi militante do Sindicato em Minas Gerais e participou do III Encontro das Entidades Sindicais, que antecedeu o III CBAS, e atuou na Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS). Com a palavra, Márcia Pinheiro.

MÁRCIA PINHEIRO

É absolutamente difícil falar depois da nossa mestra, Luiza Erundina. Esse "fogo" que ela colocou aqui, imagine-o há 30 anos.

É importante colocar algumas questões nesse cenário de lutas, porque pode parecer que vários fatos históricos aconteceram fruto

apenas de uma conjunção de astros e estrelas. O que aconteceu, porém, foi fruto da organização política dos/as assistentes sociais, que realmente não começou em 1979. A Virada foi produto do movimento dos/as assistentes sociais que se organizaram em sindicatos e associações profissionais, até chegar no III Encontro, que a Erundina muito bem lembrou aqui em São Paulo, em que criamos a CENEAS.

Antes de falar dessa história, queria dizer, primeiro, da honra pessoal que tenho de dividir a mesa com figuras tão importantes do Serviço Social e da luta do povo brasileiro. Em segundo lugar, dar parabéns ao conjunto ABEPSS, ENESSO, CFESS, CRESS, pelo resgate histórico desse momento, que significou o Congresso da Virada. Devíamos às novas gerações o relato do que aconteceu. Deixamos de registrar, porque novas lutas foram se somando àquelas, novas perspectivas, e terminamos não escrevendo essa nossa história, que agora o CFESS faz esforço em documentar.Temos uma primeira produção e todos esses depoimentos que estamos fazendo aqui constituirão novos materiais, para que essa história, enfim, seja contada com todas as suas nuances.

Quero parabenizar também pela escolha do slogan do nosso ídolo à época, Gonzaguinha, e ainda hoje de muitos/as. Na certeza, diante de todas essas questões que estão sendo colocadas, vários/as companheiros/as que estiveram aqui já disseram, e Regina faz uma homenagem a todos/as aqueles/as que estiveram presentes no Congresso brasileiro. Quero estender a homenagem a vários/as companheiros/as que também não estão aqui nem estiveram no Congresso, mas fizeram essa história junto conosco.

Não é à toa que, em Minas Gerais, um grupo de profissionais preocupados/as e influenciados/as por tudo o que já tinha vivido com o dito “Método BH”, na busca de um Serviço Social voltado para as necessidades latino-americanas, se movimenta,

em compasso com o movimento sindical brasileiro, e inicia sua reorganização. Aquele grupo tenta, assim, impulsionar e buscar no país, por meio de um trabalho insano - que Luiza Erundina começou a descrever - de procurar os nossos pares. Realizamos dois encontros em Minas Gerais, patrocinados pelo CELATS, com a compreensão e financiamento, através de Leila Lima Santos. Jamais teríamos realizado esses dois encontros, se não tivéssemos saído pelo país, garimpando companheiros/as de diversas organizações que tinham sobrevivido ao processo de extinção de sindicatos e organizações profissionais.

Juntamo-nos ao, então, grupo que fazia a oposição sindical no Sindicato do Rio de Janeiro, à APASP (organização pré-sindical) de São Paulo e várias outras organizações, como Josefa Lopes também já levantou aqui, para que fôssemos nos recuperando, nos organizando, até chegarmos ao III Encontro, também patrocinado pelo CELATS. Eram tempos muito diferentes de hoje, como Luiza Erundina lembrou. Viajávamos esse país inteiro de ônibus, saíamos não sei de onde, íamos não sei para onde sempre de ônibus. Dormíamos em pensionatos, colégios. (Me permitam um parênteses: até hoje, por exemplo, um dos orgulhos de minha família foi ter hospedado Luiza Erundina). Então, era assim que fazíamos política. Ficava um/a na casa do/a outro/a, um/a ali, o/a outro/a aqui. Essas eram as nossas condições, essa era a nossa história.

Assim, quando chamamos os movimentos sociais para estarem no nosso congresso, eles não se surpreenderam com o nosso convite, porque já estávamos com eles há mais tempo. Estávamos nas greves, juntos no movimento da carestia, lutando nas praças e nas ruas, organizando os 1os de maio, que eram os momentos de embate com aquela ditadura. O 1º de maio era um símbolo para nós, da luta dos/as trabalhadores/as, e estávamos lá com todas nossas entidades sindicais, lutando com diversos/as companheiros/as.

Quando a greve do ABC aconteceu, os sindicatos todos e Minas Gerais também se juntaram. Quase sempre era o Sindicato dos

Bancários que nos acolhia em todo o Brasil, juntando recursos para o fundo de greve, pois os/as trabalhadores/as não iam receber os seus salários. Juntávamos recursos de todas as formas: nas ruas, festas, para poder enviar aos/às companheiros/as em luta, para que conseguissem resistir na luta. Na verdade, o movimento sindical dos/as assistentes sociais nunca se pautou por lutas corporativas, sempre se comportou lado a lado dos/as trabalhadores/as brasileiros/as, lado a lado com todos os movimentos sociais.

Quando acontece o III Congresso, esses/as companheiros/as, ao entrarem nesse espaço, estavam entrando num espaço que já frequentavam conosco. Quando o presidente da república hoje, Luís Inácio Lula da Silva, naquele momento representando os/as trabalhadores/as do movimento sindical, quando ele entra aqui, assusta-se e diz: "pensei que ia encontrar uma categoria de cabeça baixa, mas encontro uma categoria de cabeça erguida, lutando conosco para mudar a situação desse país". Essa foi uma história construída junto, não tem jeito de separá-la. Eles estavam aqui, porque estávamos lá no movimento, juntos.

Não foi fácil difundir a concepção de que éramos trabalhadores/as. Marilda [Iamamoto] depois vai explicar todo esse processo ideológico pelo qual passamos - do messianismo à caridade. Foi um processo até nos reconhecer como trabalhadores/as, junto com os/as demais trabalhadores/as. Foi uma nova perspectiva que se abriu para nós. Não era fácil frequentar reuniões de oposições sindicais, debater algo novo para nossa categoria com diversas posições políticas em jogo, mas esse grupo enfrentou o desafio da luta política.

Participamos enquanto CENEAS, logo, enquanto organização dos/as assistentes sociais, do primeiro CONCLAT, que foi a Conferência das Classes Trabalhadoras. Foi o movimento que antecedeu o grande "racha" entre Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Brasil. Nós, assistentes sociais, que, muitas vezes, tínhamos uma posição diferenciada nos locais

de trabalho, passamos a nos aliar aos/às trabalhadores/as, lutando junto com eles/as por melhores condições de trabalho e de vida. Essa bagagem sindical, fomos aprendendo e conquistando no dia a dia da luta, estudando, aprofundando e encontrando companheiros/as que nos mostraram caminhos, abrindo as nossas visões para que pudéssemos, então no momento do Congresso da Virada, chamar todos/as os/as companheiros/as e fazer a mudança de perspectiva do Serviço Social.

Vejo um fio condutor só: aquele grupo que foi influenciado pelo vento latino-americano, buscando por meio dessa corrente um Serviço Social situado localmente, ou seja, um Serviço Social latino-americano sintonizado com a libertação do povo latino-americano e do povo brasileiro. Esse mesmo movimento gerou companheiros/as sindicalistas que fizeram e trouxeram para o Serviço Social uma nova visão de aliança estratégica com os/as trabalhadores/as. E é essa a grande perspectiva de que esse Congresso consagrou, mudando as antigas referências práticas e políticas – ainda que tenha que mudar muito mais. Essa perspectiva de luta tem que entrar em nossas entranhas, para que nos sintamos provocados/as a continuar, porque há ainda muito o que fazer, no sentido de resgatarmos dívidas históricas enormes nesse país.

A sociedade brasileira está, assim, de parabéns por ter conquistado e sido palco da Virada, que não terminou naquele dia, mas consiste num processo histórico. Todos o vivemos, quem está aqui e quem militou em Minas Gerais - as companheiras Eulália, Chello, Ângela, Antonieta e Judith, companheiras maravilhosas que, junto conosco, empreenderam essa busca e esse grande momento brasileiro de conquista política e profissional. Muito obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Esse processo foi resultado de muitas lutas, de muitas ações e de muitos sujeitos, vamos ouvir agora uma pessoa que foi fundamental no processo de contribuição à organização dos/as assistentes sociais e das entidades no Brasil, que se colocaram num campo de resistência ao regime militar autoritário e que muito sofreram por isso; e uma entidade do Serviço Social latino-americano que foi fundamental foi a ALATS hoje ALAEITS, e o CELATS. Para ouvir então essa experiência, convidamos a professora Leila Lima, que, na ocasião, era a diretora do Centro Latino-americano de Trabalho Social, o CELATS. A professora Leila Lima veio de Bogotá (Colômbia) especialmente para participar conosco desse momento, e agradecemos imensamente o seu compromisso e a sua disponibilidade.

Como ela mesma nos disse, no CELATS debatíamos sobre a dimensão política do Serviço Social e apoiávamos os processos de mobilização e de identidades da categoria em todo o continente; queríamos romper esquemas, reposicionar a profissão no contexto político e nas ciências sociais, preparar e capacitar profissionais comprometidos/

as e elevar o nível investigativo e acadêmico da profissão. Algumas pesquisas sobre a história do Serviço Social incidiram na formação profissional e tiveram impactantes resultados editoriais.

Então, neste lugar de diretora do CELATS, por favor, professora Leila Lima.

LEILA LIMA

Quero cumprimentar afetuosamente todos/as os/as participantes deste Congresso e agradecer aos/às organizadores/as CFESS, ABESSP, ENESSO, CRESS São Paulo e muito particularmente á direção do CFESS pelo convite para acompanhar-lhes hoje neste significativo evento. Sinto-me muito privilegiada por fazer parte deste Grupo da Virada, que sempre se destacou pela ousadia e tenacidade nas ideias e projetos político-organizativos da profissão. Congratulo-me com todas e todos e com cada um/a que, desde seus diferentes ângulos e posições, contribuíram para este processo. Manifesto também meu respeito e admiração por figuras legendárias do Serviço Social brasileiro, que personificam os valores e métodos da Virada. Hoje sobram motivos de comemoração para o SS brasileiro: seu crescimento acadêmico e gremial, a qualidade de seus/suas profissionais, mas, sobretudo, sua capacidade de luta e compromisso com as causas das maiorias sociais, agora renovados neste Congresso.

Neste sentido, me parece que o Congresso da Virada deixou como um de seus legados a lição de que não há realização humana, social ou política que prescinda de uma busca permanente, constante, consciente e até apaixonada de superação dos problemas e desafios, sempre mutantes, em função do bem comum.

Meu testemunho, desta vez, opta então por querer mostrar como, nas experiências fora do Brasil, encontrei circunstâncias e situações similares àquelas que inspiraram ética e politicamente o Congresso

de 79 aqui no Anhembi. Trabalhei em contextos sociais e políticos em que a dor humana, a exclusão e a violação dos direitos básicos foram e são frequentes e sistemáticos; em que, também em meio a resistências e contradições, existiram grupos e movimentos sociais comprometidos com soluções que levaram ao compromisso de vários representantes do marco institucional ou em que as próprias instituições transmitiram vigor e direção a seus/suas integrantes.

A proposta da Escola de SS de MG [PUC-MG, 1972/75) respondeu aos mutantes ventos do momento e, inspirados nos movimentos continentais de radicalização daquele período, quisemos romper com o esquema de formação profissional. Alinhamo-nos a um novo marco teórico-metodologico, conhecido como Método BH, que se referia basicamente à relação entre conhecimento, processo de intervenção direta com instituições e grupos de população, por meio do que chamamos de aproximações sucessivas entre teoria e prática, entre indivíduo e sociedade. Foi esta também uma experiência coletiva que reuniu profissionais de SS altamente qualificados/as e cientistas sociais de ponta em Belo Horizonte (MG). Uma das principais contribuições desta experiência foi sem dúvida haver tentado uma reinterpretacão da profissão e sua inserção na sociedade, desvelando ângulos políticos da ação profissional. Cultivávamos um espírito de afiliação e identidade a uma dimensão continental, e sentíamos que consolidávamos nossas ousadas ideias de um projeto de formação profissional alternativo em plena vigência da ditadura militar, que terminou por abortar este fascinante e coletivo processo entre professores/as e estudantes.

Como é conhecido, o CELATS impulsionou programas de estudos, formação, treinamento e debates teóricos, junto a várias experiências inscritas na linha renovadora do SS latino-americano, que se constituíram num dos afluentes do Congresso da Virada. Ali nos empenhamos basicamente em buscar uma nova prática profissional continental, a partir do estímulo a estudos e pesquisas sobre a natureza política e projeção do SS. Evocam-se também aqui os seminários, “talleres”, estudos, produção da revista “Acción Critica”

e inúmeras outras publicações que foram amplamente difundidas e elaboradas, com a participação de profissionais das ciências sociais, médicos com experiência em saúde pública, jornalistas, advogados/as. O CELATS insertou os debates no contexto político da época, fazendo com que a discussão no âmbito acadêmico e na prática profissional se aproximasse dos movimentos políticos e populares em diferentes países da região e às mais expressivas entidades das ciências sociais latino-americanas (FLACSO, CLACSO, CSUCA). Os resultados dos trabalhos do CELATS foram permeabilizando as escolas e faculdades de SS em toda América Latina e muito particularmente no Brasil. Com a perspectiva de seguir avançando na formação de um novo perfil profissional, criamos também em 1979 o Maestria Latina Americana de Trabajo Social (MELATS), em Honduras, com ênfase inicial nas políticas sociais enquanto políticas de Estado e reprodutoras de interesses contrapostos. O CELATS realizou também investigações específicas sobre a articulação e organização dos/as assistentes sociais, colaborando com as ações reivindicativas e de identidade da categoria em todo o continente. Sem pretender aqui uma análise avaliativa dos principais legados do CELATS, ainda pendente, (entendo que existem esforços importantes neste sentido aqui no Brasil), talvez possa insinuar que, entre seus principais legados, podemos reafirmar sua contribuição ao desenvolvimento da investigação da história, natureza e condicionantes da profissão que permeou a formação de novas gerações, junto à criação de uma consciência crescente sobre a importância da articulação dos/as assistentes sociais em toda a América Latina, que contribuiu para um crescimento gremial também exponencial, do qual o Congresso de 1979 e este de 2009 são vivos testemunhos.

Com o desabrochamento qualitativo do SS no interior de todos os países (Brasil como expoente máximo), o CELATS foi revelando pouco a pouco suas limitações derivadas do contexto latino-americano e, sobretudo, de sua organização e estrutura fundacionais que, aliadas ao declínio do apoio internacional (Fundação Konrad Adenauer), levaram aos impasses políticos, institucionais e de cobertura, que vocês seguiram melhor do que eu, já que, a partir do início dos anos 1980, me dediquei a âmbitos de trabalho diferentes, ainda que convergentes.

De fato, comecei a trabalhar com as Nações Unidas no marco do movimento das grandes migrações forçadas, provocadas pela globalização e as crescentes disparidades de vida tanto no interior como entre os países (192 milhões de pessoas em situação de migração, 3% da população mundial, ou seja, que uma em cada 35 pessoas, migra, segundo a Organização Internacional para as Migrações, OIM). Trabalhei no âmbito da ação humanitária, assim chamada por diferenciação com os programas de estrito desenvolvimento econômico. Também é ação humanitária, porque a atenção prestada se faz inclaudicavelmente pelo valor de humanidade dentro de um espectro muito amplo de razões ideológicas, religiosas, raciais, étnicas, culturais, sociais, de gênero, ambientais, que provocam a migração forçosa. Além disso, qualquer que seja o motivo da violação ocorrida, as vítimas são o resultado da ação ou da omissão dos estados e de determinados grupos dominantes. O humanitário nestas circunstâncias não pode pretender-se apolítico ou imparcial. O humanitário implica um compromisso com a proteção e defesa dos direitos fundamentais de todos e cada um dos seres humanos e com a prevenção de situações violatórias destes direitos. É por isto que, com frequência, governos e determinados setores criticam o trabalho humanitário como associado a uma política parcializada, às vezes até subversiva, minimamente incômoda. No caso dos migrantes forçosos, por exemplo, a ação humanitária está, de fato, intrinsecamente interconectada à doutrina internacional dos direitos humanos, ao direito internacional dos refugiados e ao direito internacional humanitário, particularmente nos contextos de conflitos e guerras.

Meu trabalho no ACNUR no México, na América Central e na Colômbia, em contextos conflitivos, possibilitou uma convivência cara a cara com as vitimas dos regimes repressivos e autoritários: perseguidos/as, algumas/alguns torturadas/os, sequestrados/as, não poucas/os com graves ameaças de violação às suas vidas e integridade física, afastados/as de seus trabalhos, de suas famílias, com graves sequelas psicológicas e com imensas dificuldades de integração nos

países de acolhida. Inicialmente trabalhei com famílias refugiadas de origem urbana, que escapavam da repressão de Pinochet e da ditadura militar argentina. Posteriormente, com grupos massivos de camponeses/as salvadorenhos/as e indígenas guatemaltecos/as, população civil vitima da chamada guerra de "terra arrasada". Eram todos/as afetados/as diretamente pelos conflitos entre as guerrilhas e os exércitos regulares, perpetradores estes últimos, em grande medida, dos crimes de guerra, de lesa humanidade, e genocídio (caso dos povos indígenas na Guatemala), como estabeleceram posteriormente as Comissões da Verdade do El Salvador e Guatemala. Finalmente, trabalhei junto aos deslocados internos na Colômbia, formados em sua grande maioria por comunidades e povos indígenas, grupos afro-colombianos e população civil de origem camponesa vítimas dos grupos paramilitares, guerrilheiros e dos próprios agentes da força pública e do Estado.

Inspirados na doutrina internacional humanitária, promovíamos, com os governos e autoridades, a adoção de formas jurídicas que garantissem aos/às refugiados/as o direito a não ser devolvidos/as contra sua vontade ao seu país de origem, (onde sua vida e integridade física corriam perigo), direito ao trabalho, à educação, saúde e outros direitos básicos. No caso centro-americano e no contexto da guerra fria, não se permitia aos grandes grupos de refugiados/as uma livre circulação ou assentamento. Foram estes/as refugiados/as encerrados/as em campos fechados e demarcados geograficamente e onde o pessoal do ACNUR e de ONGs nacionais e internacionais permanecíamos dia e noite junto a estes/as refugiados/as. Eram momentos em que, ademais da proteção jurídica, se requeria uma proteção física para prevenir e evitar atropelos à integridade pessoal dos/as refugiados/as, que, lamentavelmente, não se logrou em mais de uma oportunidade.

Impossível remarcar aqui toda a riqueza do trabalho com os/as refugiados/as encerrados/as em acampamentos que, paradoxalmente, incentivaram uma extraordinária experiência organizativa. Um caso paradigmático foi o das mulheres refugiadas

guatemaltecas em Chiapas, por meio da conhecida e combatente organização "Mama Maquím", que chegou a congregar mais de nove mil mulheres de mais de 100 acampamentos em um processo de empoderamento singular como coproprietárias das terras cultivadas, com tomada de decisões sobre sua vida reprodutiva e condições de retorno à Guatemala. Como dados sociológicos e políticos relevantes, as agrupações de "Mama Maquím", que retornaram à Guatemala anos depois, sofreram notável impacto negativo em suas comunidades, onde prevaleciam os clássicos padrões patriarcais de dominação e discriminação da mulher indígena.

Existe hoje um crescimento incontrolável do fenômeno do desarraigo forçoso (em nível mundial se registram 42 milhões de pessoas desarraigadas involuntariamente: 16 milhões de refugiados/as e 26 milhões de deslocados/as internos/as). O eixo central da atividade do ACNUR consiste basicamente em fazer respeitar os direitos humanos de pessoas que carecem de proteção estatal. No caso dos deslocados internos não ocorreria formalmente assim, já que estão sob a proteção de seu estado nacional, que tem a obrigação primária de lhes garantir o efetivo gozo de seus direitos cidadãos. Esta situação, como é fácil prever, potencializa a graus extremos a nossa delicada intervenção, que requer estratégias políticas e diplomáticas mais afinadas.

As experiências anteriores motivaram minha participação nas Missões de Paz implementadas em El Salvador (ONUSAL) e Guatemala (MINUGUA) na década dos 1990. Nesta singular experiência, fui novamente testemunha direta das guerras e suas desastrosas consequências, participando também dos processos políticos de negociação e verificação dos acordos de paz estabelecidos entre as partes até então em conflito.

O marco institucional das Nações Unidas apresenta limitações e condicionantes políticos e, obviamente, a ONU está longe de poder cumprir de forma eficaz com a Carta das Nações Unidas de 1945 (preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, reafirmar

os direitos fundamentais do homem, manter a paz e a segurança internacionais) ou com as Metas do Milênio, de 2000. As Nações Unidas não gozam de grande autonomia no contexto político mundial para lograr uma maior responsabilidade por parte dos Estados. Sem a cooperação da comunidade internacional adversa aos hegemonismos unilaterais, a ONU com frequência vê frustrados muitos de seus princípios e estratégias. As experiências belicosas da era Bush, por exemplo, e seu desconhecimento das leis, acordos e pactos internacionais, seu desrespeito à diplomacia multilateral, sua negação em aceitar a competência da CPI (Corte Penal Internacional) com cidadãos/ãs americanos/as, sua resistência para assinar acordos sobre meio ambiente (Protocolo de Kyoto) ou também a desigual concentração de poder do Conselho de Segurança, são exemplos de pontos críticos que afetam e debilitam a ação política internacional desta organização. No nosso caso, constatamos que o sistema de proteção internacional vem sofrendo debilitamento especialmente na última década, devido à pressão de muitos Estados para aplicar o mandato em termos restritos. A ação humanitária também apresenta limitações, na medida em que a superação da problemática do desarraigo forçoso exige claras medidas de ordem política.

Na América Latina, 30 anos depois da Virada, persistem sérios problemas. Como este Congresso, entendo, a busca também em reafirmar forças, vislumbrar novas estratégias e compromissos políticos de reforço a um marco institucional apegado ao estado de direito aqui e em todo o continente, é iniludível que a pratica social dos/as trabalhadores/as sociais encare estes novos desafios. Podemos exibir hoje alguns logros e conquistas, mas ainda persistem subjacentes dificuldades estruturais, como a inequitativa distribuição da riqueza, a desigualdade social, discriminação, impunidade, corrupção legislativa e judicial, negação dos direitos constitucionais das grandes maiorias, dificuldades para acesso efetivo à justiça, estigmatização de grupos como defensores de direitos humanos, grupos étnicos, sindicalistas, jornalistas, o que enfraquece e debilita a institucionalidade e a governabilidade.

O continente vive uma crise de deslegitimacão de seus/suas governantes, instituições, partidos políticos, poder legislativo e judicial. Esta desconfiança da cidadania nas autoridades potencializa o surgimento e intervenções de grupos armados regulares ou ilegais em contra do estado de direito. O Estado na América Latina continua submetido aos poderes locais ou setoriais, que impõem as defesas de seus interesses privados em detrimento do bem público. E as políticas sociais do Estado não têm a mesma projeção e a mesma força dos interesses particulares privilegiados ou das multinacionais e da banca mundial. O interesse coletivo não é assumido como prioritário pelas autoridades responsáveis em formular as políticas públicas. A crescente cultura da ilegalidade que se expressa também pela desmedida e ilimitada ambição do grande capital, passando pelos grupos mafiosos locais e internacionais relacionados com as drogas, o narcotráfico, recursos naturais, permeia e infiltra as instituições estatais em muitos países da região, afetando também a conduta cidadã na vida cotidiana.

Na maioria dos países, especialmente aqueles em conflito, os atos de violência sexual contra mulheres e meninas continuam apresentando alto nível de impunidade. Em minhas experiências em todos os contextos, as mulheres são as que enfrentam o maior número de obstáculos e estigmatização na busca do acesso à justiça e as que mais sofreram com o refúgio e o deslocamento interno. Não existe um cumprimento efetivo do direito à igualdade das cidadãs e cidadãos perante a lei, nem frente à violência física: o nível de violência doméstica e sexual contra as mulheres é recorrente em todos os países. Os níveis de participação das mulheres nas condições de igualdade política e educativa constituem também grossas lacunas nos nossos países. Persiste uma abismal sub-representação das mulheres nas esferas políticas e uma grande debilidade na afirmação de seus direitos cívicos e políticos. Esta sub-representação das mulheres está também presente nas Nações Unidas e em muitas organizações internacionais, sobretudo no âmbito das decisões políticas.

A deterioração ambiental anuncia um dos mais graves problemas para a estabilidade política e a paz em todos os países. As Nações Unidas advertem sobre a estreita relação entre a degradação do equilíbrio ecológico do globo terrestre e o aumento das migrações forçadas. Para 2050, calcula-se que haverá 50 milhões de "refugiados climáticos ou ambientais" que cruzarão fronteiras em busca de água potável.

Para terminar, as experiências aqui relatadas apontam para a importância de ampliar a observação, estudo e investigação da nossa realidade. Atualmente a interconexão entre o local e o mundial é notória. Muitas conquistas favoráveis para as populações nacionais e regionais dependem de logros universais. O quadro atual latino-americano reflete a internacionalização dos problemas e convida ao desdobramento do SS em compromissos políticos cosmopolitas. A necessidade de articular nossas ações locais e nacionais em direção da construção de uma sociedade realmente participativa e inclusiva nunca será em detrimento dos indivíduos, mas sim de sua articulação organizada às causas da paz, dos direitos humanos, da ecologia e da economia solidária com todos os necessitados, superando assim as fronteiras jurídicas e geográficas de nossos estados. Nenhum país, mesmo rico e poderoso, poderá prescindir dos desafios decorrentes dos problemas do entorno regional e continental. As formas, procedimentos e elementos de uma nova sociedade devem então corresponder às escalas e dimensões dos problemas que já são hoje transnacionais. Em outras palavras, devemos buscar um projeto global que recupere as dimensões locais e regionais. Novas formas de governo exigirão crescentemente órgãos supranacionais. Temos ai uma ampla e desafiante agenda para orientar o debate e as ações atuais e futuras do SS brasileiro e latino-americano.

Muito obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Gostaríamos, agora, de passar a palavra para Célia Fernandes Vilarinho Perez, de São Paulo, que, na época, foi articuladora da chapa Unificação, em 1978, no processo de rearticulação da APASP, tendo sido secretária da APASP na gestão 1978-1981. Assistente Social e liderança grevista do Hospital do Servidor Público Estadual, participou do III Encontro das Entidades Sindicais, que antecedeu o III CBAS. Foi delegada pela CENEAS, para coordenar a Assembleia da Virada, em conjunto com representações das organizações sindicais. Com a palavra, Célia Vilarino Perez.

CÉLIA FERNANDES VILARINO PEREZ

Cada vez, vai ficando mais difícil para quem vem na frente falar, porque praticamente tudo já foi dito. É covardia falar depois da Luiza Erundina. Ela já contou metade da nossa história. Então, podemos pular esse pedaço. Queria, então, contar um pouco como era aquele período em que éramos estudantes de Serviço Social.

Foi na década de 70. Eu era aluna da PUC-SP. Fui aluna de 1972 a 75 e, nesse período, os Centros Acadêmicos de livre organização dos/as estudantes estavam fechados. Só podíamos utilizar espaços alternativos, como grupos de teatro, grupos de estudos que nós mesmos formávamos, mas com a participação atrelada aos diretórios acadêmicos. Esta foi a nossa vivência estudantil. Saímos formadas/os como assistentes sociais, e o cenário que tínhamos na sociedade era o de dois partidos políticos apenas: a Arena e o MDB, mas com várias organizações clandestinas de esquerda, nas quais alguns/algumas estudantes e muitos/as trabalhadores/as estavam inseridos/as e das quais não se podia falar abertamente. Dizíamos assim: "ah aquele ali é do oito" [Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8)], "ah aquele é da Convergência", mas ninguém sabia exatamente, de fato, quem estava ligado/a a tais organizações. Esses eram os espaços possíveis de militância política naquele momento.

Os espaços sindicais também estavam reprimidos, a oposição sindical começava a esboçar um processo de rearticulação. A partir de 1974, com a irrupção dos movimentos sociais, como o movimento contra a carestia, o movimento pela anistia, o movimento de mulheres, de creches, de moradia, além do movimento estudantil, as entidades sindicais dos setores médios também se reorganizavam e foi, nesse contexto, que aconteceu o que a Luiza relatou. Vimos num jornalzinho que ia se rearticular a APASP, que nunca soubemos que tivesse tido existência antes, e fomos atrás disso. A Xana saiu eleita membro da Junta Provisória e organizamos uma Assembleia, procurando pessoas que tivessem representação nos vários setores: empresa, serviço público, área de saúde, entre outros.

Ficamos assustadíssimos/as, quando vimos quem era a plenária: eram os/as nossos/as professores/as, assistentes sociais, com "anos de janela" e nós duas, recém-formadas na coordenação dessa assembleia. Então, estou contando agora, do lado de cá, Luiza, como foi a nossa experiência. Tivemos medo, mas encaramos. E foi assim que começamos a nossa trajetória de luta sindical na categoria: na APASP.

Enquanto APASP, participamos de vários movimentos: I Congresso da Mulher Paulista; articulação nacional dos movimentos populares e sindicais; movimento de favelas; 1º de Maio histórico de São Bernardo do Campo já em 1980. Fomos num ônibus de assistentes sociais e, quando chegamos, todas orgulhosas da nossa participação, a palavra de ordem era: "mulheres e crianças na frente" e tivemos que encarar, como assistentes sociais apoiando aquela luta operária. Saímos numa passeata, que foi uma coisa indescritível, historicamente impossível de reproduzir.

Nesse período, além de ser militante da APASP, eu era também funcionária pública do Hospital do Servidor Público Estadual e vivemos movimentos grevistas que a Luiza já mencionou. No serviço público, tivemos o funcionalismo público estadual e o municipal surpreendentemente numa greve muito forte. Tivemos algumas conquistas, não diria que as conquistas foram muito grandes, mas a maior conquista foi o aprendizado que tivemos de participação nos movimentos grevistas. Sofremos várias demissões. Fui demitida, assim como Bia Abramides, Chana Viner e Luiza Erundina. Perdemos os nossos empregos, mas em nenhum momento nos acovardamos na luta, convictas que estávamos naquilo que acreditávamos.

Foi nesse contexto que chegamos ao Congresso da Virada, um Congresso, que, como já foi dito, estava organizado formalmente e tinha, na sua mesa de honra, Figueiredo e Maluf, ilustres representantes da ditadura militar naquele momento. Então, por que o Congresso virou? Ele não virou somente por que quisemos, ele virou porque as entidades se articularam, sob a direção de uma Comissão Executiva. Assistentes sociais se reuniram três dias antes e tiraram algumas estratégias políticas de atuação no Congresso.

Sabíamos que aquele Congresso estava de costas para a história real das lutas sociais. Sabíamos que muitos/as profissionais que estavam lá vinham da luta contra a ditadura, que muitos/as já esboçavam uma experiência de trabalho profissional voltada para os interesses dos/as trabalhadores/as. Portanto, a Virada do Congresso encontrava

eco naquela plenária. Para isso, no segundo dia do III Congresso, fizemos uma Assembleia paralela, da qual participaram cerca de 600 congressistas, junto com as direções sindicais e deliberamos um novo rumo para o Congresso. Disso resultou a destituição da Comissão de Honra e o convite às direções dos/as trabalhadores/as para a composição da Mesa de Honra e o Encerramento, assim como o reconhecimento da categoria dos/as assistentes sociais como parte da classe trabalhadora. Podemos considerar que o III CBAS foi, portanto, um marco na mudança de postura.

A Mesa de Encerramento foi composta por Lula, que encerrou o Congresso juntamente com outras representações sindicais. Lula, naquele momento, era o expoente máximo da representação sindical no Brasil e o representante maior dos/as trabalhadores/as, juntamente com Luiza Erundina da CENEAS e mais representantes dos movimentos sociais. “Por todos aqueles que lutaram e morreram pelas liberdades democráticas nesse país”, essa era a frase final na faixa de encerramento.

Podemos dizer que esse momento foi o ápice da expressão coletiva da categoria de assistentes sociais de ruptura com o conservadorismo e de compromisso com as lutas democráticas da classe trabalhadora, que, acreditamos, continua a ser o projeto dessa categoria. Obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Para dar início aos depoimentos das pessoas presentes nesta mesa, vamos convidar a Aldaíza Sposati. Conforme sua autoapresentação, Aldaíza Sposati era, em 1979, docente da Graduação em Serviço Social na PUC-São Paulo e assistente social e supervisora regional de Serviço Social na Região de Vila Maria e Vila Guilherme. Compôs a Comissão de Organização do III CBAS (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), a convite do, à época, CRAS-SP (Conselho Regional de Assistentes Sociais de São Paulo) e foi designada pelo Comitê Organizador como Secretária Executiva do III CBAS. Com a palavra, Aldaíza Sposati.

ALDAÍZA SPOSATI

Boa tarde a todos/as. Primeiro, é realmente uma emoção muito grande, como uma chama que arde, estar neste momento com vocês, resgatando o III CBAS. Rememoro aqui, neste auditório, a cena de 1979. Muitas mulheres sentadas no chão de um auditório lotado. Parece que, na época, as pessoas ficavam mais próximas do palco do que hoje. De todo modo, é muita emoção rever, passados

30 anos, o significado daquele momento. Seu rastilho que tudo incendiou, da categoria à sociedade.

Dizia Ivanete que fiz parte da Comissão de Organização do III CBAS, com certeza essa afirmação poderia significar hoje receber uma vaia massiva deste plenário, por ter pertencido ao CRAS e ao CFAS, como se isto imediatamente significasse alguma espécie de aliança com a Ditadura Militar. Todavia, as leituras não podem ser lineares ou simplistas dessa forma. A organização do III CBAS foi conduzida pelas direções que até então se impunham e punham à categoria. Foi posterior ao III CBAS que conseguimos ter um processo eleitoral e participativo diferenciado dos coletivos de nossa categoria. O período do III CBAS era um momento de inflexão em nossa organização, em nossa teoria, em nossa prática. Vicente Faleiros - era novo companheiro da PUC-SP. Retornava de seu exílio de nove anos e assumiu a docência na mesma disciplina que eu lecionava. Luiza Erundina era companheira de trabalho na Supervisão Regional de Vila Maria, assim como outros/as tantos/as que lá estavam, na busca de um novo rumo e um novo compromisso para o Serviço Social brasileiro.

A Comissão de Organização compunha-se do CFAS e do CRAS, órgãos subordinados ao Ministério do Trabalho, parte do governo do ditador General Figueiredo, que protocolarmente encabeçou o nosso III Congresso. Negar o nome do ditador como patrono do III CBAS foi um gesto fundamental, que serviu de ponto de união de todos/as que ali estavam. Conseguimos, de fato, e sob a Ditadura Militar, afirmar o compromisso da categoria com os/as trabalhadores.

Não tenho nenhum problema em relembrar estes fatos. Fui designada pela Comissão Organizadora a passar o comando do III CBAS ao coletivo da categoria. E o fiz publicamente não só como profissional, mas, como militante de movimentos sociais. Sou do Partido dos Trabalhadores. Portanto, não era a inflexão do

compromisso com os/as trabalhadores que iria nos distinguir. Esta passagem do comando do Congresso para o coletivo da categoria foi muito importante, pois foi um momento chave para unidade da luta da organização pré-sindical da categoria, em São Paulo. Naquele momento histórico, a categoria reuniu forças para derrubar toda e qualquer presença ou símbolo da ditadura militar. Mais do que isso, foi revertido o processo de chamamento dos Congressos da categoria e definição de suas pautas.

É interessante que (re) leiam o primeiro número da Revista Serviço Social e Sociedade, e resgatem o artigo de abertura escrito pela Comissão Cientifica do III CBAS. Nele, os/as autores/as, embora um tanto idealistas, demonstravam o desejo de ruptura e o assumir de um novo compromisso profissional. São passados 30 anos. Neles, muitos de nós deram rumos impensáveis, naquele momento, às suas vidas. Muitas foram as rupturas. Uma delas, por exemplo, implicou na construção de um novo currículo para o Serviço Social. Todos os fatos aqui relembrados mostram a capacidade que tivemos e temos de lutar. A potência do nosso trabalho profissional, a força da categoria, não somente pela sua inserção no mundo do trabalho, mas também pela sua capacidade em construir respostas. A perspectiva de somar com os movimentos sociais nos fortaleceu como também os fortaleceu. Por isso, realmente nada foi em vão. Tanto com o que ocorreu no movimento de 1979, como na trajetória de cada um de nós que aqui estamos, como em nosso pertencimento a processos coletivos maiores.

Nunca nos amedrontamos com os muros. Somos realmente lutadores/as da derrubada de muros. Era um muro, lembrava-me há pouco um ex-aluno, que retirava um espaço que deveria ser do Centro Acadêmico de Serviço Social da PUC-SP e foi derrubado. Era um muro, na Vila Maria, que retirava o espaço da população favelada e o entregava a empresa de transporte, que foi derrubado. Para além dos exemplos destes muros físicos, foram derrubados, pela nossa unidade de luta, muros de diversos formatos que foram

surgindo. Por esse motivo, quero repetir 30 anos depois: “faria tudo outra vez”. Faria, sim, sobretudo porque temos ainda muito a construir; e temos coragem, apesar da idade, dos 30 anos passados, ela não é menor.

Há um horizonte pela frente, cuja marca é a força de todos nós. Vamos lá. Nada foi, nem é em vão. “Tudo vale a pena, quando a alma não é pequena”, como diz o grande poeta Fernando Pessoa. Muito obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Nosso próximo testemunho é o da professora Maria Inês Bravo. Ela participou do Encontro Nacional de Capacitação Continuada, promovido pelo CELATS em 1979, no Rio de Janeiro (RJ). Quanto ao engajamento em outros movimentos, ela participava do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), entidade, à época, importante para a formulação do projeto de reforma sanitária, bem como do movimento docente para democratização da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS).

MARIA INÊS BRAVO

Gostaria de saudar todas e todos presentes, parabenizar os/as organizadores/as desse evento e cumprimentar os/as nossos/as companheiros/as de luta nesses 30 anos. Como disse Josefa Lopes, o Congresso da Virada foi um marco fundamental para sedimentar a posição de ruptura com o Serviço Social conservador, mas se tratava de uma tendência de ruptura que já vinha se expressando desde meados dos anos 1950 e 1960, principalmente com o Movimento de Reconceituação de Serviço Social em 1965, articulado à criação

da ALAETS e do CELATS. Infelizmente, este movimento no Brasil foi interrompido em 1964, pela ditadura do grande capital.

Neste período, diversos/as companheiros/as nossos/as tiveram que se exilar ou foram presos/as, torturados/as e até mortos/as. Aos/às companheiros/as que lutaram e morreram em função das lutas travadas em nosso país, devemos prestar uma grande homenagem. Com relação ao meu engajamento profissional nas lutas da categoria, não somente no Congresso de 1979, cabe ressaltar o movimento de organização dos/as professores/as que lutavam pela universidade pública, gratuita, democrática e com compromisso social, bem como por um Serviço Social que tivesse na sua formação este compromisso. Nossa luta era para que a nossa entidade de ensino acompanhasse o movimento de democratização da sociedade brasileira.

A ABESS, entidade mais antiga do Serviço Social, criada em 1947, era uma entidade fechada, basicamente formada pelos/as diretores/as das Escolas de Serviço Social. Seu processo de democratização inicia-se a partir da Convenção de São Luís no Maranhão, em 1973, quando, pela primeira vez, conseguiu-se levar a Professora Leila Lima Santos para apresentar a experiência do "Método BH". Esta proposta estava sendo implementada em Belo Horizonte (MG) e é considerada como o marco da Reconceituação do Serviço Social Brasileiro.

A Convenção de São Luís também consegue mudar o nome da entidade de Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social para Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Depois, tivemos a convenção da ABESS em Piracicaba (SP), em 1975. Esta convenção foi atravessada por polêmicas, em que claramente dois projetos profissionais estavam em disputa: o projeto conservador que defendia a neutralidade científica e o projeto crítico comprometido com as lutas dos/as trabalhadores/as. Mais uma vez nesta convenção, o protagonismo de Leila Lima Santos foi fundamental para que pudéssemos elaborar uma proposta de formação profissional, que foi posteriormente aprovada na convenção de Natal (RN), em 1979. Este novo currículo só foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em 1982.

A ABESS consegue consolidar o seu processo de democratização a partir do Congresso da Virada, na Convenção de 1981, em Vitória (ES). Nesta convenção, dá-se a democratização da entidade, com aprovação de um novo estatuto, com composição paritária entre docentes, discentes e participação efetiva dos/as supervisores/as de campo. A partir dos anos 80, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social vai se fortalecer e articular com os demais movimentos, principalmente o movimento sindical da categoria, que já estava mais sedimentado e que foi fundamental para o Congresso da Virada e que será ressaltado pelas nossas companheiras que lideraram este processo.

Outro aspecto importante que deve ser ressaltado foi a luta existente no âmbito do exercício profissional, principalmente numa das instituições mais burocráticas, ou seja, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com a discussão e avaliação do Plano do Serviço Social, através da análise dos programas em que os/as assistentes sociais participavam. Esse processo foi coordenado por uma grande assistente social do Rio de Janeiro, Helena Bertho da Silva. Foi um processo nacional que possibilitou a reflexão sobre a necessidade de se mudar a proposta do Serviço Social para o INPS e iniciar a discussão da Seguridade Social, articulando saúde, assistência e previdência social.

Alguns sujeitos sociais que foram importantes nessa trajetória merecem também ser lembrados, como Seno Cornely, por seu protagonismo no Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Outro sujeito expressivo desse processo que antecedeu o Congresso da Virada foi o movimento estudantil. Os/as estudantes de Serviço Social foram fundamentais na Convenção da ABESS realizada em Natal (RN), em 1979. Eles/as realizaram um Encontro em 1978 e participaram ativamente, em 1979, da reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), na perspectiva de que o movimento estudantil tivesse um protagonismo na redemocratização do Brasil.

Para finalizar, considero relevante que, ao comemorarmos o Congresso da Virada, estejamos repensando a atual conjuntura, que

nos exige não só comemorar os 30 anos de Serviço Social Crítico no Brasil, mas reafirmar os elementos centrais e definidores do processo ético-político, expressos na Lei da Regulamentação da Profissão, no Código de Ética e nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Desta forma, consideramos como desafios importantes postos à profissão na atualidade - apenas para pontuar algumas questões que serão largamente debatidas nas diversas conferências deste evento -: defender, de forma radical, o projeto ético-político do Serviço Social construído nesses 30 anos; criar as condições para sua manifestação no cotidiano profissional; continuar no aprofundamento teórico-metodológico com base na teoria crítica; articular as lutas institucionais vividas no cotidiano profissional com as lutas mais gerais da sociedade, em defesa das políticas públicas e universais e de responsabilidade do Estado; construir alianças estratégicas com os movimentos sociais, na luta pela radicalização da democracia e pelo fortalecimento da participação da classe trabalhadora nos espaços políticos, com vistas à socialização da política; continuar, enquanto grande legado do Congresso da Virada, a articulação entre as entidades da categoria, que tem sido fundamental para a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social e seu espraiamento no meio profissional; e, por fim, fortalecer o contato com o Serviço Social dos diversos países da América Latina e Caribe e com as lutas dos movimentos sociais realizados nesses países.

Para concluir, gostaria de ler uma mensagem de Ernest Mandel, quando ele diz que: “toda tentativa de solução individual, parcial, fragmentada, descontínua, para essas tremendas ameaças que se observam, está desde o início condenada ao fracasso. A única possibilidade está na ação coletiva. Esta é uma orientação que devemos adotar para resolver os grandes problemas da humanidade”. Com estas palavras, o desafio está posto: continuar na luta coletiva fortalecendo o projeto ético-político e a articulação com os movimentos sociais, na defesa de um novo projeto societário, na perspectiva da emancipação política tendo como horizonte a emancipação humana. Muito obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Mais uma companheira que participou ativamente do Movimento Sindical naquele momento, e da Virada, a assistente social Maria do Socorro Reis Cabral, na ocasião, era Assistente Social do então INPS, hoje INSS (militante até hoje da área). Ela está conosco, por exemplo, agora na luta pela realização concurso para a Previdência Social, para garantir a posse das/os aprovadas/os e as condições de trabalho das/os assistentes sociais do INSS. Naquela ocasião, foi militante da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APAS), membro da comissão de sindicalização, também participou do III Encontro das Entidades Sindicais, que antecedeu o III CBAS. Foi da CENEAS e dirigente da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS). No III CBAS, foi convidada a falar sobre a experiência do trabalho profissional no INSS e nas oficinas que estavam pensadas para a organização do trabalho. Socorro Cabral, por favor.

MARIA DO SOCORRO REIS CABRAL

Queria iniciar saudando os/as companheiros/as desta mesa, ressaltando que são companheiros/as de muitas lutas e de muitos

anos. Quero saudar os/as estudantes presentes, os/as profissionais e, em especial, as entidades que organizaram este evento, por entender que ele retoma a história para compreender o presente, sem perder a perspectiva da construção de uma nova sociedade. Nessa direção é que me insiro no debate do III CBAS. Depois de ouvir todos/as os/as companheiros/as que aqui falaram, tentei pensar que síntese poderia fazer do III CBAS. Analisando aquela conjuntura, posso afirmar que o III CBAS foi o momento político em que esta categoria, usando uma expressão forte, "tomou a história em suas mãos", e assumiu seu protagonismo político.

A "Virada" foi resultado da concatenação de vários embates e de vários caminhos. Posso mencionar alguns: o debate latino-americano da reconceituação; o debate que se promovia no CELATS e ALAETS; a experiência do movimento estudantil; a conjuntura densa e de luta que existia naquele momento. Portanto, discutir o III CBAS, hoje, nos remete, exatamente, à conjuntura do período, como expressaram as falas que me antecederam. Foi um momento eivado de protestos, um momento em que muitos/as trabalhadores/as enfrentavam duramente a ditadura militar, e no qual muitos/as dos/as nossos/as companheiros/as estiveram envolvidos/as. Assim, o enfrentamento daquela dimensão histórica adversa passa pela militância de muitos/as de nós em partidos de esquerda, e na luta clandestina.

Fiquei pensando, portanto, em quem eu era, e onde estava aquela geração que fez o III CBAS. Esta geração estava na luta política, nos movimentos sociais, passou pelo movimento estudantil e enfrentou a ditadura militar. Muitos/as foram encarcerados/as em porões, e passaram por tortura. Foi essa a geração que fez a "Virada". Não só a geração que se tornou a Direção do Congresso, mas, fundamentalmente, a massa crítica que esteve presente. Sem essa massa crítica, a "Virada" também não se consolidaria.

No conjunto de acontecimentos históricos, há dois que quero destacar: de um lado, a presença de um movimento crítico no interior do Congresso, que já apontava contradições e denunciava

o adesismo dos/as organizadores/as do Congresso. De outro lado, destaco a combatividade da direção das entidades sindicais, sem as quais a "Virada" não se efetivaria. Caberia resgatar um pouco o processo de construção do movimento sindical; a retomada das entidades que no período militar haviam sido fechadas; os Encontros das Entidades, com preparação das lideranças e mais a definição das táticas e estratégias às vésperas do Congresso. A participação das entidades sindicais no Congresso exigia, primeiro, deixar muito claro o significado desta participação, apontando que não era possível, naquele momento, interferir na direção do Congresso, tendo o evento sido organizado, saudando a ditadura militar, o presidente Figueiredo e os ministros da ditadura militar. Nesse sentido, um dos elementos centrais de contraposição ao conservadorismo foi assegurar que, ao final do Congresso, estivessem presentes os Movimentos Sociais que protagonizavam a luta política no país. Hoje, ter entidades participando dessa mesa da manhã traduz-se como uma homenagem àqueles/as companheiros/as de luta que estiveram conosco.

É importante ter claro que, naquele momento, muitas contradições perpassavam a prática profissional, a categoria. Cito o seguinte exemplo: um dos dirigentes sindicais, presente no final do Congresso, declarou que, à época da dura greve do ABC, as montadoras recorreram a assistentes sociais para ir às casas dos/as trabalhadores/as a fim de convencê-los/as a voltar ao trabalho. Esse fato revelava de forma transparente uma face das contradições presentes no interior da categoria. O próprio Congresso – sua organização, etc. – manifestava a contradição existente entre nós. A "Virada" irrompe, então, como uma vitória sobre o sentimento de impotência que era banalizado pelo discurso da imutabilidade. Dessa forma, emergiu muito claramente a dimensão histórica daquela conjuntura, visão que se consolidou, indo desaguar no Projeto ético-político profissional, em uma nova orientação ético-política e em um novo fazer profissional.

Os/as companheiros/as que construíram a "Virada" estavam em suas organizações de trabalho, ousando experiências que nos

colocavam do lado dos/as trabalhadores/as, e isto foi confirmado no Congresso. Naquele momento, alguns desafios se afirmaram: o desafio de termos uma direção política parametrando o exercício profissional; de discutir e se firmar alianças com as lutas imediatas e históricas dos/as trabalhadores/as; de romper com a "internalidade" e a introspecção que consumia o Serviço Social, reconhecendo sua historicidade. Imersos nesse contexto, é possível situar toda a trajetória do movimento sindical de assistentes sociais. Uma trajetória muito pouco discutida hoje nas Universidades e pouco conhecida pelos/as assistentes sociais.

O movimento sindical dos/as assistentes sociais nasce colado à luta política dos/as trabalhadores/as, transformando-se em um marco decisivo que permitiria que a categoria se apercebesse de seu pertencimento à classe trabalhadora. Este é um ponto que considero extremamente importante, e reputo essa compreensão como um dos legados do Congresso.

Foi a partir do III CBAS que a plenária do congresso delegou à CENEAS a organização do congresso subsequente, o qual incorporou as demais entidades da categoria em sua direção política.

Sob essa proposição, foi organizado, no Rio de Janeiro, o IV Congresso. Naquele momento, as análises políticas concluíram que o Conselho Federal, que havia realizado o III CBAS, passara por um processo de democratização, com uma nova direção política. A ABESS iniciara o processo de construção de um currículo que identificava outro norte para a formação profissional. O conjunto dos Sindicatos e Associações Profissionais apontava que deveríamos, naquele contexto, nos somar a todas as entidades, e mais, que os Congressos Brasileiros deveriam – dali em diante - ser construídos pela organização político-sindical, mais o conjunto CFESS-CRESS, a ABESS e o movimento estudantil. Essa conclusão decorria da percepção de que fora esse conjunto que tinha assumido o protagonismo político fundamental na categoria. A dinâmica participação nos congressos da classe trabalhadora, junto ao segmento à esquerda do movimento sindical, que se posicionava contrariamente às práticas negociadas

nos gabinetes da FIESP e ao amortecimento da luta, ilustra com precisão histórica o mérito de nossa compreensão de pertencimento à classe trabalhadora.

Não tenho dúvida de que o III CBAS foi o momento político em que a categoria assumiu definitivamente o seu compromisso com os ideais imediatos e históricos dos/as trabalhadores. Expressou isto pelo repúdio total ao conservadorismo, ainda que o conservadorismo – elemento indispensável para excluir divergências – mantenha-se em nossa categoria, e na sociedade como um todo. Neste momento, estamos reafirmando os compromissos assumidos àquela época, e este Congresso, ao promover debates sobre as condições objetivas da realidade, revela que as condições de luta continuam presentes. A História não acabou.

Nesta oportunidade, vamos discutir também, a partir do Congresso da "Virada", os 30 anos seguintes. São 30 anos em que o projeto neoliberal se implantou no país, promovendo o desmonte das políticas públicas, precarizando condições de trabalho, entre elas as do/a assistente social, e o consequente agravamento da questão social. Portanto, na ordem do dia está a necessidade de fortalecer nossa organização, para enfrentar esses problemas conjunturais. Nesse sentido, entendo que o saldo político e organizativo do CBAS deve ser firmado aqui.

Este evento aponta claramente as questões políticas que estão em pauta e indica a necessidade de uma ação organizada dos/as assistentes sociais para continuar a "Virada". Um processo de "virada" não apenas de um Congresso, mas a "virada" dessa sociedade injusta, a sociedade do capital.

Para nós, assistentes sociais, este debate é essencial. Os/as companheiros/as que ainda vão falar nos trarão elementos importantes de análise e de perspectiva que fortalecerão nossos compromissos ético-políticos, centrados na direção social da profissão. Obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Para mais um depoimento, gostaríamos de dar a palavra à Mariangela Belfiore Wanderley, que integrou a Comissão Técnica do Congresso, na qualidade de vice-presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que, à época, se chamava Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) Região Sul II. Ela era também diretora da Faculdade de Serviço Social da PUC/São Paulo.

MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY

Boa tarde a todas e a todos aqui presentes. É realmente uma grande emoção estar aqui, neste mesmo lugar, 30 anos depois. Alguns/algumas de nós estivemos antes neste espaço, outros/as chegaram depois. Felizmente são novas gerações que aqui estão e nos dão a certeza de que nossa categoria profissional continuará a sua trajetória, firme e unida, defendendo o nosso projeto ético-político construído coletivamente. Quando tive a honra de ser convidada para

participar desta sessão de depoimentos, foi-me dito que deveríamos buscar reconstruir ou trazer exatamente, para aqueles que não estiveram no evento da Virada, o clima e o relato do que aconteceu naquele momento.

Temos, nesta mesa, colegas que, em função de suas diferentes inserções, lutavam e militavam naquele momento ímpar para a trajetória da nossa categoria profissional e para a história do Serviço Social brasileiro. Então, ontem, retomei os Anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, reavivando minha memória, busquei recuperar aquele momento tão importante. Convido todos/as vocês e os/as nossos/as alunos/as, especialmente, que façam esse exercício de leitura de um documento que é histórico.

Trinta anos depois, e tendo percorrido este tempo, militado em diferentes frentes com distintas inserções. Destacando que minha trajetória é principalmente acadêmica, a minha militância deu-se em órgãos ligados à formação dos/as assistentes sociais, na graduação e na pós-graduação. Reafirmo aqui: vale a pena ter sido um sujeito dessa história. Vale a pena fazermos uma releitura ou uma primeira leitura, no caso daqueles que não conhecem este documento do III CBAS. Ali estão contidas lições de democracia, momentos fundamentais, que, se lidos com os olhos de hoje, revelam sementes, contradições e tensões que estavam presentes na conjuntura externa ao congresso, mas também interna, tanto no âmbito da sua organização quanto do que se desdobrou depois.

Como foi dito na apresentação desta mesa, a minha participação nas comissões daquele congresso deu-se como representante da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social, a ABESS, que, em 1979, havia realizado a sua 21ª convenção e aprovado o currículo mínimo para os cursos de graduação em Serviço Social. Para vocês terem uma ideia da dimensão daquele momento, tínhamos, no final dos anos 70, 49 Cursos de Serviço Social - hoje temos mais de 300 -, dos quais 37 eram unidades de ensino associadas à ABESS. Trinta estavam presentes naquela convenção e unanimemente aprovaram

o currículo de 1979. É importante marcar esse momento, porque esse currículo trazia questões que depois vão ser trabalhadas no decorrer da década de 80. Implantado em 1982, foi o primeiro passo na direção das profundas transformações que propiciaram a Virada da formação profissional.

Neste evento teremos a oportunidade de refletir a conjuntura da época, os legados do III CBAS, que, como disse há pouco Ivanete Boschetti, foram as sementes do que viria a ser a grande Virada do Serviço Social, do ponto de vista político, acadêmico e ético. Bem, se há algo que eu possa dizer que me marcou profundamente foi a Assembleia da Virada. O evento tinha, se não me engano, umas 3.000 pessoas inscritas. Aquela foi uma assembleia que começou com 600 participantes e que no seu auge teve 1.800 participantes.

Essa assembleia, então, veio recolocar no centro do debate, na mesa de honra, aqueles segmentos da população que efetivamente são sujeitos da história, fizeram e faziam a diferença naquele momento. Logo, é um movimento bastante expressivo. Não tenho ideia de quantos/as assistentes sociais éramos no final da década de 80, mas certamente muito menos do que somos hoje. Desse modo, um congresso com 3.000 pessoas, em que mais da metade esteve presente nesta assembleia histórica, é algo que realmente demonstra a inserção de nossa categoria profissional, a sua militância, a sua capacidade de dar direção à sua ação.

É importante ainda dizer - e sei também que isso será dito, inclusive, pelos demais que estão nesta mesa - que o que aconteceu no Congresso de 79 é fruto do que vinha acontecendo no seio da categoria. Quero me deter no que diz respeito à nossa categoria profissional, porque o que vinha acontecendo na sociedade todos/as sabemos. Vivíamos sob a ditadura. Era um momento de rearticulação dos movimentos sociais, com protagonismo da classe trabalhadora, inclusive no cinturão do ABC.

Portanto, para que chegássemos aonde chegamos, um processo vinha se engendrando, tanto na discussão política, com a grande

liderança de Luiza Erundina na reconstituição da nossa associação profissional, como nos espaços acadêmicos. o CELATS também está aqui para testemunhar seu apoio fundamental ao serviço Social brasileiro. Enfim, todos/as que hoje aqui estamos, vínhamos discutindo e militando, ou seja, estávamos presentes no movimento social. Assim, o mais importante, nesta minha fala hoje, é dizer da honra de estar aqui presente e de ver que, 30 anos depois, permanece a mobilização de profissionais que continuam trabalhando na construção desta categoria e do Serviço Social.

Os desafios na formação profissional continuam. Sabemos que o fato de termos propiciado a Virada, há 30 anos, não significa que tenham desaparecido as tensões e contradições. Muito pelo contrário, a nossa formação nos ensinou que a contradição está presente sempre e é nesta arena de disputa que nos colocamos e estamos defendendo claramente a hegemonia de um projeto ético-político. Um projeto que é fruto efetivamente dos sujeitos coletivos que aqui estão e de outros que não puderam estar hoje pessoalmente, mas que formam este grande movimento da nossa categoria de assistentes sociais.

Todos/as estamos de parabéns. Reafirmo a chamada do nosso Conselho Federal: “começaria tudo outra vez, se preciso fosse”. Tenho certeza de que todos/as começaríamos tudo outra vez, se preciso fosse e continuaremos, porque é preciso essa luta na direção do que coletivamente vimos construindo. Agradeço muito o convite que me foi feito pelo CFESS e deixo aqui meu testemunho, convidando todos/as a continuarmos neste trabalho cotidiano de construção da nossa categoria profissional. Muito obrigada.

A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

30

Depoimento

Coordenação

Gostaríamos agora de dar a palavra a uma figura que foi ovacionada para estar presente aqui conosco nessa mesa de depoimentos. Antes de falar do seu currículo, queria reforçar não somente o seu papel como assistente social, mas também como militante feminista do movimento de mulheres. Ela não só contribuiu naquele período, mas vem contribuindo até hoje. Estamos falando da professora Rosalina Santa Cruz.

Rosalina Santa Cruz é assistente social, foi membro do movimento da Anistia, como presa política e irmã de desaparecido, feminista, militante do movimento de mulheres e assistente social de base da Prefeitura do Município de São Paulo. Foi condenada a um ano de prisão pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Com vocês, então, Rosalina Santa Cruz.

ROSALINA SANTA CRUZ

Queria primeiro parabenizar a comissão que organizou esse Encontro e saudar todos/as, mas gostaria de dizer para os/as

estudantes que aqui levantaram o meu nome para falar, que não posso agradecer a eles/as, porque, na verdade, eles/as que deveriam estar falando aqui no meu lugar. Sei que vocês sabem, mas quero reafirmar: que a voz de vocês, estudantes, é uma arma muito poderosa, porque vocês "viram" o que desejam e querem "virar". A força do movimento estudantil é muito importante e muitos/as de nós aqui começamos a nossa militância e a construção de nossa consciência política no movimento estudantil. Parabéns pela irreverência.

Não ia falar, por isso não me preparei, mas escrevi algumas coisas hoje na Internet. Então, vou começar falando um pouco a partir disso. A primeira que coloquei era assim - uma referência ao Congresso da Virada:

1979 - país: Brasil; cidade: São Paulo; local: Anhembi. Um ano mais conturbado que 1968 para nós, brasileiros/as, socialistas e assistentes sociais. 1979 para nós, brasileiros/as, foi um ano de muita alegria e de muita tristeza, porque foi o ano em que tivemos muita esperança do que seria a Anistia nesse país. Tristeza, porque tivemos uma Anistia que não foi ampla, nem geral e tampouco irrestrita.

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais aconteceu pouco depois da Anistia. A Anistia foi em agosto de 1979, o Congresso foi em setembro. Foi um momento de muito sofrimento, porque a Anistia não trouxe o que mais desejávamos e desejamos até hoje 30 anos depois: a abertura dos arquivos da Ditadura para saber como e onde estavam os/as desaparecidos/as políticos/as, os/as militantes políticos/as desse país, os/as quais a repressão não só matou, mas ocultou os seus cadáveres. Essa é uma luta de hoje, 30 anos passados da declaração da Anistia no Brasil.

1979 foi, portanto, um ano em que estive muito presente nessa luta, não só por ser ex-presa, mas por ter um irmão desaparecido e estar muito envolvida na luta dos/as familiares de mortos/as desaparecidos/as, como estou ainda hoje. Quando digo "abram os arquivos já", pois é necessário que o povo brasileiro saiba a verdade. Estou dizendo que a lei do sigilo é um absurdo. Vamos esperar 50

anos para abrir os nossos arquivos, quando só soubemos o que aconteceu na Alemanha nazista nos seus campos de concentração, porque a lei do sigilo da Alemanha foi quebrada, e nós, brasileiros/as, não o fizemos.

Quando vemos, na América Latina, julgamentos como os de ontem, de assassinos e torturadores na Argentina, no Chile e nos outros países da América Latina, constatamos que a nossa Anistia deu-se em outra direção, valeu para os ditadores brasileiros que foram absolvidos, sem sequer serem julgados.

1979 - esse foi o ano também em que se avançou na luta por creches, por melhores condições de vida, contra a carestia, a luta por moradia, por saúde na periferia das grandes cidades. E, nós, assistentes sociais, aqui presentes, sabemos onde estávamos naquele momento de ressurgimento do movimento social? Numa nova frente de luta? Pergunto a todos/as uma coisa, pois é uma pergunta que me vem e vou perguntar: o que você estava fazendo em 1979? No III Congresso de Assistentes Sociais? No Congresso da Anistia? No Brasil? No exílio? Na cadeia? Nos gabinetes da ditadura? Nos trabalhos de base da periferia das grandes cidades brasileiras? Fazendo o segundo grau? Na barriga da mamãe?

Onde estávamos, cada um/a de nós? Pensem, setembro de 1979, onde eu estava? E onde estou hoje? É importante pensarmos, porque a história, segundo Marx, não é feita só pelos nossos desejos, pela nossa vontade, ela é feita de acordo com a conjuntura e com o momento histórico que vivemos. Somos seres humanos com teleologia, com capacidade de pensar, decidir, escolher e fazemos escolhas ao longo de nossas vidas, a escolha onde queremos estar, por exemplo.(...)

E também não importa muito onde estávamos como pessoa, como indivíduos isolados. Estávamos como sujeitos coletivos naquele momento histórico em 1979. O que podemos, então, resgatar desta reflexão sobre o III CONGRESSO? Havia ali, dois projetos políticos, dois projetos societários, dois projetos profissionais claros em conflito e em luta. As pessoas faziam parte

desses projetos coletivos, não éramos uma soma de indivíduos, mas indivíduos representativos do lugar que estávamos. E hoje gostaria de dizer que era muito diferente estar na mira ou no gabinete da Ditadura.

Era muito diferente, como não é igual estar demitido/a, escondido/a ou ocupando cargos de confiança dos ditadores, demitindo ou patrulhando companheiros/as. Muitos/as de nós fomos, naquele momento, patrulhados/as, demitidos/as por assistentes sociais. Tive muitas vezes que esconder minha identidade, porque tinha "ficha corrida" na polícia. Tinha sido condenada a um ano de cadeia, tinha duas prisões, uma de um ano e três meses e outra de mais cinquenta dias. Não podia me apresentar onde ia trabalhar com a minha "ficha corrida", então só quem viveu esse momento pode saber.

É algo parecido com o que vivem alguns/algumas brasileiros/as hoje, jovens da periferia, que têm "ficha corrida" ou tem "passagem". Sabem como eles/as conseguem emprego? Dão um jeito de esconder isso; assim éramos nós também, e é importante que digamos isso, porque não estávamos todos/as – os/as assistentes sociais - nas mesmas condições, nem com as mesmas posições.

"Isso tudo é bobagem", dizem-nos também nossas Forças Armadas, amadas e nossos patrulheiros de plantão. "A Anistia é para os dois lados. memória é esquecimento, é reconciliação, é perdão". "Só os revanchistas querem abrir os arquivos da Ditadura", dizem nossas Forças Armadas. Muitos desses "companheiros" - companheiros entre aspas -, são os mesmos que faziam a repressão, são hoje chamados para matar nos morros do Rio de Janeiro e nas favelas de São Paulo. Que fazemos todos nós dessa categoria que lida com esses jovens hoje chamados de transgressores e que estão vivendo uma verdadeira batalha campal nesse país?

Onde estamos nós hoje, assistentes sociais, na defesa da cidadania? As pessoas que estão hoje envolvidas com o ciclo da violência, do narcotráfico, da ilegalidade, que posição temos em relação a isso?

Como nos reunimos e não falamos na guerra civil que se vive nesse país, que atinge as pessoas com as quais trabalhamos e atuamos. Temos a obrigação de defendê-los/as.

Dizem-nos sempre que é acertado passar uma borracha sobre o passado, pois o que importa é o amanhã, hoje já é outro dia. Os poderosos e seus mandantes sempre falam, pregam e elogiam a Anistia brasileira que não se responsabilizou pelos crimes hediondos cometidos nesse país.

Essa ideologia do esquecimento, do abafamento da verdade e dos fatos, como eles foram, é parte da nossa cultura, dizem, da nossa cultura da paz, da nossa sinergia com uma sociedade dita fraterna, que nos constrói a cada momento, desconstruindo o velho vivido, parte do nosso passado e do nosso presente. Por isso, quase sempre na nossa categoria, parece que não existem projetos em luta, não existem posições em conflito, passamos por cima disso, como se fôssemos todos/as iguais nessa noite ou naquela hora. Não somos nem éramos iguais. Distinguirmos não é buscar cisões, é buscar formas de discutir realmente o que aconteceu, é enfrentar a luta pela hegemonia de um projeto político da nossa categoria. Esses projetos estão em luta constante hoje, como estavam em 1979. Precisamos nos posicionar, mostrar a nossa cara e mostrar as nossas diferenças e as nossas convergências. Consenso falso, consenso de passar por cima das diferenças não é proposta de luta.

Por isso, conto, terminando, que, quando recebi das mãos de uma companheira da Comissão Organizadora a divulgação do evento de hoje, pensei: “será que ficamos todos iguais nesta hora?” Onde estou? Sim, somos diferentes, e temos projetos em luta nesse momento, como tínhamos no passado, a respeito dos quais é preciso falar e se posicionar, sem medo, pois “a chama em meu peito ainda queima”, saibam.

A fé no que virá e a alegria de olhar para trás: 30 anos do projeto ético-político profissional

30

Palestra

MARILDA VILLELA IAMAMOTO*

Para Leila Lima,
nessas quatro décadas de amizade.

---

* Marilda Villela Iamamoto é assistente social, doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, atualmente, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Programa Produtividade em Ciência (UERJ/FAPERJ) com o projeto: Estado, classes trabalhadoras e Serviço Social no Brasil. 2003-2012 (Condições de vida e trabalho dos migrantes sazonais na agroindústria canavieira fluminense). É coordenadora do Programa de Estudos e Pesquisas: Pensamento Social e Realidade Brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni. Autora de vários livros e artigos especialmente na área de Serviço Social.

Agradeço o convite e parabenizo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais, especialmente o CRESS de São Paulo, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) pela organização desse Seminário histórico, em comemoração aos 30 anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979.

Gostaria de expressar a minha alegria de estar na mesa com os/as companheiros/as Prof. Dr. José Paulo Netto e Profa. Dra. Elaine Rossetti Behring, saudando-os/as pela nossa teimosia em permanecer na margem esquerda da história. Cumprimento a estudante representante da ENESSO Rafaela, geração do futuro.

Minhas calorosas saudações aos/às assistentes sociais, docentes, alunos/as, aos/às pesquisadores/as e ao público presente.

O tema que nos foi proposto é: A fé no que virá e alegria de olhar para trás: trinta anos do projeto ético-político-profissional. A comemoração dos trinta anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS) é também a comemoração do que venho chamando de patrimônio sócio-político-profissional coletivamente construído nesse lapso de tempo, que atribuiu uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro no cenário da América Latina e Caribe e no circuito mundial da profissão.

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos/as trabalhadores/as, do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, marcado pelo compromisso com a afirmação da democracia, entendida enquanto socialização do poder político, da riqueza e da cultura, no terreno da história. Nessa direção, a luta pela afirmação dos direitos, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte de um processo de acumulação de forças em direção à superação histórica das desigualdades.

É muito difícil falar depois da mesa que nos antecedeu. A riqueza de vida dos depoimentos certamente vai redundar na repetição de uma série de informações que nos foram prestadas pelos/as protagonistas dessa história de maneira muito viva e emocionante. Mas gostaria de desenvolver algumas ideias.

A primeira delas é que o núcleo duro desse patrimônio intelectual e político a que fiz referência é formado pela compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista, no diálogo com outras matrizes analíticas e politicamente pela aproximação com as forças vivas progressistas que movem a história. Em tempos de radicalização neoliberal, esse legado vem contraditoriamente permitindo a legitimação pública e acadêmica do Serviço Social, mas, ao mesmo tempo, crescem as investidas contra ele, no compasso da reação conservadora da sociedade.

Em segundo lugar, expresso minha concordância com o Prof. Dr. José Paulo Netto ao sustentar que o III CBAS foi a primeira e tardia manifestação massiva da categoria dos/as assistentes sociais contra a ditadura militar e o poder de classe em que se sustentou. Mas ela é antecedida do compromisso de grupos de profissionais com a organização política dos/as trabalhadores/as contra a opressão e o arbítrio, que moveu a luta pela anistia ampla, geral e restrita, a qual se encontra ainda hoje inconclusa, como bem destacou a Profa. Rosalina Santa Cruz.

A terceira ideia é de que a articulação do Serviço Social na América Latina soldou bases materiais e políticas para a reorganização da categoria no Brasil: impulsionou a formação acadêmica calcada na teoria social crítica e atenta às particularidades da dependência latino-americana; e estimulou a leitura do Serviço Social no âmbito das relações entre as classes e dessas com o Estado no enfrentamento das desigualdades sociais, pela via dos movimentos sociais e das políticas públicas.

Nesse lapso de tempo, os/as assistentes sociais brasileiros/as construíram uma sólida organização acadêmica e profissional, com entidades politicamente fortes, representativas e articuladas entre si, abrangendo todo o território nacional. Penso ser inédita essa construção coletiva de entidades dotadas de legitimidade política e capilaridade organizativa nesses tempos de combate à luta social, de exaltação do individualismo e da indiferença ante os dramas coletivos.

As palavras do poeta mineiro Murilo Mendes inspiram este momento, sintetizando o espírito dessa comemoração: "A memória é uma construção do futuro, mais que do passado (...) Virar a vida pelo avesso (...) Passado, presente, futuro, tiro alimento de tudo".

Pretendo realizar uma releitura desse legado, a partir do lugar que dele participei: pela sua margem esquerda, tanto na luta contra a ditadura quanto na articulação latino-americana da profissão.

Profissionalmente, trazendo a experiência da proposta pedagógica da PUC/MG no período de 1971-1973 e do conhecido "Método Belo Horizonte" (SANTOS, 1982), nos anos 1978-1979 atuava como pesquisadora do Centro Latino-Americano de Trabalho Social (CELATS) no projeto de investigação: História do Serviço Social na América Latina, junto com o Raul de Carvalho e Alejandrino Manguiña Larco, sob a coordenação de Manuel Manrique Castro[1]. Naquela época, a direção do CELATS estava a cargo da nossa colega Leila Lima Santos.

---

[1] Em 1978, o CELATS lança o projeto de pesquisa: Historia do Serviço Social na América Latina , sob a responsabilidade acadêmica de Manuel Manrique Castro e Marilda Villela Iamamoto. Cf. MANRIQUE, M. C e IAMAMOTO, M. V. Hacia el estúdio de la história del Trabajo Social en América Latina, Revista Acción Critica nº 5. Lima: CELATS/ALAETS, 1979, p.53-73; Essa pesquisa desdobrou-se as seguintes publicações: IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Celats/ Cortez 1982; MANRIQUE, M, C. Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez/ Celats, 1984; ____De Apostoles a agentes de câmbio. El Trabajo Social en la historia latinoamericana. Lima: Celats, 1982; MAGUIÑA, A. L. Desarollo Capitalista y Trabajo Social. Peru. 189601976. Lima:Celats,1979.

Participamos ativamente da construção do "processo da Virada", quer no âmbito da análise teórico-histórica da profissão quer em sua articulação política prévia.

Vou tratar de três grandes pontos: breve caracterização do significado da latino-americana do Serviço Social; o terreno histórico da "virada": o processo da derrota da ditadura e a organização latino-americana; o legado do III CBAS, impasses e polêmicas.

1. Retrospectiva histórica da articulação do Serviço Social na América Latina.

A articulação do Serviço Social na América Latina, soldando uma unidade de diversidades nacionais, tem uma história de mais de quatro décadas. Em 1965, ocorre, em Porto Alegre, o I Seminário do Serviço Social face às Mudanças Sociais da América Latina. Este foi o primeiro marco público da busca de um Serviço Social latino-americano, que reage à importação de parâmetros profissionais. Denunciava-se, à época, o capitalismo dependente, o imperialismo norte-americano num ambiente político-cultural marcado pela vitória dos revolucionários da Sierra Maestra sobre Havana, pelas lutas estudantis de 1968, pela abertura da Igreja Católica, a partir do Concílio Ecumênico do Papa João XXIII, que vai permitir o desenvolvimento da Teologia da Libertação.

A esse primeiro seminário seguem mais outros: em Montevidéu (Uruguai), em 1966; em Concepción (Chile), em 1969; em Cochabamba (Bolívia), em 1970; em Ambato (Equador) em 1971 e novamente em Porto Alegre (Brasil), em 1972.

A primeira articulação do Serviço Social latino-americano, a Asociación Latinoamericana de Trabajo Social (ALAETS) data de 1965, criada no marco do V Congresso Pan-Americano de Serviço Social da Organização dos Estados Americanos (OEA). Mas a sua primeira

refundação política ocorre em Quito (Equador), em 1971[2], sob a presidência do companheiro chileno Luis Araneda (gestão1971-1974). Buscava-se a independência do Serviço Social perante o Social Work norte-americano e a OEA, redirecionando a articulação do Serviço Social para os dilemas da América Latina.

É nesse período que ocorrem as primeiras aproximações do Serviço Social ao Instituto de Solidariedade Internacional (ISI), da Democracia Cristã alemã, impulsionando convênios de cooperação técnico-financeira para a criação de um centro de investigação, capacitação e divulgação. O Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS) surge em 1974[3]. O Centro desempenha um papel fundamental no contexto progressista do Serviço Social latino-americano num período em que a pós-graduação ainda dava seus primeiros passos. Contribui decisivamente na elaboração de um pensamento crítico do Serviço Social Latino-Americano e no fortalecimento da organização acadêmico-profissional nos marcos do continente, cultivando a fraternidade dos povos latino-americanos na luta contra o arbítrio das ditaduras militares no continente.

Esse movimento político-cultural-progressista ocorre no contexto da guerra fria, em um ciclo expansionista do capital, o que permite, inclusive, entender a presença do financiamento alemão por meio da Fundação Konrad Adenauer, na articulação do Serviço Social no continente. Ela é indissociável da disputa, por parte dos países centrais, pela hegemonia na América Latina, naquele período de

---

[2] O Seminário Latino-Americano realizado em Ambato (Equador), em 1971, foi apoiado pelo Instituto de Solidariedad Internacional (ISI) e agregou profissionais progressistas do Continente. Ele foi prévio ao VII Congresso Pan-Americano da OEA, fechado abruptamente pelo ditador direitista Velasco Ibarra, do que tenho vivo registro. Participei desses eventos por meio de bolsa do ISI, da Fundação Konrad Adenauer.

[3] O CELATS, criado em 1974, teve seus Estatutos aprovados em 1975, em El Salvador, na América Central. Estabeleceu sua sede em Lima (Peru) e, em 1976, é reconhecido pelo governo peruano como organismo de cooperação técnica internacional.

crescimento. Esse ciclo expansionista se esgota nos anos 1980, acompanhado da crise do Leste Europeu, da expansão neoliberal e da vitória do Império Norte–Americano contra as forças democráticas.

A hipótese que sugiro é que a decadência dessa etapa progressista da articulação latino-americana é indissociável, primeiro, dos diferentes tempos históricos das ditaduras no continente latino-americano, especialmente no cone Sul; e, segundo, aquela decadência nos países de língua hispânica é também expressão do abandono, na arena do Serviço Social, do pensamento crítico, fecundado na tradição marxista e alimentado mediante a aproximação com as forças progressistas do continente. Ou seja, o esvaziamento teórico e político do CELATS e da ALAETS estão relacionados com a perda de seu projeto profissional fundador.

Com a expansão neoliberal no continente, cria-se o ambiente favorável à hegemonia de um outro projeto político-profissional: que afirma a adesão aos imperativos do mercado, dócil às orientações neoliberais, débil teoricamente e com fortes traços pragmáticos e empiristas, o que redundou em um quadro de representação frágil da categoria profissional. Entretanto, no Brasil os rumos foram outros, em função de nossa conjuntura política - rigorosa e brilhantemente analisada por José Paulo Netto - a qual cria o terreno favorável para revitalizar o projeto fundador da articulação latino-americana nas particularidades de nosso país.

É importante registrar que a experiência brasileira, a partir de 2006, volta a ter uma interferência no Serviço Social Latino-Americano apoiando a rearticulação do Serviço Social latino-americano em sua margem esquerda. Um de seus marcos foi a criação de uma Comissão para a reestruturação a ALAETS[4], da qual o Brasil participa com a Prof. Dra. Jussara Mendes - então presidentes da ABEPSS – juntamente com o Prof. Dr. Luis Araneda (Equador) e a Prof. Ms. Maria Lorena

[4]A referida Comissão foi eleita na assembléia da entidade realizada em San José, na Costa Rica.

Molina (Costa Rica). No Chile, em nova assembleia da entidade, em 2007, tem-se a sua segunda refundação, passando a denominar-se Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación en Trabajo Social (ALAEITS), ao incorporar a pesquisa e a pós–graduação. O Brasil assume, na ocasião, a presidência da ALAEITS, na pessoa da Prof. Dra. Ana Elizabeth Mota.

Sob a liderança do Brasil e hoje da Costa Rica, sob a presidência da Prof. Dra. Maria Lorena Molina, esse processo busca recuperar e atribuir contemporaneidade ao patrimônio legado pelo projeto fundador da articulação do Serviço Social: enraizado na complexa e heterogênea realidade latino-americana em novo momento histórico de nosso capitalismo dependente - já em tempos de mundialização do capital - afirmando o Serviço Social crítico comprometido a elucidação do enigma da nossa América Latina, com os direitos do trabalho e a democracia para todos. O desafio é estreitar laços entre formação acadêmico-profissional e realidade social – que certamente abrange, mas ultrapassa a prática profissional.

2. O terreno histórico da virada: o processo de derrota da ditadura e a articulação latino-americana.

No Brasil, como já analisado neste evento, a renovação crítica do Serviço Social é fruto de um amplo movimento de lutas pela democratização do Estado e da sociedade no país, com forte presença das lutas operárias, que impulsionaram a crise da ditadura, “a ditadura do grande capital” (IANNI, 1979). Foi, portanto, com a ascensão do movimento político das classes trabalhadoras e na luta pela defesa do Estado de Direito que a categoria dos assistentes sociais foi questionada e instada a se reposicionar por diferentes segmentos da sociedade civil.

Também importa registrar que, durante o período ditatorial, muitos/as assistentes sociais foram capturados/as pelo ardil de

transformar a ciência em técnica social. Subordinando-se à razão instrumental, seja pelo silêncio seja pela conivência ativa com os poderes da ditadura, buscavam o aperfeiçoamento técnico para a implementação de um conjunto de programas sociais compensatórios da repressão: do arrocho salarial à desmobilização política das classes e grupos profissionais. Ali também foram sufocadas as primeiras iniciativas críticas, que vêm do período desenvolvimentista, as quais tiveram lugar nos trabalhos comunitários e na educação popular, sob orientação do método Paulo Freire.

Mas também houve lutas e resistências, como vimos e ouvimos nos depoimentos aqui efetuados por assistentes sociais, muitos dos/as quais vitimados/as pela repressão do Estado, forçados/as ao exílio, à prisão arbitrária, à tortura, julgados/as e condenados/as por Tribunais Militares, consoante a Lei de Segurança Nacional, expressão do terrorismo estatal. Lembremos que também fazem três décadas da Lei de Anistia, que beneficia torturados/as e torturadores/as. Ela clama hoje por um amplo investimento das forças progressistas pela punição dos crimes contra a humanidade e pela abertura incondicional dos arquivos, cuja memória não foi integralmente revelada.

Nesse sentido, gostaria de fazer uma rápida menção ao projeto "Memórias Reveladas: para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça"[5] . Instalado na sede do Arquivo Nacional e envolvendo quarenta instituições, este projeto pretende: criar uma rede nacional de informações arquivísticas a respeito da repressão política e da resistência à ditadura militar no Brasil; promover o encontro do país com a sua história recente e o debate político democrático; estimular a pesquisa sobre o período 1964-1985, permitindo o acesso às fontes por meio de uma rede virtual. Ao agregar, sob a guarda do Estado brasileiro, arquivos pulverizados públicos e privados, tratando-os tecnicamente e permitindo ao acesso público ao acervo de documentos

[5] Ver: http://www.memoriasreveladas.gov.br/

do período, esse projeto alimenta a pesquisa histórica e a reconstrução das lutas sociais no Brasil. Convido todos os interessados a visitar o sitio do Projeto Memórias Reveladas, cuja coordenação executiva encontra-se a cargo de nossa colega Prof. Dra. Maria Inêz Stampa.

Não vou recuperar a conjuntura do final dos anos setenta, pois o professor José Paulo já o fez com maestria. Mas queria lembrar que 1979 foi um ano decisivo para a oposição como um todo. Na década de setenta, diversos agentes exercem um papel decisivo na criação de forças de resistência à ditadura militar, impulsionando o processo de reconstrução da democracia. A classe trabalhadora havia descoberto o seu poder, com fortes vínculos entre lideranças e bases. Uma rede de alianças integra organizações populares, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), ligadas à Igreja Católica representada pela Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Somam-se os Sindicatos de trabalhadores urbanos[6], a Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e outras organizações da sociedade civil que dão sustentação à oposição: a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as associações de moradores de favelas e associações comunitárias que alimentam o movimento popular (ALVES, 1984). A reforma política de 1979 faz emergir novos partidos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores: um novo tipo de organização que, a partir de 1980, passa a canalizar diferentes reivindicações dos movimentos populares.

Esse é o terreno histórico que desafia a sociedade brasileira e em particular os/as assistentes sociais, impulsionando o processo da Virada simbolizado no Congresso de 1979. Mas ele tem também

---

[6] Os sindicatos dos trabalhadores industriais contavam com quatro milhões de membros; os sindicatos dos profissionais congregavam 146 mil filiados. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema exerce um papel fundamental no interior das fábricas e das ruas.

uma forte influência do movimento progressista latino-americano do Serviço Social sob a liderança do CELATS. Vou fazer referência apenas a quatro marcos significativos na arena profissional na América Latina.

O primeiro foi a pesquisa sobre a Organização Gremial do Serviço Social na América Latina, realizada pelo CELATS, em 1977 sob a responsabilidade acadêmica de Roberto Rodriguez e Walter Tesch[7]. Ela constata uma permanente crise na concretização organização cotidiana de seu papel e debilidade organizativa os assistentes sociais no continente, indicando a necessidade de sua vitalização e fortalecimento, devendo o CELATS obter fontes de financiamento para viabilizar esse processo organizativo.

O Brasil dispunha, à época, de apenas dezesseis mil assistentes sociais, dos quais sete mil inscritos no Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CFASS/CRASS). Existiam quatorze associações profissionais e cinco sindicatos localizados no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, e Fortaleza. A ABESS congregava então os trinta e sete dos quarenta e nove cursos de Serviço Social existentes em 1979, e no mesmo ano ela apresenta sua proposta de reformulação curricular da graduação em Serviço Social, aprovada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1982.

---

[7] CELATS: Poblacional y gremial: dos investigaciones Celats. Acción Crítica n.2. Lima : Celats, Alaets, jul. 1977. p. 69-73. Foram investigadores regionais os assistentes sociais: Eduardo Rodriguez, Norberto Alayon e Mirna López O mote desta pesquisa foi a constatação de que as organizações sindicais e profissionais do Serviço Social revelavam “uma permanente crise na concretização cotidiana de seu papel, uma notória disparidade e debilidade associativa, uma mínima participação da comunidade profissional uma evidente carência de programas adequados às suas reivindicações, o que redunda na impossibilidade de articular objetivos das diversas áreas de intervenção profissional dentro de uma concepção homogênea estratégica de ação organizativa ” (Celats, 1977:71). Os resultados da pesquisa indicam a necessidade de estabelecer contato com as associações e organizações nacionais tendo em vista sua rearticulação e fortalecimento, cabendo ao CELATS a obtenção de fontes de financiamento para viabilizar esse processo organizativo. (idem)

O segundo marco a salientar é a organização dos/as estudantes. No Brasil não havia uma organização estudantil de âmbito nacional nessa época. Mas na América Latina ocorre, em 1979, o primeiro Congresso Latino-Americano de Estudantes de Serviço Social, tendo em vista criar bases para uma confederação latino-americana de estudantes de Serviço Social, que contou com representantes estudantis do País. A declaração de princípios desse congresso[8], profundamente progressista é indicativa dos rumos dos debates estudantis: *por um Serviço Social de conteúdo popular e anti-imperialista; *pela liberdade de todos os presos políticos da América Latina e retorno dos exilados; *pela democratização e institucionalização dos poderes públicos em todos os países latino-americanos subjugados por ditaduras populares; *pela libertação econômico-social-política e cultural das classes exploradas pelo imperialismo e burguesias locais; *pela defesa da soberania econômica, política e cultural e territorial das nações latino-americanas.

O terceiro marco é a introdução do debate sobre as políticas sociais no âmbito do Serviço Social Latino-Americano, em 1978, no Simpósio de Playas, em Guayaquil (Equador), promovido pelo CELATS[9]. Este ângulo de análise permitiu extrapolar a abordagem isolada do exercício profissional, centrada nos seus componentes internos, para situar o Serviço Social no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade. O Estado burguês é abordado enquanto expressão da condensação de forças sociais - e, portanto das contradições entre as classes -, tornando a dominação contraditória em dupla dimensão: enquanto expressa alianças de classes ou frações dominantes, refletindo seus conflitos e pressões permanentes; e, fundamentalmente, porque se o Estado exclui as “classes dominadas”, tem em certa medida que incorporar alguns de seus interesses, forjando um ”pacto de dominação”, como

---

[8] Cf. CELATS. La Paz, Bolívia. Bases de la Confederación Latinoamericana de Estudiantes de Trabajo Social. Acción Critica n. 6. Lima: Celats, Alaets, set. 1979, p. 38-40.

[9] CELATS. Política social: algunos problemas levantados en el Simposio de Playas. Acción Critica n. 5. Lima: Celats, Alaets, 1979.

afirmava Kowarick. (KOWARICK, 1979). As políticas sociais traduzem sempre uma tensão contraditória entre os imperativos da reprodução do capital por um lado e, por outro, as necessidades da reprodução da força de trabalho, no que os gastos públicos são fundamentais. Esse caráter contraditório do Estado e das políticas social, cujo chão é a sociedade de classes, também se estende à análise da profissão.

O último aspecto a salientar é o I Encontro de Capacitação Continuada[10], realizado em agosto de 1979, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), por iniciativa do CELATS, em conjunto com a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro e o INOCOOP. Ele se encontra na base da preparação do processo da Virada. Este evento permitiu reunir faculdades, organismos representativos da categoria e entidades voltadas ao trabalho de campo, oriundos de treze estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Paraíba, Espírito Santo, Sergipe, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraná, Santa Catarina e Rio de Janeiro. As instituições e lideranças presentes já se somavam às forças políticas de resistência à ditadura militar e se unem para uma presença organizada no cenário profissional, enfrentando o legalismo, a burocratização e o conservadorismo político dos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) e do Conselho Federal (CFEAS). Simultaneamente o CELATS viabilizou recursos para dar continuidade ao processo de articulação gremial, envolvendo os sindicatos e associações profissionais no país, o que desaguou numa presença organizada no III CBAS, como o atestam os depoimentos aqui recolhidos.

Naquele Encontro de Capacitação Continuada os debates apontavam para o reconhecimento do/a assistente social como

---

[10] Nesse Encontro do CELATS, eu e Raul de Carvalho, à época pesquisadores do CELATS, participamos como assessores convidados, participando da sistematização das conclusões desse Encontro juntamente com Leila Lima Santos. CF. IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R e LIMA, L.. Encuentro Nacional de Capacitación Continuada. Rio de Janeiro, Brasil. Acción Critica n. 6. Lima: Celats, Alaets, set. 1979, p. 32-37.

trabalhador/a assalariado/a, parte do conjunto dos/as trabalhadores/as; acentuava a dimensão política da prática profissional, à medida que o/a Assistente Social opera políticas sociais que traduzem de forma contraditória intenções e interesses das classes fundamentais; afirma a necessidade de revitalização organizativa da categoria profissional numa conjuntura em que os seus interesses imediatos se tornam convergentes com amplos setores da população, incentivando a participação conjunta em lutas reivindicatórias[11].

3. A condição de trabalhador/a assalariado/a e o projeto profissional.

Nas três décadas que se seguiram a essas pioneiras articulações, o Serviço Social construiu um projeto profissional, expresso na regulamentação profissional - no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares. Ele afirma a questão central da liberdade do ser social no coração da reflexão ética: ser social que se constitui pelo trabalho, que dispõe de capacidade teleológica consciente, afirmando-se como sujeito da história.

Mas é preciso lembrar que a ordem burguesa no seu cerne é contraditória: ao mesmo tempo em que fornece bases históricas para o desenvolvimento de reivindicações vinculadas à liberdade, simultaneamente impede e bloqueia sua realização. Assim, a liberdade só pode existir com um projeto a ser construído coletivamente na história (PAIVA E SALES, 1996, p.162). Vale o mesmo para valor da igualdade: ainda que afirmado socialmente como requisito para a livre

---

[11] Novas lideranças se destacaram nesse processo e presto a elas minha homenagem em nome da assistente social Luiza Erundina de Souza, então dirigente da Associação Profissional de Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP).

troca de mercadorias equivalentes, o que se refrata no ideário dos direitos de cidadania, ela se confronta com a desigualdade de classes, reproduzida de forma ampliada no processo de acumulação de capital. Também sabemos que a cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, nem vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, pelas classes subalternas, como sustenta Coutinho (2000).

Assim, esse ideário que funda o projeto profissional supõe um longo processo de construção histórica para sua concretização progressiva na vida em sociedade. Como nos lembra a "Carta de Manaus", do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS: 2005):

> *O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos, como processo estratégico da luta democrática e popular visando à emancipação e construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital.*

Mas sabemos também que o nosso projeto sofre tensões derivadas do trabalho assalariado, que implica necessariamente a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas presentes nas relações e condições de trabalho, assim como nos contratos delas decorrentes. Sabemos que os empregadores detêm no background de recursos materiais financeiros e técnicos indispensáveis à objetivação do nosso trabalho, assim como os recortes das expressões da "questão social" são pré-estabelecidos pelos organismos contratantes. Vivemos a tensão entre projeto profissional e a alienação do trabalho indissociável do estatuto salarial.

Entretanto nossas atividades profissionais, como demonstra a experiência da "Virada", sofrem um fator decisivo de demandas: as

necessidades e interesses das classes subalternas que, condicionados pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em requisições profissionais.

A possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional, moldando o conteúdo e o modo de operá-lo tem por suporte nossa relativa autonomia política e profissional – enquanto sujeitos da história -, a qual é por sua vez dependente da correlação de forças econômica, política e social no nível societário. Ela se expressa de forma particular nos diferentes espaços ocupacionais do/a assistente social, ou seja, no Estado, nas empresas capitalistas, nas organizações políticas e sindicais, nas organizações privadas não lucrativas e nas instâncias de controle democrático. Nessas instituições, executamos as competências e atribuições profissionais a partir das diferentes refrações da "questão social".

4. Balanço do patrimônio político-profissional legado.

Sobre o legado desses trinta anos, diria que, na contramão do mar de individualismo e insensibilidade diante dos dilemas da coletividade, os/as assistentes sociais preservaram a sua capacidade de indignação ante as desigualdades e injustiças sociais, mantendo viva a esperança em tempos mais humanos. Estão cientes de que a construção do projeto societário a que se vincula a projeção profissional depende de todos/as aqueles/as que vivem os dilemas da exploração do trabalho e da falta deste, como o avesso da riqueza e da opulência do consumo mercantil;

- No campo do exercício profissional, esse patrimônio político-profissional acumulado tem impulsionado a busca permanente de aperfeiçoamento, a inquietação criadora e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados e com direção política profundamente sintonizada com os interesses do universo do trabalho e com as necessidades desses sujeitos sociais;

• Os/as assistentes sociais vêm construindo uma nova imagem social da profissão relacionada aos direitos, apoiando a participação qualificada dos sujeitos nas instâncias de representação coletiva e nas formas diretas de mobilização e organização social;

• Consolidou-se o autorreconhecimento dos/as assistentes sociais enquanto trabalhadores/as assalariados/as, partícipes do trabalho coletivo, o que tem como contrapartida o cultivo de uma atitude crítica e ofensiva na defesa das condições de trabalho e na qualidade dos atendimentos;

• Esforços que vêm sendo empreendidos na qualificação das competências e atribuições do/a assistente social, nos segmentos mais representativos do mercado de trabalho: na política de assistência social, de saúde e na área sócio-jurídica. Todavia, é necessário atribuir maior visibilidade às experiências inovadoras de trabalho na perspectiva do projeto coletivamente construído.

• A pesquisa realizada na área do Serviço Social vem permitindo elaborar e propor respostas críticas à "questão social", à formulação de políticas públicas e à formulação de orientações profissionais que fortaleçam a ruptura com conservadorismo no cotidiano profissional.

• O Serviço Social no Brasil é reconhecido como uma área de conhecimento pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa - a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) no âmbito estadual - uma conquista absolutamente inédita no contexto latino-americano.

• A Pós-Graduação stricto sensu, pioneira n América Latina, está amplamente consolidada no país, com vinte e sete programas de pós-graduação na área de Serviço Social, englobando dez doutorados e vinte e sete mestrados. No último Encontro da ALAEITS, no Equador, foi feita uma primeira aproximação, de caráter preliminar, à Pós-Graduação na América Latina, a partir de informações veiculadas pelos participantes, incluindo cursos de várias áreas que têm uma

específica abertura ao Serviço Social. Foram identificados quatro doutorados e quinze mestrados na região do México, América Central e Caribe; um doutorado e doze mestrados na região Andina; e 15 doutorados e 42 mestrados no Cone Sul. A Pós-Graduação encontra-se mais desenvolvida na Argentina, no Brasil e no México, com nítido destaque para o Brasil.

• Ao nível da graduação, somos o único país a dispor de diretrizes curriculares nacionais, construídas coletivamente e propostas por entidades representativas da categoria (ABESS/CEDEPSS, 1996; MEC-SESU/CONESS/ Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999).

• Nos últimos anos, verificou-se um impulso à mercantilização do ensino superior, atestada pelo Banco de Dados do MEC. Informações recolhidas por Lima e Pereira[12] em junho de 2009, acusavam a existência de trezentos e trinta e oito cursos de Serviço Social, dos quais quatro categorizados como em extinção. Totalizava-se, portanto, 334 cursos em funcionamento, 91% dos quais são de natureza privada e apenas 9% são públicos, expressando o amplo processo de privatização do ensino superior.

• Os 210 cursos criados a partir de 2003, ao longo dos dois mandatos do Governo Lula da Silva, correspondem a 62,1% dos cursos existentes de Serviço Social.

• No segundo governo Lula da Silva, intensifica-se o crescimento da Educação à Distância (EAD). As onze instituições de ensino superior com cursos à distância em Serviço Social, representam 5,2% do total de cursos criados, mas ofertam 46.620 vagas de Serviço Social, isto é, quase o dobro das 24.824 vagas ofertadas por todas as demais 199 instituições criadas a partir de 2003.

---

[12] LIMA, K. R. De S e PEREIRA, L. D. A contra-reforma da educação superior brasileira em anos de neoliberalismo e os impactos na formação profissional em Serviço Social (Texto Inédito). Rio de Janeiro, 2009. Agradeço a Larissa Dhamer Pereira a gentileza de envio do texto.

A hipótese é a de que esse acelerado crescimento do contingente profissional, ainda que reflita a expansão no mercado de trabalho especializado, poderá desdobrar na criação de um exército assistencial de reserva (IAMAMOTO, 2007). Pode tornar-se um recurso de qualificação do voluntariado e de reforço ao chamamento à solidariedade em um ambiente político que estimula a criminalização da "questão social" e da luta dos trabalhadores, assim como o caráter assistencial das políticas sociais. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos/as profissionais às normas do mercado, redundando num processo de despolitização de amplos contingente de jovens profissionais. Esse é um dos impasses que nos convocam coletivamente e requer um criterioso acompanhamento da expansão do ensino superior em Serviço Social; e a luta pela observância por parte das instituições de ensino superior dos preceitos legais referentes ao estágio supervisionado - o que está na agenda das nossas entidades –, assim como a denúncia da desqualificação da formação universitária e suas repercussões da prestação de serviços de qualidade à população. Verifica-se a necessidade de aprofundar o debate sobre as formas de regular a autorização do exercício profissional pelos órgãos competentes.

Outro grande impasse é a armadilha de se estabelecer uma relação de identidade entre o Serviço Social e a política pública de assistência social (idem). O Serviço Social não se confunde com política pública de Estado, ainda que esta seja uma das mediações persistentes na justificativa histórica da profissão. Assim, os seus agentes profissionais não são meros braços operacionais do "moderno príncipe" - isto é, do Estado -, o que requer preservar a autonomia do projeto profissional frente ao governo e aos Partidos. O trabalho do/a assistente social não pode ser reduzido à execução de normas de implementação de políticas públicas e a tarefas de controle da população por parte da burocracia do Estado, em detrimento do trabalho educativo e do apoio à organização popular.

Os segmentos conservadores investem contra a hegemonia desse patrimônio criado ao longo dos últimos trinta anos, com denúncias do

"inóspito monopólio do marxismo", da suposta ausência do sujeito e da subjetividade, a exemplo do lugar da clínica nas atividades profissionais.

Mas é preciso também ter cuidado para que certo idealismo de esquerda não saia de mãos dadas com direita no sentido de fragilizar e inviabilizar esse projeto

O Prof. José Paulo Netto convoca-nos a refletir sobre as consequências e implicações da presença política da classe operária nos anos 1979, o que viabilizou a possibilidade da virada. Certamente não temos hoje a mesma classe operária vigorosa do final dos anos setenta e nem é a mesma classe operária. O capitalismo transformou-se, a indústria se expandiu e novos setores da agricultura e dos serviços se industrializaram. Cresceu o trabalho produtivo assim como o trabalho improdutivo em um desenvolvimento capitalista sob a hegemonia das finanças. Assim o projeto para a sociedade da classe operária dos anos setenta exige adequação ao cenário atual. Requer uma análise permanente da formação política e do desenvolvimento histórico das classes sociais na sociedade brasileira e suas relações, de modo a vislumbrar a constituição dos projetos societários, evitando–se confundir projeto de classe com projeto governamental.

Novos cenários marcam a América Latina, com experiências a serem observadas na Bolívia, no Equador, na Venezuela, nas lutas nacionais de Honduras, contra a ditadura militar e pela reestruturação democrática, sem esquecer a persistente experiência cubana. Nossas sociedades latino-americanas apresentam um terreno minado de resistências e lutas travadas no dia a dia, com níveis diferenciados, de visibilidade na cena pública, numa conjuntura certamente adversa para as grandes maiorias. Poderiam ser lembradas, entre muitas outras iniciativas, as lutas contra o Tratado de Livre-Comércio; as expressões de resistência no interior das unidades fabris; a luta dos trabalhadores sem-terra pela reforma agrária; dos movimentos dos desocupados por emprego; a tomada, por seus funcionários, de fábricas desativadas; a luta dos assalariados rurais e das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade pelo reconhecimento dos seus direitos; as expressões culturais de contestação da juventude

trabalhadora da periferia das grandes cidades, a luta das nações indígenas pela preservação de seu patrimônio material e cultural, entre muitas outras. A articulação com as forças vivas da sociedade, intensificando a aproximação com os movimentos sociais, como foi feito neste dia de hoje, foi o trajeto percorrido na construção do nosso projeto e certamente o caminho necessário para o seu fortalecimento no presente.

Como lembra o CFESS-CRESS, na Carta de Brasília, de setembro de 2008:

> *De todos os desafios que estão postos, este é o maior: contribuir para reunir e reorganizar as forças democráticas da sociedade brasileira, que não sucumbiram à cooptação e à fragmentação em torno de um projeto de país e de uma sociabilidade emancipada e livre para homens e mulheres. Esse é o convite dos(as) assistentes sociais brasileiros nesse momento histórico.*

O Brasil tem um débito com os/as companheiros/as latino-americanos que colaboraram na nossa Virada. É chegada a hora de difundir nosso patrimônio intelectual no conjunto da América Latina; e estimular o intercâmbio, contribuir para a formação de docentes e pesquisadores em níveis de Graduação e Pós-Graduação, abrindo caminhos para o crescimento compartilhado do Serviço Social latino-americano e caribenho, nos níveis do ensino, da pesquisa, do exercício e da organização profissional.

Muito obrigada

Referências Bibliográficas

ALVES, M. H. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr. 1996

CELATS. La Paz, Bolívia. Bases de la Confederación Latinoamericana de Estudiantes de Trabajo Social. Acción Critica n. 6. Lima: Celats, Alaets, set. 1979, p. 38-40.

CELATS. Política social: algunos problemas levantados en el Simposio de Playas. Acción Critica n. 5, . Lima : Celats, Alaets, 1979.

CELATS: Pobacional y gremial: dos investigaciones Celats. Acción Crítica n.2. Lima : Celats, Alaets, jul. 1977. p. 69-73.

CFESS/CRESS. Carta de Manaus. 2005.

COUTINHO, C. N. Contra a corrente. Ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

CRESS 7ª Região (RJ). Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de Leis e Resoluções. Rio de Janeiro: Lidador, mai. 2000.

IAMAMOTO, M. V. & CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica. São Paulo: Celats/Cortez 1982;

IAMAMOTO, M. V. e MANRIQUE, M. C. Hacia la historia del Trabajo Social en América Latina. Acción Crítica nº 5. Lima: Celats/Alaets, abr. 1979, p. 53-73.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e tempo de capital fetiche. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KOWARICK, L. Proceso del desarollo del Estado en América Latina y políticas sociales. Acción Crítica nº 5. Lima: Celats/Alaets, abr. 1979, p.25-31

LIMA, K. R. De S e PEREIRA, L. D. A. A contra-reforma da educação superior brasileira em anos de neoliberalismo e os impactos na formação profissional em Serviço Social (Texto Inédito). Rio de Janeiro, 2009.

MAGUIÑA, A. L. Desarollo Capitalista y Trabajo Social. Peru. 1896-1976. Lima: Celats, 1979.

MANRIQUE, M, C. Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez/Celats, 1984.

_____De Apostoles a agentes de câmbio. El Trabajo Social en la historia latinoamericana. Lima: Celats, 1982.

MEC-SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de;Ensino em Serviço Social. In: Diretrizes Curriculares. Brasília, DF: 26/02/1999. Curso: Serviço Social.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CFESS/ABEPSS; CEAD/UnB (Org.). Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UnB, 1999.

PAIVA, B. & SALES, M. A. Nova ética profissional: ráxis e princípios. BONETTI, D.A. et al. (Orgs.). Serviço Social e Ética. Convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez/ CFESS, 1996.

SANTOS, L. L. Textos de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1982.

http://www.memoriasreveladas.gov.br/

Desafios do projeto ético-político: o enfrentamento do neoconservadorismo

30

Mesa-redonda

Desafios do Projeto Ético Político: o enfrentamento do neoconservadorismo.

PROFESSORA MARIA LUCIA S. BARROCO[1]

Quero saudar os (as) assistentes sociais, alunos (as), as entidades CFESS-CRESS, CRESS-SP ABEPSS e ENESSO e as companheiras de mesa: Carmelita, Sara, Ana Elizabete, Sâmya e Silvana Mara. Nessa mesa de diálogos sobre os desafios do projeto ético-político na atual conjuntura, devo discutir a dimensão ético-política desses desafios. Partindo da análise realizada pela Prof. Carmelita, sobre as configurações do capitalismo mundializado, apresentarei as tendências ídeo-culturais que incidem sobre o comportamento ético-moral dos indivíduos, motivando suas escolhas e direcionando ideologicamente seus valores.

---

[1] Assistente Social, Professora de Ética Profissional e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos (NEPEDH) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP.

As transformações operadas no capitalismo mundial pela ofensiva do capital, nos marcos da expansão destrutiva do capitalismo financeiro e de implantação das políticas neoliberais, resultaram no agravamento da desigualdade estrutural e degradação da vida humana e da natureza. Na sociedade contemporânea, essa dinâmica imposta pelas novas formas de organização da produção se expressa no conjunto das esferas da sociedade, por meio de relações sociais instáveis, efêmeras, dispersas e fragmentadas[2]. Assim, acentuando a tendência capitalista de mercantilização das relações humanas, a sociabilidade contemporânea tende a ser mediada por motivações, representações, comportamentos e valores movidos pela insegurança, pelo individualismo, pela instabilidade e fragmentação.[3]

Essas condições de existência social fornecem novas configurações ao ethos dominante na sociedade burguesa: o individualismo possessivo (Macpherson, 1979) atinge níveis extremados, característicos do ethos narcísico (Chaui 2007; Costa, 1993), incorporando novas formas de expressão, em face das necessidades de acumulação e de consumismo e da sua veiculação ideológica.

O individualismo exacerbado, a extrema valorização da posse privada de objetos em lugar da valorização das relações humanas, a fetichização

---

[2] "Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si" (Chaui, 2006, 324).

[3] A apreensão fragmentada da realidade e a percepção de que as relações sociais são efêmeras e instáveis decorrem de vivências objetivas, num contexto de empobrecimento e de instabilidade e desregulamentação das relações de trabalho. A reificação que invade todas as esferas da vida social (Netto, 1981) favorece essa apreensão, pois contribui para ocultar a essência desses processos que aparecem, em sua aparência reificada, como se fossem fenômenos naturais e absolutos. Além do mais, a ideologia dominante sedimenta essa naturalização, em sua justificação da dinâmica capitalista.

do mercado e a subjetivação da história caracterizam o ethos dominante na sociedade contemporânea: sua Igreja é o Shopping; seu Reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que – fetichizadas em um espaço imaginário – desmaterializam o mundo real, criando uma segunda vida onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do outro: o eterno empecilho à liberdade individualista.

Ídolos e mitos são reproduzidos incessantemente pelo mercado da publicidade e pela indústria cultural: Barbie's, séries de TV, filmes, novelas, propagandas para cada indivíduo cuja identidade social é dada pelo seu potencial de consumo. Incentiva-se o consumismo e tudo o que desvie os indivíduos da vida publica e da política: questões pessoais, de auto-ajuda, problemas íntimos, familiares, psicológicos (Chaui, 2007, p.551): formas de controle das tensões sociais e de reprodução do modo de ser necessário à apologia do capital: função desempenhada pela ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna[4]. Vê-se, portanto, que estamos em face de uma cultura claramente conservadora.

Um exemplo da aceitação desse comportamento é dado sucesso mundial estrondoso do filme "Lua Nova" e da série de TV "Crepúsculo": produções norte-americanas que contam a história de uma jovem de classe média que se apaixona por um colega: um vampiro pós-moderno adaptado aos valores conservadores da classe média. O vampirismo é uma expressão do individualismo possessivo nas relações amorosas. Os atores têm atraído centenas de jovens em todo o mundo. Em sua vinda ao Brasil, uma multidão de jovens passou duas noites em vigília no aeroporto. A série já vendeu mais de dois milhões de livros no Brasil, prevendo-se que o filme atinja sete milhões de espectadores.

---

[4] O pensamento dominante no capitalismo contemporâneo: a ideologia neoliberal e seu subproduto, a ideologia pós-moderna, exerce a função social de justificação das transformações operadas na vida social pela ofensiva do capital. É dessa forma que a insegurança, a instabilidade e a fragmentação são disseminadas como componentes ontológicos constitutivas de uma etapa histórica intransponível: a "era pós-moderna" (Chaui, 2006; Harvey, 2005).

Segundo Ianni (2004), parte da cultura nazifascista está presente na indústria cultural do capitalismo globalizado. Diferentes manifestações contemporâneas expressam componentes neofascistas: estupros coletivos, genocídios, torturas, intolerâncias religiosas e étnico-raciais, entre outras. Os movimentos neonazistas vinculados a partidos de extrema direita, como os skinheads, são fenômenos atuais. Estudos (Carneiro, 2004) têm mostrado o seu surgimento nos anos 70, em função do desemprego estrutural, da precarização das condições de vida das classes trabalhadoras e a origem de classes de seus integrantes na Europa e no Brasil. Eles são jovens, filhos de operários trabalhadores dos subúrbios e das periferias das grandes cidades e minoritariamente das classes médias empobrecidas.

Segundo dados do Serviço Secreto Alemão (Idem, p. 136), após a queda do Muro de Berlim, em 1999, existiam cerca de 3.000 skinheads na antiga Alemanha oriental e 1.200 na ocidental. Ocorreram 2.500 atentados de caráter xenófobo na Alemanha em 1992, e, em 1993, ocorreram 6.000 atentados, constatando-se que vários deles tiveram o apoio da população (Ibidem). No Brasil, tendo como alvo os negros, judeus, nordestinos, homossexuais e comunistas, os "Carecas do ABC" e outros grupos apoiados pela TFP (Tradição, Família e Propriedade) - movimento católico para-militar ultraconservador-, têm a mesma origem sócio-econômica (Ibidem).

No Brasil, o neoconservadorismo busca legitimação pela repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. Essas formas de repressão implicam violência contra o outro, e todas são mediadas moralmente, em diferentes graus, na medida em que se objetiva a negação do outro: quando o outro é discriminado lhe é negado o direito de existir como tal ou de existir com as suas diferenças.

Manifestações neoconservadoras ocorrem cotidianamente, a exemplo da que presenciamos dias atrás, quando jovens universitários, homens e mulheres insultaram selvagemente uma aluna em função de sua minissaia: um avanço da geração dos anos 50

do século passado. E como se isso não bastasse, diante dessa atitude medieval, a aluna foi expulsa da Universidade.

Certamente, parte da sociedade não reproduz essa ideologia e combate essas práticas: os movimentos populares democráticos, milhares de sujeitos políticos que no mundo inteiro se manifestam de formas variadas em oposição à desumanização, em confronto com o capital, na resistência ao avanço das políticas neoliberais: os Piqueteiros e as Mães da Praça de Maio, na Argentina; os Zapatistas, no México, o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), no Brasil, os movimentos de indígenas, na Bolívia e no Equador, outras centenas de movimentos populares democráticos que desde 2001 se reúnem nas edições do Fórum Social Mundial em torno da idéia de que "Outro mundo é possível"; os partidos políticos e as entidades de classe dos trabalhadores, no processo de luta pela hegemonia em busca da construção de novos projetos e de uma nova sociedade. O Serviço Social tem uma trajetória de engajamento nessas lutas.

No entanto, não podemos ignorar que o cenário histórico tem revelado uma crise de hegemonia das esquerdas e dos projetos socialistas, de modo geral. É nesse contexto que o conservadorismo tem encontrado espaço para se reatualizar, apoiando-se em mitos, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionalistas, comportamentos e idéias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade. Uma das expressões dessa ideologia é a reprodução do medo social.

Temos medo de algo real ou imaginário. Quando o objeto do medo é tratado moralmente, torna-se sinônimo do "mal". Ao mesmo tempo em que a moral serve ideologicamente para dar identidade ao objeto do medo, ele (o medo) passa a justificar uma inversão na moralidade do sujeito, justificando os seus atos. Assim, na luta contra o "mal", toda moral é suspensa, tudo é válido e o "mal" acaba se autojustificando. Portanto, a morte, a tortura, a eliminação do outro passam a ser sinônimos de "bem". Quando essa ideologia do medo é internalizada na vida cotidiana uma situação de insegurança

excepcional passa a ser vivida como algo que pode ocorrer a qualquer momento: um estado de alerta típico de situações de guerra (Batista, 2003, 1; Costa, 2003).

Após os atentados de 2001, nos EUA, centenas de filmes, seriados e programas virtuais foram produzidos incentivando a insegurança e a idéia moral do outro como ameaça permanente. Não é preciso dizer quem é o "outro". Vinte quatro horas (24 h.), um dos seriados de maior sucesso nos EUA, passado no Brasil, deixa isso evidente: na série, nenhum lugar do mundo é seguro; a qualquer momento, a vida pode se tornar um inferno pelas mãos do "mal": terroristas, criminosos, traficantes. A política de Tolerância Zero e o Estado policial seguem essa lógica neofascista reproduzida nos EUA e na Europa, na discriminação contra os imigrantes, a exemplo das milícias populares na Itália, na perseguição aos ciganos, na França, e no Brasil, na criminalização dos movimentos sociais e da pobreza, e, na atual institucionalização da militarização do cotidiano pelo Estado, no combate ao narcotráfico.

O filme brasileiro, Tropa de Elite, de 2007, que perdeu o Oscar para outro filme também violento cujo titulo é sugestivo: Por que os fracos não têm vez, revela essa lógica. O violento treinamento físico e condicionamento psicológico exigido dos integrantes do BOPE (Batalhão de Operações Especiais) têm por finalidade a sua desumanização, o que significa incorporar a ideologia da guerra permanente, permitindo a suspensão de qualquer resquício de uma moralidade humanitária na consciência dos agentes: guerra é guerra. Diante dessa palavra chave qualquer moral é suspensa: tudo é válido: os fins justificam os meios (Barroco, 2008)

Estudos sobre a violência no Rio de Janeiro (Batista, 2003), apontam essa ideologia na guerra ao narcotráfico: uma herança da Doutrina de Segurança Nacional usada na ditadura: a ideologia da guerra contra o inimigo interno. Na guerra atual o discurso é moral e religioso: a droga aparece como uma metáfora diabólica contra a civilização cristã: uma cruzada contra o mal, uma guerra santa contra o traficante herege (Idem, p. 40). Repete-se a lógica do BOPE: guerra é guerra.

Desse modo, o filme é realista, ao mostrar a lógica que move as forças de repressão no Brasil, antecipando o que veio a ser implantada definitivamente nesses dias, com o Projeto de Lei aprovado pelo Presidente da República que estende para as Forças Armadas - Exército, Marinha e Aeronáutica -, o poder de polícia, em clara consonância com a tentativa de acabar até 2012 com as tensões sociais. Assim, exterminam-se aqueles que estão no varejo do tráfico de drogas: parte da nossa juventude pobre, enquanto se reproduz a indústria capitalista da guerra e do narcotráfico.

Essas breves observações tiveram por finalidade apontar um cenário propicio à objetivação de idéias e práticas neoconservadoras e individualistas que obviamente não se restringem às aqui apresentadas, mas que coexistem com formas de oposição e de resistência, a exemplo de inúmeras ações de defesa dos Direitos Humanos, de denúncias, de resistências, no interior das lutas da sociedade brasileira.

Assim, considerando que o cenário atual pode ser facilitador da reatualização de projetos conservadores na profissão, mas entendendo também que nossa trajetória de lutas, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira permite esse enfrentamento, quero afirmar que do ponto de vista ético-politico a busca de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social - princípio e objetivo que norteou (norteia) o projeto ético-politico nesses 30 anos - é nesse momento renovado como um grande desafio: o enfrentamento de suas novas formas ético-políticas e manifestações teórico- práticas.

Para finalizar, assinalo algumas questões para reflexão e debate:

• Em primeiro lugar cabe refletir sobre as bases sociais do nosso projeto ético-politico. Sabemos que seu surgimento foi determinado fundamentalmente em função de certos (as) sujeitos e condições históricas: o protagonismo da profissão, em seus setores progressistas,

contando com o processo de reorganização das classes trabalhadoras e dos movimentos democrático-populares, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira dos anos 1980. Sendo assim, a nossa força política está articulada, ainda que não seja de forma mecânica, ao avanço dessa base social, que tem como protagonistas os sujeitos de nossa intervenção profissional: as classes trabalhadoras.

• Nesse sentido, o enfrentamento do neoconservadorismo, sob o ponto de vista profissional, é de caráter político em dois aspectos articulados. Por um lado, é preciso que nossa organização política esteja fortalecida e renovada com novos quadros, supondo o trabalho de base, junto à categoria, com as entidades de representação, as unidades de ensino, os profissionais e alunos. Por outro lado, só conseguiremos consolidar politicamente o nosso projeto, na direção social pretendida, se tivermos uma base social de sustentação; logo, é fundamental a articulação com os partidos, sindicatos e entidades de classe dos trabalhadores, com os movimentos populares e democráticos, com as associações profissionais e entidades de defesa de direitos. E o avanço político do nosso projeto está articulado ao avanço dessas forças sociais mais amplas. Ao mesmo tempo, é preciso ter clareza de que essa luta é limitada, uma vez que ela envolve dimensões extrapolam a profissão.

• A reatualização do conservadorismo é favorecida pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência critica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionalistas, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-politico, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente.

Alem disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização; sob novas roupagens e demandas;

• A dimensão ética desse enfrentamento supõe dimensões teóricas e políticas. O Neoconservadorismo tem diversas formas de expressão. Seu conhecimento exige a pesquisa e o estudo, em suas configurações na sociedade contemporânea e brasileira, como pensamento teórico e projeto político-ideológico e em seu rebatimento particular na profissão, em sua dimensão ética e política. É preciso conhecer nossa categoria, nossos alunos e a população que atendemos para que não sejam reproduzidos mitos e idealizações;

• A ideologia neoconservadora tende a se irradiar nas instituições sob formas de controle pautadas na racionalidade tecnocrática e sistêmica tendo por finalidade a produtividade, a competitividade e a lucratividade, onde o profissional é requisitado para executar um trabalho repetitivo e burocrático, pragmático e heterogêneo que não favorece atitudes críticas e posicionamentos políticos. Instituições voltadas à coerção, como prisões, delegacias, casas para jovens infratores, abrigos, instituições jurídicas, demandam ao assistente social atividades de controle e censura: avaliações de situações que envolvem os sujeitos criminalizados moralmente e julgados como irrecuperáveis pelo poder dominante. A ideologia dominante está incorporada nestas instituições de formas diversas, como mostram diversos estudos (Wacquant, 2007; Batista, 1,2). O discurso dominante é o da naturalização e moralização da criminalidade, as praticas de encaminhamento são seletivas baseadas, muitas vezes em critérios que envolvem avaliações morais, de classe e condição social. O assistente social precisa estar capacitado para enfrentar esse discurso, para não reproduzi-lo reeditando o conservadorismo profissional, para não atender as novas requisições do estado policial, para não incorporá-las exercendo a coerção. Esse enfrentamento ético-politico supõe estratégias coletivas de

capacitação e organização política, de discussão nos locais e de trabalho, de articulação com outras categorias, entidades e com os movimentos organizados da população usuária;

• O enfrentamento teórico do neoconservadorismo é um empreendimento que supõe a desmistificação dos seus pressupostos e dos seus mitos irracionalistas que falseiam a história. A crítica dos valores é uma tarefa especifica da ética, em sua explicitação do significado do uso ideológico dos valores. Nos últimos 20 anos a ética se tornou um discurso abstrato: diferentes sujeitos falam em ética sem explicitar o seu significado, a sua direção, o projeto que defendem. O código de Ética é utilizado como uma "senha"; o projeto ético político transformou-se num "mito". Mas o Código de Ética tem uma concepção que dá significado aos seus valores; eles não abstratos. Entretanto, quando são separados de sua concepção tornam-se abstrações que servem para falsear a história.

• É também um desafio ético o incentivo à criação de núcleos de pesquisa e de estudos voltados à capacitação em ética e direitos humanos, demandas dos alunos e profissionais que precisam ser atendidas de forma qualificada, para identificar análises irracionalistas, presentes no ideário pós-moderno, que negam a universalidade dos valores, a perspectiva de totalidade, a luta de classes, o trabalho, o marxismo, afirmando um pluralismo apoiado no ecletismo e na relativização da verdade objetiva, passível de ser apreendida pela razão dialética. Outro desafio é desenvolver a análise histórica dos Direitos Humanos, para não repetirmos as visões abstratas que remetem aos postulados tradicionais do Serviço Social, reeditando a concepção de "pessoa humana" com citações de Marx;

• Formas de capacitação que tem se desenvolvido através da utilização de meios virtuais, têm contribuído para retirar do ensino a possibilidade interativa exigida pelo conhecimento critico. Cursos à distância, salas de discussão virtual, leituras virtuais, entre outras, são algumas das formas de reprodução do neoliberalismo

contemporâneo: o indivíduo isolado e passivo diante de uma maquina se comunicando com imagens e idéias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas. Além disso, a utilização institucionalizada dos meios virtuais envolve inúmeras questões éticas como a divulgação de dados sigilosos, além de permitir a possibilidade de plágio, etc.

• As instituições de ensino, responsáveis pela transmissão do conhecimento, tendem a se adequar à lógica do mercado, em empresas que vendem mercadorias: a força de trabalho de professores, super explorados e desapropriados dos meios de seu trabalho sem tempo para a pesquisa, para o estudo e para a construção do conhecimento como totalidade. O produto final dessa precarização em curso, nas instituições mercantis, é o empobrecimento material e espiritual da juventude, que uma vez profissionalizada tem poucos recursos para realizar seus possíveis ideais, já fragilizados pelas condições objetivas da sociabilidade burguesa.

• Só é possível fazer essas observações criticas e pretender enfrentá-las porque já dispomos - enquanto categoria profissional - de um acúmulo teórico e político nos capacitou para apreender a realidade além de sua aparência, em uma perspectiva de histórica e de totalidade, ou seja, buscando perceber a relação entre os fenômenos, em suas mais intimas e ocultas determinações. Ora, esse acúmulo foi obtido através de um longo a árduo processo de trinta anos; um esforço teórico e político que contou com o trabalho de assistentes sociais, mulheres e homens que aqui estão nesse encontro e tanto outros que não estão presentes: um processo de luta política que foi travado a duras penas durante a ditadura e depois dela por profissionais que fizeram a Virada em 1979, pelos que assumiram a direção das entidades, pelos alunos e alunas que encamparam essa luta e a renovam cotidianamente.

• Se temos uma herança conservadora, temos também uma história de ruptura: um patrimônio conquistado que é nosso, mas cujos valores, cujas referências teóricas e cuja força para a luta não foram inventadas

por nós. Trata-se de uma herança que pertence à humanidade e que nós resgatamos dos movimentos revolucionários, das lutas democráticas, do marxismo, do socialismo, e incorporamos ao nosso projeto.

• Os pilares que sustentam o nosso projeto ético-politico em sua dimensão de ruptura - o marxismo, o ideário socialista da emancipação humana, o compromisso com as classes trabalhadoras e com a realização de um Serviço Social que atenda os seus reais interesses e necessidades, a busca de ruptura com o conservadorismo, em todas as suas formas – constituem o nosso mais valioso patrimônio que espero possamos cuidar como muito amor e coragem.

Bibliografia

Alves, J. A Lindgren. Os direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Anderson, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In Sader, Emir e Gentilli, Pablo (Orgs.). Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Batista, Vera Malaguti. Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 1.

_____. O medo na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003, 2.

Barroco, Maria Lucia Silva. “A historicidade dos Direitos Humanos” In Forti, Valeria e Guerra, Yolanda. Ética e Direitos: Ensaios Críticos. Rio de Janeiro, Lumen Júris, 2009.

_____ Ética: fundamentos sócio históricos. São Paulo: Cortez, 2009, 2. Edição. Coleção Biblioteca Básica para o Serviço Social, vol. 4.

_____ Bandidos, mitos e bundas: moral e cinema em tempos violentos. Revista SESC Melhores Filmes. São Paulo: SESCSP, 2008.

_____ "Ética, direitos humanos e diversidade". In Revista Presença Ética, 03, GEPE, Recife: UFPE, 2003.

Braz, Marcelo. "Notas sobre o projeto ético-político". In Assistente social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS-7 a. Região, 2005.

Burke, Edmund. Reflexões sobre a Revolução em França. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed., 1997.

Carneiro, M. L. T. "Racismo nazista: a era nazi e o anti-semitismo". In Faces do fanatismo. Pinsky, Jaime e Pinsky Carla B. (orgs.), São Paulo: Contexto, 2004.

_____ "Neonazismo: o renascer da besta". In Pinsky, op. cit.

Chaui, Marilena. "Direitos humanos e medo". In Direitos Humanos e ... São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

_____ Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____ Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.

Chesnais, François. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética do Assistente Social. Brasilia: CFESS, 1993.

Costa, Jurandir Freire. "O medo social" In Revista Veja: 25 anos. Reflexões para o Futuro. São Paulo: Abril, 1993.

Harvey, David. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Moderna, 2005.

Hayek, Friedrich. Principios de una orden social liberal. Madri: Union Editorial, 2001.

Heller, Agnes. O cotidiano e a história. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Iamamoto, Marilda. Serviço em tempo de capital fetiche. São Paulo: Cortez, 2007.

Ianni, Octávio. Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Jameson, Friedrich. A virada cultural: reflexões sobre o pós-moderno. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

Kehl, Maria Rita e Bucci, Eugênio. Videologias. São Paulo: Boitempo, 2004, Coleção Estado de Sítio.

Lukács, Georg. "O problema da ideologia". In Secção 3 do volume II de Per l'ontologia dell' essere sociale. Versão italiana de Alberto Scarponi, Roma: Riunit, Tradução de Ester Waisman, 1981.

_____. El assalto a la razon: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler, Barcelona; México: Ediciones Grijalbo, 1968

Macpherson, C. B. A teoria política do individualismo possessivo de Hobbes a Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Marx, Karl. A questão Judaica. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. Manuscritos económico-filosóficos (1848) Lisboa: Edições 70: 1993.

Mészáros, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo (Coleção Mundo do Trabalho), 2009.

Netto, José Paulo "A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea". In Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB, 1999.

_____. Capitalismo e reificação. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. "Para a crítica da vida cotidiana. In, Netto, José Paulo e Falcão, Maria do Carmo B. de Carvalho. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

_____ e Braz, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez Editora (Biblioteca Básica do Serviço Social), 2006.

Nisbet, Robert. O conservadorismo. Lisboa: Estampa, 1987.

Oliveira, Francisco. "O momento Lênin". In Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo: CEBRAP, 75, julho, 2006.

Óz, Amóz. Contra o fanatismo. Lisboa; Porto: Asa Editores, 2007.

Trindade, José Damião de Lima. História Social dos Direitos Humanos. São Paulo: Peirópolis, 2002.

Padilha, Walquiria. Shopping Center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

Wacquant, Loic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

Desafios do projeto ético-político: o enfrentamento do neoconservadorismo

30

Mesa-redonda

PROFESSORA CARMELITA YAZBEK

Muito bom dia a todos e a todas. Queria inicialmente agradecer às nossas entidades, representadas nesta mesa por Sâmya Rodrigues (ABEPSS) e por Silvana Mara (CFESS), a alegria de partilhar esse momento. Passaram-se 30 anos daquele início de um movimento que nos trouxe até aqui. Examinar o trabalho do/a assistente social brasileiro/a hoje, tendo como referência esse projeto que vem se construindo ao longo da história, numa conjuntura tão difícil como a atual, não é uma tarefa fácil, porque, entendo, vivemos um contexto de grande complexidade e incertezas, particularmente para as classes que vivem do trabalho. Trata-se de um cenário sócio-histórico caracterizado por profundas transformações na esfera econômica e política, agravadas pela atual crise do capitalismo.

Nesses tempos de mudanças aceleradas e de emergência de uma nova sociabilidade e de uma nova política social, inscrita na agenda neoliberal, a profissão confronta-se com novos e inquietantes desafios. Todos sabem que, desde as últimas décadas do século XX, a globalização neoliberal expandiu-se por todo o mundo, mantendo-se

como perspectiva orientadora da economia, da vida social, da política, das relações internacionais e da cultura da maioria dos países de todos os continentes. Consiste numa globalização sem controle político ou ético, que vem solapando as bases da vida social em nossa sociedade.

Ontem, o professor José Paulo Netto referiu-se ao golpe de 1964, como expressão dos interesses da autocracia burguesa brasileira naquele momento. Referiu-se também ao III CBAS como uma quebra, particularmente, do monopólio do conservadorismo profissional. A história caminhou e os 30 anos que separam esses dois registros mudaram profundamente. Hoje, enfrentamos uma enorme pressão conservadora que busca esvaziar o nosso discurso político de sua potência crítica, ao se confrontar com esta realidade em mudança, que, como diz Vera Telles, transborda para todos os lados e, quando se trata do capitalismo contemporâneo, dá-se o retorno à lei da força bruta.

Não podemos esquecer que, na Virada dos anos 90, instaurou-se, no mundo capitalista e no Brasil, uma sociabilidade, cuja matriz central era tanto o discurso liberal da iniciativa dos indivíduos quanto a desregulamentação e o desmanche que davam bases materiais a esses novos tempos. A relação Estado/burguesia, como diz Francisco de Oliveira, alterou-se radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico, centrado nas multinacionais produtivas e financeiras. Nesse processo, impulsionado pelas agências multilaterais e que teve como suporte instituições financeiras que passaram, como diz Iamamoto, a operar com o capital que rende juros, o capital fetiche, o capital financeiro assumiu o comando do processo de acumulação, envolvendo a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais.

As empresas nacionais, as empresas industriais, associaram-se às instituições financeiras num contexto de desregulamentação e liberalização da economia. A produção, como sabemos, globalizou-se com processos de flexibilização produtiva, com avanços tecnológicos e informacionais, com a robótica e, sobretudo, com novas formas de organização das relações de trabalho. Os impactos éticos, políticos,

sociais, culturais e ambientais desse processo são crescentes. Sob fluxos socioeconômicos poderosos, redesenham-se as sociedades, os espaços urbanos e rurais, e observamos delinear-se um mundo social perpassado por toda a sorte de ambivalências, entre formas velhas e novas de clientelismo, de reinvenções políticas, de convergências, disputas, práticas solidárias e acertos ou desacertos com máfias locais e com o tráfico de drogas.

As consequências para a política - campo privilegiado de um exercício de uma profissão como a nossa - não poderiam ser mais devastadoras. A relação entre classes, interesses e representações, como diz ainda Chico de Oliveira, foi para o espaço. As relações tornam-se difusas e indeterminadas. E nesse contexto, segundo a reflexão de Iamamoto em Capital Fetiche, as classes trabalhadoras experimentam a radicalização de sua exploração e expropriação. A crise atual, a recentíssima crise, agrava ainda mais esse quadro, ao mesmo tempo em que evidencia a fragilidade desse modelo centrado na acumulação financeira.

Para as grandes potências, trata-se de salvar a qualquer preço as estruturas econômico-financeiras existentes, com intervenções estatais e maciças injeções de dinheiro. Em 2008, foram quatro trilhões para socorrer bancos e seguradoras, 40 vezes mais do que a ONU destinou à fome da África. Para alguns especialistas, esse é o momento de maior fragilidade na administração da economia capitalista desde o pós-guerra. Diz Emir Sader, acerca dos efeitos desse novo capítulo da crise, que a crise não começa com essa crise recente, ela vem vindo desde os anos 70. Esse novo capítulo da crise deflagrado pelo estouro da bolha imobiliária não desacelera apenas a economia norte-americana. Será preciso acompanhar a extensão e a profundidade dessa desaceleração sobre o mercado global para uma avaliação mais exata dos seus desdobramentos históricos para a economia capitalista.

O que fica claro, porém, é que as estratégias desreguladoras dessa globalização descontrolada e ilimitada, parecem estar sendo colocadas em questão e parece ter se esgotado o que o professor Francisco

de Oliveira denomina o poder impune do dinheiro. Sem dúvida, a crise tem um enorme custo social e é esse o nosso vínculo imediato e próximo com ela: o aumento da pobreza e o desemprego. A OIT estima que somente em 2009 mais de 50 milhões de trabalhadores/as perderão o seu emprego, num cenário onde os/as 20% mais ricos/as do mundo se apropriam de quase 83% da renda, enquanto os/as 2/3 mais pobres ficam com apenas 6%.

Generalizam-se os salários precários e a insegurança social dos/as que vivem do trabalho. Temos quase três bilhões de pessoas no mundo que vivem com 2 dólares ou menos por dia, e 1 bilhão e 400 mil pessoas com 1,25 dólares por dia. Sabemos, contudo, que esse critério de mensuração da pobreza é questionável, porque a pobreza é multifacetada, ou seja, tem múltiplas dimensões e expressões. Agrava esse quadro o fato de que permanece a herança desestruturadora do neoliberalismo que predominou particularmente na última década com consequências, como já disse, devastadoras para a política, para os direitos e para a esfera pública.

Nos anos mais recentes, é preciso acrescentar, ao longo do processo de destituições, moldou um perfil para a questão social global e brasileira, que se traduz pelos efeitos devastadores da corrosão, das condições de trabalho, dos direitos, a intensificação dramática das últimas formas de opressão, econômicas, de opressões econômicas, étnicas, religiosas e etc. Este é o mesmo cenário em que crescem o desemprego, a violência e a precariedade urbana. Não podemos esquecer que essas mudanças têm um caráter regressivo e conservador que se expressam de diferentes formas abrangentes e assimétricas e que alcançam múltiplas dimensões da vida dos cidadãos, trazendo graves consequências para o tecido social em geral e particularmente para as relações de trabalho.

Certamente, o mundo não será o mesmo, passada a crise atual, pois, se abriu com ela uma gigantesca disputa de interesses, de interpretações, sobre o seu significado e sobre que lições tirar dela. Mais uma vez na história de diferentes nações e particularmente na história brasileira, está posta a disputa pelos sentidos da sociedade,

e entre as disputas centrais a serem travadas nos próximos anos está a disputa pelo lugar do social na construção da vida social, questão que nos alcança diretamente. Somos profissionais, cuja intervenção se estabelece no âmbito das relações sociais, questão que nos alcança e que nos atinge particularmente sob dois aspectos: as novas manifestações e expressões da questão social resultantes dessas transformações estruturais do capitalismo; e os processos de redefinição dos sistemas de proteção social e da política social geral que surgem nesse contexto.

Quanto à questão social e às suas consequências, às suas sequelas e manifestações, muito temos discutido no Serviço Social, sobretudo, quanto a essas consequências para os que vivem do trabalho e para os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Justamente no âmbito em que se desenvolve a intervenção profissional, é possível cotidianamente observar as mudanças locais e mundiais que vêm ocorrendo, com os processos de flexibilização, mais os avanços tecnológicos aos quais já me referi e, sobretudo, pelas formas de organização das relações de trabalho.

Os/as trabalhadores/as veem-se em situação de insegurança, desemprego, trabalho precário; situação essa que afeta as suas condições de vida, posto que perdem as suas proteções, ao perderem o trabalho formal - o trabalho protegido e o trabalho com a carteira assinada. Veem ainda crescer e diversificarem-se as formas de exploração do trabalho, o achatamento salarial e o aumento da sua desproteção, situações que tenderão a um agravamento no contexto da atual crise. São novas questões, ao lado de velhas questões, daquelas que nos desafiaram nesses últimos 30 anos, com as quais convivemos cotidianamente.

Além dessas condições concretas que expressam as mudanças no mundo do trabalho, como o desemprego e o trabalho precário, convivemos com outras questões, tais como: a violência, a violência doméstica, a violência contra a mulher, contra o idoso, a Aids, as drogas, a discriminação por questões étnicas, por questões de gênero, a moradia precária, a moradia na rua, a moradia insalubre, as crianças

e adolescentes sem proteção, os/as doentes mentais, as dificuldades dos/as deficientes, o envelhecimento sem recursos e sem proteção, a fome, a alimentação insuficiente e outras tantas questões temáticas relativas a esta conjuntura.

Quanto às políticas sociais, âmbito privilegiado de nossa intervenção, não podemos esquecer, em primeiro lugar, que as mesmas só podem ser pensadas politicamente, sempre referidas a relações sociais concretas, como parte das respostas que o Estado oferece às expressões e manifestações da questão social, situando-se, pois, no confronto de interesses, de grupos e de classes sociais. É fundamental lembrar que a questão social é a referência para entender o desenvolvimento das políticas, questão que se reformula e se redefine, mas permanece substantivamente a mesma, por se tratar de questão estrutural que não se resolve numa formação econômico-social por natureza excludente.

Quanto as políticas sociais, é importante lembrar que foi na contramão que nasceu o nosso recente sistema de seguridade social. Nasceu no momento em que avança no mundo o ideário neoliberal e suas proposições concretas, em matéria de política e economia. Uma retomada analítica das políticas sociais brasileiras, neste início de milênio, mostra que, apesar da Constituição de 88, elas têm uma perspectiva seletiva. Estão centradas em situações-limites, mesmo universais, em termos de sobrevivência, isto é, estão voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade, incapazes de competir no mercado.

Nesse sentido, elas correm o risco de acabar sendo o lugar dos não direitos, da não cidadania, lugar ao qual os indivíduos têm acesso, não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. Cabe lembrar, nesse contexto, o enorme crescimento do terceiro setor, recolocando em cena práticas filantrópicas, práticas benemerentes, com uma expressão da transferência à sociedade de respostas à questão social. O ideário da sociedade solidária, como base no setor privado e não mercantil de provisão social, parece revelar a edificação, e não apenas no Brasil, de um sistema misto de proteção social que concilia iniciativas do Estado e do terceiro setor.

Inserido nesse contexto, o/a assistente social brasileiro/as – desafiado/a por mudanças cotidianas em andamento, convivendo com as consequências da crise, como a violência da pobreza e suas incontáveis repercussões sobre a vida da população com a qual trabalha - trava o embate de avançar em seu projeto na direção de uma outra ordem societária. O horizonte da atuação profissional é, assim, outra sociabilidade mais igualitária, mais justa, onde direitos sociais e desigualdades sociais sejam enfrentados.

É preciso avançar no enfrentamento da desigualdade social brasileira e defender direitos como mediação para alcançar mudanças nessa sociedade, e sem dúvida, o/a assistente social é um/a profissional habilitado/a para propor, elaborar e executar ações, políticas, iniciativas, programas e serviços junto à população que dele necessita para apoiá-lo/a em suas lutas. É fundamental assinalar que essas transformações vão encontrar como diz José Paulo Netto, um Serviço Social maduro, consolidado, que alcançou como ontem lembrava Marilda Iamamoto, legitimidade junto aos parceiros no campo da pesquisa, no campo da construção do conhecimento, do saber, e uma profissão que vem construindo o seu projeto com a ativa participação de toda a categoria.

Os desafios que se colocam para esse avanço, para essa consolidação são muitos. Vou apenas apontar alguns e acredito que as minhas companheiras de mesa avançarão em outros. O primeiro grande desafio, sempre renovado, relaciona-se à contínua necessidade de reafirmar o projeto ético-político, os seus valores, os seus objetivos e os conhecimentos teóricos que sustentam esse projeto no cotidiano do trabalho profissional. O projeto não está, deste ponto de vista, pronto. Ele tem que ser reafirmado, construído no tempo concreto, no tempo miúdo, no dia a dia, lá na ponta, onde estão os/as assistentes sociais, trabalhando com os movimentos e com os/as usuários/as das políticas. A cada dia ele tem que ser renovado e reafirmado.

Reafirmar o projeto é, na minha avaliação, o melhor modo de enfrentar o conservadorismo. Temos desafios também no âmbito da formação profissional, entendendo-a como um projeto mais

amplo, um projeto de qualificação contínua dos/as assistentes sociais brasileiros/as. Ela é a chave e a alavanca da construção do projeto, da ruptura com o conservadorismo. A formação, entendo, passa pelo avanço da pesquisa, pelo enfrentamento das questões que se colocam hoje, sobretudo, no âmbito da graduação, tais como a mercantilização e o ensino à distância.

Mas ainda para avançar no projeto, a melhor forma de enfrentar a qualificação da prática, isto é, do trabalho profissional é o domínio do conhecimento e da teoria. Esta é a primeira ferramenta do exercício: avançar na consolidação, construção, ampliação e difusão da matriz teórico-metodológica que sustenta o projeto. Esse é um grande desafio, para que não tratemos o projeto como uma abstração dissociada de suas bases teórico-metodológicas e conceituais.

Sabemos que o conhecimento hoje é um termo obrigatório. Falamos em sociedade do conhecimento, sociedade da informação e das novas linguagens, das novas tecnologias, das novas experiências de espaço e tempo, das novas possibilidades. Estou lembrando esse aspecto como um desafio, porque, na sociedade contemporânea, o poder social das intervenções tem a ver com o conhecimento que as orienta e legitima, como diz Marilena Chauí. O conhecimento ratifica e legitima determinadas práticas e obviamente deslegitima outras. Trata-se aqui da relação conhecimento e hegemonia, o que torna necessário entender as relações sociais do conhecimento, as teorias sociais que sustentam nossas posições, porque estamos diante de uma enorme estrutura transnacional de poder que se fundamenta em determinados modos de compreender a vida social e os processos sociais. Temos que enfrentar também que o conhecimento não é neutro, o conhecimento é social no sentido do domínio das bases teórico-metodológicas. É um desafio de construir um trabalho profissional qualificado.

Outro desafio tem a ver com a luta pela ampliação e qualificação dos nossos postos de trabalho que deve se combinar com a defesa de condições de trabalho, de regulamentação dos vínculos contratuais, qual a recente aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça

e Cidadania da Câmara dos Deputados, do projeto que prevê a carga horária de 30 horas para o trabalho do/a assistente social. Este representa um importante passo nessa direção e seguramente aponta para a melhoria da qualidade dos nossos serviços aos/às nossos/as usuários/as. É preciso fortalecer as lutas organizadas e coletivas, inclusive em alianças com outras categorias, pela realização de concursos públicos em todas as áreas das políticas públicas. Identificamos essa possibilidade de aliança especialmente no âmbito da saúde e da assistência social, áreas que se veem confrontadas, assim como os/as assistentes sociais que aí trabalham, com aquilo que Marilda chamava ontem de exército assistencial de voluntários e de trabalho precário.

O quinto desafio refere-se à necessidade de maior clareza em uma busca de inserção da profissão nos processos de construção da sociedade democrática participativa, de uma inserção profissional que supõe a substituição de relações de poder, por relações de responsabilidades partilhadas, que inclui as nossas relações com a população com a qual trabalhamos. Quando falamos de poder, referimo-nos àquela autonomia relativa que possui o/a assistente social no cotidiano dos espaços institucionais, é o poder das triagens, das elegibilidades, das governabilidades, das concessões, dos laudos, das visitas controladoras, das definições de quem pode e quem não pode participar de um programa e que nem sempre é utilizado por nós em favor dos interesses e necessidades da população demandatária. Por outro lado, o exercício do poder político dos assistentes sociais nos espaços de interlocução e deliberação pública, no âmbito do controle social, como nos conselhos, exige dos profissionais uma contribuição ativa e qualificada. E o desafio consiste exatamente em qualificar essa participação em todos os espaços, em todos os fóruns onde estamos.

O sexto desafio que selecionei para apresentar aqui, porque há muitos outros, se coloca no campo da construção política do exercício profissional, campo que tem nas políticas sociais, nas políticas públicas um âmbito privilegiado, ou seja, os/as assistentes sociais estão inseridos/as nos processos de construção das políticas sociais

brasileiras. Há que se destacar a presença da política na política social, isto é, há disputas na política social. Enfrentamos, pois, na política social as marcas do conservadorismo, do pensamento e da ação social neste país. É ampla a agenda de mudanças e de desafios nesse campo, na busca das melhorias democráticas, na busca da justiça, na luta por buscar construir uma perspectiva de seguridade social integrada, ampla no sistema protetivo da sociedade, na luta pela defesa de políticas universais pela defesa da universalização da política social, na busca de conjugar de uma forma adequada e integrada, as chamadas políticas estruturais voltadas à (o): distribuição de renda, crescimento da produção, geração de emprego, reforma agrária e as intervenções onde estamos localizados, aquelas intervenções muitas vezes mais emergenciais. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza, significa desperdiçar recursos e perpetuar o problema. Por outro lado também não é admissível o contrário. Subordinar a luta contra a fome à conquista prévia de mudanças profundas nas políticas estruturais representaria a quebra da solidariedade que é dever imperativo de todos perante os milhões cidadãos hoje condenados à subalternidade e exclusão social.

É preciso comprometer a profissão com os interesses e as necessidades das classes subalternas nessa sociedade. Temos um papel aí fundamental. Disse que o social está em disputa e o social de um modo mais global, nesse momento de reestruturação da ordem capitalista. Temos aí um papel de politizar e dar visibilidade ou contribuir para dar visibilidade aos interesses das classes subalternas. Temos que nos perguntar o que estamos fazendo nessa direção. Não basta a alta qualidade técnica do nosso trabalho. Corremos o risco de sermos bons/boas gestores/as despolitizados/as, por isso é necessário somar as dimensões: tarefa difícil esta de construir o político na política social, ajudar a construir hegemonia das classes subalternas. Tudo isto supõe criar uma cultura institucional, profissional, socioassistencial, no campo da saúde, no campo da habitação, uma cultura que torne indeclináveis as questões propostas pela população que recorrem a esses serviços, a população com a qual trabalhamos.

Uma cultura que nos comprometa, que nos responsabilize pela qualidade desses serviços, e mais do que isso, que nos obrigue a prestar esses serviços com qualidade. Para isso, é necessário nos desvencilhar de certas determinações, de certos condicionamentos impostos pela realidade mesma em que estamos inseridos e de algum modo limitados por ela. Estamos no olho do furacão, e embora saibamos, todos/as aqui sabemos, que escapa às políticas sociais, que escapa aos seus desenhos, a seus objetivos, reverter níveis tão elevados de desigualdades como os encontrados no Brasil. Não podemos duvidar das virtualidades possíveis dessas políticas, elas são, como lembrava Iamamoto ontem, espaços contraditórios, espaços onde estão presentes interesses divergentes e antagônicos e nosso posicionamento deve ser claro e explícito na direção dos interesses da população. Muito obrigada.

Desafios do projeto ético-político: o enfrentamento do neoconservadorismo

30

Mesa-redonda

PROFESSORA ANA ELIZABETE MOTA

Em memória de Nobuco Kameyama

A exposição que deu origem a esta comunicação, ora publicada pelo CFESS com as comunicações realizadas no evento comemorativo dos 30 anos do Congresso da Virada, em 2009, em São Paulo (SP), sintetiza o conteúdo da minha participação na mesa Dialogo sobre os Desafios do Projeto Ético-Político Profissional. O tom coloquial por mim utilizado na ocasião será preservado nesta reescrita do texto.

Inicio minhas considerações sobre o Congresso da Virada, destacando a importância que tiveram e têm as vanguardas políticas do Serviço Social brasileiro na construção do nosso projeto profissional. Somos devedores/as dessa vanguarda, que conseguiu estabelecer e realizar um movimento político e teórico, organicamente vinculado à categoria profissional. Este movimento, embebido do caldo cultural e político dos finais da década

de setenta, responsável, em grande medida, pelo fim da ditadura militar, tornou possível o desenrolar de um rico processo de politização dos/as assistentes sociais, permitindo a posterior consolidação de uma consciência profissional daqueles sujeitos da profissão.

Participamos deste período, eu e os/as assistentes sociais de minha geração, movidos/as pelas questões que atravessavam a conjuntura brasileira e que se transformavam em objeto de preocupação da profissão. Para mim, sob o ponto de vista teórico e ídeopolitico, o legado do Congresso da Virada teve inflexões as mais significativas no âmbito da organização política dos/as assistentes sociais, da formação e da prática profissionais, contendo o embrião do que hoje nominamos e defendemos como Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Considerando o objetivo desta mesa, dialogar sobre o projeto ético-político profissional do Serviço Social, minha participação na discussão se atém ao tema da formação profissional. O primeiro elemento a destacar é a relação entre o movimento da sociedade e o da profissão para enaltecer o principal legado do Congresso da Virada: a centralidade da política na ação profissional.

A este, juntamos outro: a visibilidade pública da categoria profissional, responsável por uma nova representação político-profissional do Serviço Social junto ao movimento sindical e partidário, cujos parâmetros de tal reconhecimento foram os nossos compromissos profissionais ético-políticos com a classe trabalhadora.

O outro elemento que quero destacar é a relação entre a estruturação do mercado de trabalho, portanto a consolidação da condição de assalariamento profissional dos/as assistentes sociais e a possibilidade deste sujeito profissional se assumir como parte da classe trabalhadora. Isto ocorreu na medida em que socializamos a nossa condição de trabalhadores/as assalariados/as, subordinados/as às relações sociais capitalistas.

Importante destaque, já referido pelos/as que me antecederam, foi a ruptura com o conservadorismo, posto que, em quase todos os depoimentos dos/as que participaram deste evento, houve referência

ao papel de Leila Lima Santos na construção do "Método BH" e no "CELATS", dando notoriedade à inexistência – já naquele período – de uma dicotomia entre a política como campo da militância e como ambiência da produção do conhecimento.

Penso que o caldo cultural, prático e político desses anos, e que atravessaram três décadas, com todas as considerações, e mediações já feitas ontem por José Paulo Netto e Marilda Iamamoto, e pelos/as que me antecederam, mantém-se vivo no Serviço Social.

Todavia, considero que são novas e complexas as questões que se apresentam em função do atual cenário político, econômico e cultural do Brasil e do mundo, marcados que são pela crise do capital e pelas estratégias acionadas pelas burguesias e, inclusive, por segmentos de trabalhadores/as, no seu enfrentamento. Quais são estas novas e complexas questões?

As experiências recentes das quais tive a oportunidade de participar na América Latina e que me permitem, ainda que de forma incipiente, mas ousada, tratar de Brasil e do subcontinente, ainda que ressaltando a particularidade brasileira, permite perceber um novo cenário político de alguns países da Região Andina, cujo projeto político é autodenominado de democrático, nacional e popular.

Embora Bolívia, Venezuela, Chile, Equador sejam realidades históricas bem distintas da brasileira, na atual conjuntura encontramos algo de comum nos discursos políticos: a negação do neoliberalismo e das privatizações do Estado. No entanto, o combate ao neoliberalismo não se faz radicalmente, sob o influxo de outro projeto de sociedade, mas com o desenvolvimentismo, ou seja, com a defesa do crescimento econômico com justiça social.

Apresenta-se, como a principal expressão das tendências latino-americanas, o crescimento econômico feito à base da "reprimarização". Isto significa, portanto, a expansão da grande propriedade e das commodities, sob o argumento de que estas sociedades precisam crescer para distribuir a riqueza.

Enquanto elas não crescem o suficiente e a riqueza não pode ainda ser distribuída, deduz-se, esses países optam por enfrentar a pobreza

e a desigualdade com os programas de assistência social e de renda mínima: a pobreza tratada desde a perspectiva da intervenção de programas de assistência social.

Ora, esse processo dá-se em cima da expectativa de que, em assim agindo, supera-se o neoliberalismo (pela não exclusividade da regulação do mercado); todavia sem realizar nenhuma inversão nas práticas contrarreformistas de natureza neoliberal. No caso brasileiro citamos, por exemplo, as reformas realizadas por Fernando Henrique Cardoso no âmbito da Previdência, da Educação e da Saúde; além da continuidade e manutenção, foram, em alguns casos, ampliadas mediante o uso da estratégia transformista.

Pensemos, assim, nos depoimentos dos/as estudantes do ensino à distância. É uma expressão clara deste transformismo. Seus apelos para passivizar a crítica a esta modalidade de ensino conflui com a razão dos/as idealizadores/as da proposta: a dificuldade de acesso ao ensino superior no interior do Brasil justificaria a expansão precária e irresponsável desta modalidade de ensino superior. Neste sentido, o ensino à distância adquire a aparência de uma resposta às demandas por educação. Ora, o ensino privado à distância é um meio de mercantilização da educação, mas a sua aparência necessária é de suprir o déficit de vagas, dada a impossibilidade de o Estado custear a educação como uma política universal e não mercantil.

A pobreza cresce, o desemprego cresce, no entanto, a resposta de enfrentamento é o acesso ao consumo, que passa a ser conceituado como melhoria da condição de vida da população. Seguindo esta linha argumentativa, o enfrentamento da pobreza no continente, via política de assistência social, é também uma resposta, revela do "compromisso dos governos com a desigualdade social".

Note-se que, a exemplo da educação, a falta de leitos, de ambulatórios ou de remédios, é ressignificada pelos/as privatistas como oportunidades de negócios rentáveis. A falta de educação significa para os/as privatistas a oportunidade de um negócio chamado educação. O baixo valor da aposentadoria significa o convite

à adoção de um plano privado de previdência. Então, este processo, e aqui peço emprestada a ideia de Lúcia Barroco, é formador de uma cultura, de uma moral e de uma ética "do que fazer". Não é à toa que a expressão midiática "fazer o quê?" é tão utilizada nos dias correntes, dando um tom de imobilismo a esta realidade.

Em que dimensões estas questões, tratadas rapidamente por mim, afetam o Serviço Social do ponto de vista da formação?

Podemos perceber que este processo inflexiona a formação profissional pela pressão do mercado de trabalho (Não estou querendo dizer aqui nem penso que o nosso projeto ético-político desapareceu nem concordo que ele esteja em crise), cujas novas mediações e determinações precisam ser lidas e decifradas por nós. Precisamos entender a sutileza com que elas se processam. Será que é um acaso a centralidade que assume o tema família no discurso e nas discussões profissionais? E a atuação do denominado Serviço Social clínico? Seriam meras inovações?

Penso que estamos enfrentando um processo em que, além dessas demandas intelectuais e técnicas, vem formando uma cultura profissional que tende a dar primazia à ação prática e aplicada da profissão. Se assim for, o horizonte profissional restringe-se a intervenções nos limites da ordem estabelecida e toda e qualquer reflexão ou proposta que não encontre amparo imediato na ação prática é considerada ilusória.

Neste sentido, as demandas da ordem, com as características que apontamos anteriormente, passam a ser incorporadas e respondidas pela formação profissional, operando iniciativas que restringem o universo da pesquisa acadêmica em prol dos estudos aplicados, inclusive em parceria com empresas e ONGs. Este processo está permitindo que demandas ocupacionais se metamorfoseiem em temas e áreas de conhecimento. Ora, "família" nunca foi para nós uma categoria explicativa da sociedade, mas há elaborações que se posicionam a favor de... Em várias universidades latino-americanas, existem mestrados em família.

Notem bem: o que está acontecendo com os procedimentos operativos do SUAS se relaciona com o que afirmo. Elementos que definem procedimentos da ação profissional, como é o caso do "acolhimento", da "escuta", deixam de ser meios e instrumentos e se transformam na finalidade da intervenção profissional, portanto requerendo os fundamentos teóricos do acolhimento e da escuta, importado do senso comum ou de sistematizações particulares de disciplinas como a psicologia, a antropologia, dentre outras.

E como isso está se processando? Há uma cultura formada pela grande mídia, cujo "bordão" é "se você não se capacitar, não tem mercado de trabalho". Ora, se formação profissional – diga-se a orientada pelas Diretrizes da ABEPSS – está resistindo à mera tecnificação da profissão, os/as profissionais vão procurar centros e instituições que possam lhes capacitar exclusivamente para o mercado.

Por outro lado, e é importante que destaquemos e reconheçamos: a área do Serviço Social teve e tem uma resistência acadêmica que temos que reconhecer. Esta resistência vem sendo objeto do neoconservadorismo profissional, cujo argumento é a defesa da formação voltada para a prática, portanto, com aderência a uma instrumentalidade reiterativa da ordem.

Claro que não podemos ver, nestes traços da conjuntura, um inimigo em cada esquina! Temos que estar fortes, produzindo, pensando e agindo, no sentido de expor com clareza e qualidade as novas determinações da realidade que tensionando o projeto ético-político profissional. Advogo que o conservadorismo profissional nesse momento apresenta-se de forma muito diferente do que era nos anos 70. Ele não se insinua como uma ideologia constitutiva do real, como um projeto explicitamente defendido. Ele se coloca, por meio da cobrança da eficiência, da eficácia, da operatividade, no sentido de propor e exigir capacidade propositiva e não crítica, da profissão.

Para finalizar, penso que é necessário trazer para o campo da formação estas questões, tratando-as sem moralismos, mas com rigor teórico-metodológico e direção política.

Desafios do projeto ético-político: o enfrentamento do neoconservadorismo

30

Mesa-redonda

PROFESSORA SARA GRANEMANN

Enquanto agradecemos, os acelerados batimentos cardíacos voltam à normalidade; é enorme a emoção e a muita honra que sinto em participar de momento tão importante para essa categoria: a comemoração dos 30 anos do memorável Congresso da Virada, ocorrido em 1979. Aos organizadores - CFESS e CRESS-SP, ABEPSS e ENESSO – minha gratidão pelo convite que foi feito para falar de um tema central em minhas pesquisas e preocupações acadêmicas e, a um só tempo, um dos principais impulsionadores de minha própria vida, porque mobiliza o melhor das minhas energias, isto é, a mobilizada em minha militância em diferentes movimentos sociais. Dela extraio as melhores e mais substantivas indicações que nutrem meu trabalho docente.

Desejo também dizer de minha incontida alegria em participar desta mesa-redonda, com professoras que expressam o que há de melhor no Serviço Social brasileiro e latino-americano.[1] Sâmya Rodrigues e

[1] A mesa-redonda ocorreu em São Paulo a 17 de novembro de 2009 e intitulou-se: Diálogo sobre os Desafios do Projeto Ético Político Profissional e contou com a participação das professoras Ana Elisabete Mota, Lúcia Barroco, Maria Carmelita Yazbek e Sara Granemann.

Silvana Mara Santos, coordenadoras desta mesa, tipificam as lutas no âmbito da organização da nossa categoria. Agradeço também a algumas pessoas, sem querer comprometê-las, mas com quem troquei algumas ideias sobre o que direi aqui: as professoras Sônia Lúcio Lima (UFF), Bia Abramides (PUC/SP) e Maria Lúcia Duriguetto (UFJF), mas insisto: a responsabilidade pelo que afirmarei aqui é toda minha. Elas estão, à partida, isentas de qualquer erro que eu cometa.

Na divisão técnica do trabalho desta mesa, me tocou trazer algumas reflexões sobre os desafios ao Projeto Ético-político na sua relação com os movimentos sociais. Para iniciar este ponto, não posso deixar de mencionar aquela que me parece a determinação fundante para a ocorrência da "virada" no projeto profissional do Serviço Social brasileiro: em primeiro lugar a sua relação com as lutas da classe trabalhadora e, em segundo lugar, para responder a este novo patamar de relação de uma parte dos/as profissionais de Serviço Social com as lutas da classe trabalhadora, a sua necessária apropriação da Teoria Social fundada por Karl Marx. A militância política de significativas parcelas profissionais já foi identificada em vários estudos como elemento central para que esta profissão assumisse sua condição de classe trabalhadora e seu engajamento crítico nas lutas

A "virada" no histórico Congresso de 1979 não foi um mero acaso ou um acontecimento aleatório, fortuito no desenvolvimento recente da profissão no Brasil. Foi – na particularidade do Serviço Social brasileiro - um momento-síntese e que materializou na profissão as muitas lutas de diferenciados movimentos sociais contra a `ditadura do grande capital`[2] e nos quais também militavam as vanguardas, as franjas mais politizadas da categoria profissional. Com isto, não estou a afirmar que havia uma massiva preparação para por em ato os acontecimentos que tiveram lugar em 1979.

---

[2] Ver a importante obra de Octávio Ianni, A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1981.

Parece-me correto supor que, como na eclosão de muitos eventos políticos, as fagulhas bem direcionadas foram capazes de acender uma intensa fogueira há muito desejada. Dito de outro modo, não penso ser correto supor uma teleologia fortemente direcionada para a "virada". Evidentemente, somente porque numerosas galerias[3], subterrâneas à violenta ditadura do grande capital, foram construídas é que pode irromper a toupeira[4] do seu contínuo cavar.

Também uma fração de profissionais do serviço social que se reconhecia oprimida e que se organizara no interior das diferenciadas lutas da classe trabalhadora saturava-se da energia política de mudança. O melhor desta fração da classe trabalhadora, no interior da categoria profissional dos/as assistentes sociais, fez do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais o seu espaço coletivo de manifestação e ruptura com o status quo.

E este é, talvez, para os dias presentes, o nosso maior desafio: qual é o rumo político que coletivamente pretendemos honrar. Aquele que ombreia com os demais movimentos sociais da classe trabalhadora como uma reafirmação vigorosa de uma decisão responsável pela mais importante inflexão operada na trajetória da profissão no Brasil? Certamente, é esta a herança que nos honra e, por isto, devemos renovar neste seminário - emblematicamente - a direção social assumida há trinta anos.

Entretanto, para reafirmar um compromisso de classe, não é

---

[3] Isto é, as numerosas lutas - urbanas e rurais, por melhores condições de vida, por redemocratização, pela anistia e a volta dos exilados, as greves operárias, a legalização dos partidos de esquerda - que de muitos modos e com intensidade e abrangências diferenciadas potencializaram com suas lutas a crise e o ocaso da ditadura do grande capital.

[4] Karl Marx usou em algumas passagens de sua vasta obra (por exemplo, em O Capital e em O 18 brumário de Luis Bonaparte, várias edições) a figura da toupeira – pequeno mamífero encontrado na Europa, Ásia e América do Norte dotado de patas dianteiras propícias ao contínuo cavar - como o símbolo da revolução.

suficiente dizê-lo. A permanência deste tema em nossa agenda teórico, política e interventiva aponta o rumo que o Serviço Social brasileiro tomou, aquele glorioso 'congresso da virada' materializou-se para seus protagonistas e para as gerações subsequentes como um lugar mítico. Mítico Congresso da Virada, porém não como um fetiche. Refiro-me ao sentido que nos ensinou o revolucionário peruano Mariátegui[5]; algo que precariamente expressaria no seguinte sentido: os momentos importantes da luta da classe, em que a classe saiu derrotada ou vencedora, são todos partes do patrimônio e do aprendizado da classe e, portanto, devem ser permanentemente mobilizados como forma de fazer avançar as lutas e a consciência desta mesma classe.

Desse mítico Congresso da Virada, havido há 30 anos, recolhido como inspiração para os que lutam como sujeitos sociais no momento histórico presente, no curso das determinações objetivas - analisadas por Carmelita Yazbek - e das condições subjetivas da luta de classe - apontadas por Lúcia Barroco, para voltarmos ao questionamento das nossas práticas e do real, conforme o exemplo da virada de 1979.

Como tal, as demandas postas ao Serviço Social não estão restritas às classes capitalistas e aos/às trabalhadores/as despolitizados/as e famintos/as de nosso país; ao contrário, pensar a importância do Congresso da Virada envolve pensar os últimos 30 anos da luta de classe no Brasil, suas organizações, seus/suas dirigentes, suas opções – sem trocadilhos! – envolve refletir acerca dos caminhos e os descaminhos dos movimentos sociais da classe trabalhadora no Brasil. Neste ponto, já o sabemos: a lógica da alienação e de submissão ao pensamento dominante, na sociedade do capital, envolve o inteiro cotidiano da vida social e como tal alcança também as organizações, as nossas organizações da classe trabalhadora.

---

[5] Ver os livros:

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana. SP. CLACSO/Expressão Polpular, 2008.

ESCORSIM, Leila. Mariátegui – vida e obra. SP. Expressão Popular, 2006.

Mas parece-me que o ponto importante a se enfocar aqui é o de como, nesse balanço de 30 anos desde a virada, para não reproduzir equívocos e endogenias[6] que desconhecem a totalidade da vida social, podemos avaliar a trajetória particular do Serviço Social no Brasil. Parece-me ser condição afirmar: tal avaliação não pode pretender-se autônoma e desconectada de um acompanhamento fino dos rumos das lutas de classe em nosso país nestas três décadas. Com isto, quero precisamente afirmar: as determinações econômicas, sociais, culturais e políticas no âmbito das quais foram construídos os mais importantes instrumentos da classe trabalhadora nas três últimas décadas, seus avanços e recuos, são os elementos capazes de explicar como se plasmou e plasma a consciência coletiva e individual dos sujeitos sociais, inclusive da categoria profissional dos/as assistentes sociais por intermédio de suas organizações e ações coletivas. E é fundamental a compreensão desta suposição, porque permite entender como sujeitos históricos (por exemplo, um partido político, uma central sindical ou mesmo uma categoria profissional) puderam portar, em tempos históricos não muito distantes, clara e hegemonicamente, ora um projeto emancipatório, ora projetos conservadores que respondem pelos interesses do capital.

Como o demonstrou Marx[7], não basta a poesia do passado. Tivemos no Brasil a poesia da mudança, com as lutas que se articularam pelo fim da ditadura do grande capital. Explico-me: não basta um passado glorioso para continuar a ser fiel às lutas emancipatórias da classe no tempo presente. É preciso, no tempo presente e em todos os momentos, ser fiel aos interesses da classe trabalhadora, mesmo e especialmente quando estes interesses sobrepõem-se aos interesses de categorias profissionais, de partidos políticos e de indivíduos, por mais importante que estes interesses particularistas o sejam.

---

[6] Refiro-me aos absurdos teóricos e militantes que supõem possível alcançar-se a emancipação humana e a transformação social na militância profissional seja ela institucional ou corporativa.

[7] Ver análise presente no seu brilhante texto: MARX, Karl. O 18 Brumário de Louis Bonaparte. (A revolução antes da revolução – Col. Assim lutam os povos. Vol. II). SP. Expressão popular, 2008.

Neste sentido, as pontuações que farei, no âmbito de um Congresso massivo como esse, não poderão tratar de cada movimento social particular existente nos últimos 30 anos em nosso país. Escolho, então, à guisa de um panorama dos movimentos sociais brasileiros falar dos traços mais gerais relativos aos mais importantes movimentos da classe trabalhadora brasileira para, após, procurar identificar três ou quatro determinações explicativas para o recuo, a meu juízo conjuntural, mas que tem feito a alegria pelo capital e seus apaniguados, como expressões inquestionáveis do fim da classe trabalhadora e da derrota definitiva de suas diferentes formas de organização política.

Enumerarei elementos de análise com um corte de classe, sem esquecer, mas também sem poder tratar de todo o conjunto de opressões diferenciadas que se estruturam no interior da classe. Peço desculpas, antecipadamente, por não poder dar conta desse âmbito importantíssimo do debate nesta intervenção.

A razão que me ocorre para o convite para falar sobre os movimentos sociais, neste Encontro, deve ter, suponho eu, alguma relação com a minha militância, posto que, na ocasião do III CBAS em 1979, minhas preferências e escolhas estavam bem distantes das opções acadêmico-intelectuais: centravam-se no esforço prazeroso de andar de bicicleta e nadar em rios, escondida dos meus pais, no bem distante daqui interior de Santa Catarina. Não vivi o memorável CBAS da "virada", tampouco posso mencionar de memória o "caldo político" de então e as eventuais similitudes que aquela situação poderia guardar com o tempo presente.

Minha hipótese primeira é a de que o tempo que tornou possível a construção do III CBAS – Congresso da Virada, em 1979 - e o tempo presente não guardam muitas semelhanças. O tempo que tornou possíveis as lutas que marcaram o Congresso da Virada foi de resistência à ditadura do grande capital, marcado por vigoroso crescimento da luta da classe trabalhadora; tempo no qual se cruzaram e revigoraram-se mutuamente as lutas por democracia e as lutas operárias contra a lógica do capital. Em tal situação, produziu-se um movimento de expansão e visibilidade das lutas gerais e

específicas do operariado e dos/as trabalhadores/as brasileiros/as.

Os dias e a situação de hoje – provisórios e temporâneos - é o do descenso das lutas dos/as trabalhadores/as em que, no máximo, temos conseguido resistir em torno de conquistas realizadas em anteriores épocas de confronto com a burguesia e o seu Estado; momento marcado por grandes perdas e de reversão de conquistas e nos quais imperam as fragmentações e divisões no interior da classe trabalhadora, substituem-se as lutas da classe por disputas intraclasse. Em tais ocasiões, tem-se a impressão de que o inimigo da humanidade – a classe burguesa – não mais precisa ser combatida e eliminada. Entretanto, o que a vida nos exige é bem o contrário: em tempos assim, maior deve ser nossa energia combativa e a clareza do que é substantivo para os/as trabalhadores/as.

Para exemplificar um destes períodos de resistência e de descenso das lutas em todo mundo, cabe lembrar a crise da década de 1970, que assolou as economias capitalistas e que produziu a investida do grande capital sobre o fundo público como elemento central para a tentativa de recuperação do capitalismo. Nestes mesmos anos também se tornou visível, nos países socialistas do Leste Europeu, a crise que nos decênios seguintes levou aquele ao colapso. Estas duas crises tiveram determinações recíprocas que aqui não serão exploradas. A remissão a estes importantes acontecimentos do último terço do século XX importa, porque os entendemos componentes vitais para a compreensão do descenso das lutas no mundo inteiro e que rebatem no Brasil e sobre a organização da classe trabalhadora brasileira, um pouco mais tarde. Porém observe-se: termos experimentado a vaga da crise do grande capital anos mais tarde do que a vivenciaram as organizações da classe trabalhadora nas economias centrais não é o mesmo que dizer que por aqui – no Brasil e na América Latina – as estratégias do grande capital foram implantadas com atenuada capacidade de corrosão das organizações dos/as trabalhadores/as. Até poder-se-ia supor que a implantação da estratégia neoliberal nas economias da periferia do capitalismo, por `tardia` em comparação ao momento de sua implantação no centro do capitalismo, tivesse

sua sanha atenuada pela resistência desencadeada, na sua gênese, pela classe trabalhadora. Entretanto, os questionamentos e desgastes que o projeto do grande capital pós-crise de 1973 enfrentou nos anos 1990, nas economias centrais, não aplacaram a voracidade – ao contrário, potencializaram-na - quando de sua execução nos países da periferia do capitalismo.

Vale lembrar que precederam aos governos de Margareth Thatcher e de Ronald Reagan os governos ditatoriais da América do Sul e, especialmente, a cruenta ditadura de Pinochet no Chile. Emblematicamente todos "legitimaram-se" pelo uso intensivo da força, sejam ditaduras ou pela imposição de amargas derrotas aos/às trabalhadores/as em luta – "juridicamente legais no jogo democrático"- como o foi no episódio do governo Reagan que derrotou a greve dos aeroviários nos Estados Unidos; igualmente sob o governo de Margareth Thatcher que, desde os primeiros dias de seu governo, numa luta feroz com uma importante fração do operariado inglês, derrotou-os após mais de um ano de greve e desmontou uma substantiva área econômica de atuação estatal. Foi preciso quebrar estes dois grandes movimentos sociais naqueles países, para que a classe fosse empurrada para uma ação de resistência na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Retenha-se, então, para fins didáticos e de argumentação:

1) o descenso do poder das organizações e da luta da classe trabalhadora `coincidiu` em tudo com a utilização de "políticas" de enorme violência – abertas e 'veladas' - por variados governos do grande capital. Ademais do uso da violência estatal sob a forma de política de segurança pública, das `polícias privadas' contra as organizações dos trabalhadores em luta, para a implantação de um novo momento da captura do fundo público pelo capital tornou-se imperativo reduzir dramaticamente os direitos da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, agigantar os favores estatais para o capital. Este processo é parte daquilo que alguns estudiosos denominam ofensiva neoliberal ou neoliberalismo;

2) o crescimento dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970 e ao longo da década de 1980, no Brasil, desenvolve-se na contramão das lutas operárias e da classe trabalhadora no mundo. Vale dizer: quando a trajetória das grandes lutas da esquerda planetária iniciava um momento de refluxo, no Brasil, lograva-se construir um extraordinário movimento da classe para si, como em raras vezes foi possível experimentar-se em nosso país.

3) há outro ponto que não se pode olvidar ao mencionar-se o Brasil: é o de que os sujeitos coletivos construídos ao longo dos anos 80 do século XX - especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) – constituíram-se os principais instrumentos de organização da classe trabalhadora em tempos recentes. Para Mauro Iasi[8], dois - o PT e a CUT - destes três grandes instrumentos de organização da classe trabalhadora brasileira tomaram rumos e desenvolvimentos que os fizeram anacrônicos para as necessidades dos/as trabalhadores/as e de suas lutas, isto é, para o enfrentamento ao capital pelo trabalho no presente estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil.

A aproximação e o alinhamento desses dois instrumentos da classe trabalhadora às necessidades do capital, na expressão de Virgínia Fontes[9], produziram uma aproximação quase "pornográfica" do capital e do trabalho e por isto e como tal, instrumentos superados para a luta da classe trabalhadora brasileira. Não estamos, porém, com isso, tornando desimportante a presença desses dois instrumentos na organização da classe trabalhadora brasileira no país nos últimos trinta anos.

Todavia, como mencionado acima, não basta na e para a luta de

---

[8] IASI, Mauro. As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento. SP. Expressão Popular, 2006.

[9] FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história. EPSJV/ Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p.

classes viver de "glórias do passado". A avaliação do desenvolvimento daqueles instrumentos em recentíssimos anos – especialmente após a ascensão ao governo de Luis Inácio Lula da Silva - justamente por lhes reconhecer o papel histórico que tiveram na organização da luta de classes no Brasil, exige-nos analisar criticamente suas contribuições e os obstáculos postos por eles no evolver da luta dos/as trabalhadores/as neste país. Ainda conforme Mauro Iasi (2006), o esgotamento desses dois instrumentos revela, por seu turno, o ocaso do projeto democrático-popular em nosso país.

4) O quarto ponto do qual não podemos descuidar, agora no âmbito do Serviço Social, é o de que o Movimento da Virada foi possível porque determinado por estas lutas e não como movimento endógeno ao Serviço Social. O Serviço Social e o Congresso da Virada puderam e podem ter esse "lugar mítico" porque esse movimento catalisou, no âmbito do Serviço Social, idêntica sintonia com os anseios e as lutas da classe trabalhadora naquele momento; dito de modo diverso, porque tomou consciência mesmo do seu lugar como trabalhador pertencente a uma classe social. A classe lutava e o Serviço Social, como parte da classe, também o fazia e assim respondia a demandas singulares que, no âmbito mesmo das lutas da classe, lhe tocava responder na atuação profissional que se politizava no movimento da luta de classe.

Parte da explicação das razões pelas quais ocorreu, no Serviço Social, semelhante movimento e explosão de energias na direção da superação do conservadorismo, já está solidamente analisada em alguns autores[10]. No estudo das determinações que possibilitaram tal desenvolvimento no interior do Serviço Social, deve-se insistir, evidentemente, que tal politização na direção dos interesses dos/as trabalhadores/as não se fez de modo homogêneo na categoria. Ao referir-me à sintonia existente entre o Serviço Social e ao movimento

---

[10] Veja-se, por exemplo: NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social. SP. Cortez. (Várias edições)

mais geral da classe trabalhadora, por óbvio, não posso desconhecer quais foram as vanguardas dessa categoria que possibilitaram essa virada, ou seja, a construção de um projeto afinado com a própria classe. Podemos também nos perguntar: por que ocorre nessa categoria e não ocorre o mesmo em várias outras? Essa, sem dúvida, não é uma pergunta lateral. Potencialmente, as outras categorias também poderiam desencadear mudanças de igual sentido a esta que ocorreu no Serviço Social.

Dentre as explicações diversas já levantadas na resposta a esta questão na literatura da área, parece-me adequado reconhecer: por um lado, a força material do real - o novo momento do desenvolvimento do capitalismo no Brasil por meio de uma ditadura do grande capital – que, ao saturar de limites o trabalho dos/as assistentes sociais, demonstrou duplamente a inadequação de seus referenciais teórico-políticos, seja no reforço ao projeto da classe trabalhadora, seja na adequação do projeto modernizante do grande capital.

Somou-se a tal determinação posta pelo real o engajamento e militância politicas das vanguardas da categoria profissional em várias organizações que, pela ação política organizada, encontraram elementos teóricos diferentes dos postos pela formação profissional de então; elementos necessários para analisar e transformar o real.

A minha hipótese, tomados os itens acima elencados, é de que mesmo os momentos de refluxo podem comportar aprendizados importantes, sobretudo aqueles potencializadores de força para a classe, sobretudo se a análise rigorosa do real tornar cristalino o que está em curso e avaliar o que ocorreu em momento anterior; mas como são momentos de derrotas são profundamente diversos dos momentos de crescimento das lutas de classe e, em geral, comportam desilusões e acomodação. A compreensão dessas particularidades históricas envolve processos quase sempre sofridos e níveis profundos de desesperança e fragmentação da classe, não pouco significativas na sua autorrepresentação e caracterização como classe para si. Parece-me ser este o estágio sob o qual vivemos no Brasil de hoje.

Karl Marx e Friedrich Engels escreveram o Manifesto Comunista e o distribuíram entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 1848 na Inglaterra. Nesta data estava reunida a Liga dos Comunistas para um Congresso, ao mesmo tempo em que eclodiam em Paris as lutas de 1848, e simultaneamente na cidade de Berlim, na Hungria e em vários outros países da Europa. Aqueles dias de luta para mudar o mundo foram cognominados "Primavera dos Povos". Marx e Engels não podiam antecipá-las, mas o Manifesto é dos mesmos dias destas lutas que, não obstante, foram transformadas em um profundo e cinzento inverno para o proletariado cruelmente esmagado pela burguesia e seu modo de produção, em ascensão na Europa.

Pouco depois, em carta ao Comitê Central da Liga Comunista[11], Marx e Engels - que deixaram Londres e partiram para a Alemanha a fim de dirigir a luta proletária em 1848 e 1849, e lá, armados, participaram inclusive das barricadas e trincheiras com os trabalhadores alemães – informam o que aprenderam com aquelas lutas e fizeram um balanço das derrotas e projetaram ações para o proletariado na sua luta por emancipar-se. Aprenderam e nos ensinaram, dentre outras coisas, que a pedagogia da luta de classes supõe a história como um elemento profundamente humano. Fizeram teoria, a partir da militância, posto que não eram, como bem pontuou Florestan Fernandes, "comunistas de gabinete". Puderam aprender, assim, que a luta revolucionária e a teoria revolucionária são elementos indissociáveis na construção da sociedade comunista.

Após esse texto, em carta ao Comitê da Liga Comunista, Marx e Engels precisaram afinar as suas ansiedades com referência ao tempo histórico no qual poderia florescer a revolução e já diziam, em carta datada do ano de 1850, que essa tarefa poderia demorar 10, 15, 20 ou 50 anos. No 18 Brumário de Luis Bonaparte, Marx solidificou a indispensável análise teórica para pensar e entender a conjuntura e nela as derrotas da classe.

---

[11] MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Mensagem do Comitê Central à Liga de março de 1850. In: FERNANDES, Florestan. Marx e Engels – História. SP. Ática, 1984.

Sua compreensão, entretanto, não o levou ao desespero e abatimentos por traições, e olha que a sua vida era bem pior do que a de operários medianamente bem sucedidos em nosso país.

Considerados os escritos de Karl Marx e Friedrich Engels de 1850 e 1851, a classe trabalhadora brasileira pode estar no processo de reconstruir-se para por em curso o que deve ser de sua natureza de classe para si realizar: lutar, incansavelmente lutar. Essa classe, conforme Marcelo Badaró[12], em obra recente, é hoje predominantemente urbana: 82,6% dos trabalhadores moram na cidade; dos 90 milhões e 786 mil trabalhadores economicamente ativos, apenas 18,3% estão em atividades agrícolas; em 1940, só 31,2% dos trabalhadores economicamente ativos moravam nas cidades; dos 90 milhões economicamente ativos, 8 milhões encontravam-se desocupados em 2007.

No campo, nas atividades agrícolas 28,5 dessa população empregada são considerados subempregados, porque 2/3 dela trabalham sem carteira assinada; 50% dela são considerados trabalhadores sem terra. Sobre a exploração da força de trabalho no campo, em 2008 foram libertados 5.244 trabalhadores submetidos ao trabalho escravo, dos quais 49% em plantações de cana de açúcar, um setor estratégico do governo Lula, em que os "heróis" são os proprietários da indústria canavieira e não os seus trabalhadores. Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a violência no campo, na última década, assassinou cerca de 39 lideranças dos trabalhadores, 72 foram vítimas de tentativas e assassinatos; sobre a infância, em 2007, 1 milhão e 234 mil crianças, entre 5 e 13 anos, trabalhava e a maioria sem qualquer remuneração.

Estes dados rapidamente enunciados mostram-nos o tamanho dos desafios a que nos interpela a nossa classe, seus movimentos

---

[12] MATTOS, M. B. Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009. 232 p.

sociais e nosso projeto ético-político. Parece seguro afirmar que, destarte nosso amadurecimento, a continuidade e a radicalidade de nossas lutas como categoria, por meio da organização de nossas entidades, só poderão ganhar e aprofundar seu sentido, se articulados no interior da classe, no conjunto das lutas da classe. A continuidade do nosso projeto político, na sua dimensão mais estritamente política, embora seja impossível separarem-se tais dimensões do real, está definitivamente hipotecada às lutas do conjunto da classe trabalhadora.

No âmbito imediato dos desafios da classe, há entre as forças mais combativas do sindicalismo e do movimento social e estudantil brasileiros, passos recentemente construídos: em junho de 2010, realizar-se-á um Congresso da Classe Trabalhadora para debater a construção de um instrumento unificado de lutas para que as frações e a classe trabalhadora como um todo possa retomar suas lutas. Os consensos, até agora, estabelecidos dizem que esse instrumento deve: 1) ser capaz de armar a classe para as lutas do presente; e 2) pavimentar o futuro de uma sociedade comunista. Ao Serviço Social e suas entidades organizativas, já profundamente direcionadas por essas referências de nossa classe em luta, caberá contribuir teórica e ideopoliticamente com tais construções, se assim essa base o indicar, e penso que deve indicar.

Cabe também continuar a direcionar os nossos melhores esforços para que a ação profissional - sem messianismos - aprofunde o nosso projeto ético-político, fortaleça não só a “classe em si”, pelo acesso individual aos direitos, algo sumamente importante, mas que possibilite e articule com os segmentos e frações da classe em luta, já constituídos como “classe para si”, a defesa coletiva de tais direitos. Pode-se pensar, por exemplo, como fazer isso no âmbito da saúde. A convicção de que nessa luta não podemos estar sós é de que a nossa responsabilidade por transformar é diversa entre os sujeitos sociais, o que, por outro lado, não deve nos levar a uma atitude comodista.

No âmbito das organizações da categoria, os movimentos sociais

esperam que essa categoria cada vez mais se junte aos movimentos da classe trabalhadora no Brasil, em suas lutas universais e particulares. No âmbito da academia, os movimentos sociais convocam-nos para a produção de análises e pesquisas coladas à realidade, que os ajudem a decifrar a própria classe, seus movimentos, o capitalismo contemporâneo, as suas ações no país e fora dele, o Estado e suas políticas sociais. Convocam-nos também, no âmbito das universidades, à leitura e formação política para os movimentos sociais, pelo estudo dos clássicos e para que disponibilizemos para os movimentos sociais organizados a cultura revolucionária e letrada, sistematizada pelos grandes pensadores da sociedade, em especial do conhecimento legado por pensadores da tradição marxista.

Aos/às que sabem que a roda da história gira movida pelas águas das relações sociais e da organização dos movimentos sociais das classes sociais, gostaria de lembrar a consigna do MST presente em um dos seus hinos e que me parece muito própria para dar conta da tarefa que nos cabe frente a essa gloriosa luta que travamos até aqui: "o amanhã pertence a nós, trabalhadores" diz o MST. Com Marx e Engels, do Manifesto Comunista, poderíamos acrescentar, "pertence a nós, trabalhadores", mas somente se nós, os trabalhadores e os proletários de todos os países nos unirmos. Muito obrigada.

São Paulo, novembro de 2009.

Vida Vamos Nós, E não Estamos Sós: Organização Política do Serviço Social

30

Mesa Entidades

IVANETE BOSCHETTI - CFESS

Boa tarde. Estou falando, nesta mesa, em nome dos companheiros e companheiras do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma gestão com 18 pessoas, cada uma de um lugar do Brasil. Cotidianamente, leio mais de 80 e-mails por dia, que trocamos para fazer os encaminhamentos do CFESS. O nosso Pleno reúne-se uma vez a cada 30 dias em Brasília (DF), de quarta a domingo, das 8h da manhã às 21h, às vezes até meia noite, para pensar estratégias coletivas de condução do Conselho Federal de Serviço Social, isto é, para consolidar, a cada dia, o que consideramos como o que há de mais rico na nossa profissão: o projeto ético-político profissional.

Por isso, falar a esse respeito é muito emocionante para mim, porque é uma construção extremamente coletiva. Já estive na ABEPSS, já estive em partido, já estive em centro acadêmico. Fiz da minha vida uma vida militante em várias organizações, mas não conheço, não havia conhecido, até então, historicamente, nenhuma organização tão coletiva, tão democrática, tão colegiada e tão participativa quanto o conjunto CFESS-CRESS. Milito nesse conjunto

com muita paixão, mas também com muita admiração, porque esse Conjunto tem uma capacidade de pensar as questões específicas e particulares da profissão, mas vai muito além do Serviço Social.

No Fórum dos Conselhos de Profissões Regulamentadas, não vejo isso em nenhum outro Conselho. Os conselhos, em geral, pautam suas demandas, suas agendas e questões, a partir exclusivamente da referência corporativa, ao passo que o conjunto CFESS-CRESS pauta as questões da profissão a partir do real e das demandas sociais, isto é, a partir de sua inserção na realidade. Então, nesse sentido, esse conjunto é único nas profissões, assim como na realidade brasileira e mundial, que também tive a oportunidade de conhecer um pouco, em função da minha inserção na Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais (FITS), representando o CFESS.

Gostaria de pontuar cinco questões que considero fundamentais para refletirmos, a partir desse significado do Conjunto CFESS-CRESS. Temos muitos, inúmeros, fundamentais, difíceis desafios, mas há cinco questões que estão na pauta, ou melhor, estiveram já na agenda e no programa de ação que esteve na base da nossa campanha para eleição para o CFESS, quando a chapa que se tornou a gestão "Atitude crítica para avançar na luta" foi eleita. São questões que estão presentes em todas as ações que pensamos, planejamos e levamos para os encontros, as quais submetemos às análises dos CRESS e da base dos/as assistentes sociais que participam dos processos de decisão colegiada.

Uma primeira questão que permanece, sempre foi e sempre será um dos nossos grandes desafios, é que tenhamos condições, nessa conjuntura - já bastante discutida aqui - de mobilizar e potencializar as condições objetivas e subjetivas para seguir resistindo e para seguir fortalecendo a articulação com os movimentos da classe trabalhadora. Essas condições objetivas e subjetivas não estão dadas a priori e nem chegam até nós, sem que as mobilizemos e potencializemos.

Por isso, é fundamental que possamos construir isso como desafio diante de certas condições objetivas, com as quais nos deparamos cotidianamente, que são, às vezes, absolutamente perversas, em

matéria de condições de trabalho: baixos salários, precarização e dificuldades que temos, não só como profissionais e militantes, mas como cidadãos e cidadãs no acesso aos direitos, aos serviços e a tudo aquilo que é necessário para a reprodução das nossas vidas. Há que ter também condições subjetivas, porque não é fácil militar, abrir mão de horas e, às vezes, de dias, muitos dias das nossas vidas, do convívio com nossas famílias, amores, filhos/as, que nos cobram também ausências e muitas vezes acabam fazendo com que tenhamos vontade de desistir. Precisamos também construir outros movimentos e outros espaços, mas só a perseverança, a convicção e a crença na militância faz com que consigamos superar essas dificuldades.

É difícil ouvir os/as alunos/as nos cobrando, quando faltamos aula. É muito difícil, porque eles/as têm o direito de ter o/a professor/a em sala de aula para realizar aquela atividade. É difícil também enfrentar os/as colegas de trabalho, a nos cobrarem por nossas ausências no cotidiano profissional, em particular nas reuniões. Eles/as também têm o direito, porque é nosso dever estar lá exercendo o nosso trabalho cotidiano, mas tudo isso faz parte de um projeto. Tudo isso faz parte daquilo que é possível, pois temos que tornar o impossível possível. Por isso, as condições subjetivas têm que ser criadas ou potencializadas para que possamos fazer dessas condições subjetivas também uma possibilidade de luta.

Um segundo elemento que está muito presente na nossa gestão do CFESS é a nossa preocupação com a permanente e continuada qualificação do exercício profissional, para além da formação na instituição de ensino. Nesse sentido, vimos desenvolvendo vários projetos. Temos, assim, que continuar nessa perspectiva de uma busca de trabalho qualificado, porque é pelo trabalho, fundante da vida, que podemos construir, ou seja, ir além do trabalho imediato e reiterativo, do trabalho que, às vezes, nos oprime e nos explora, mas que, pela nossa condição, devemos tentar transformar. Foi com o intuito de contribuir com a qualificação do exercício profissional que realizamos mais uma edição do Curso de Especialização em Serviço Social, em conjunto com ABEPSS e CEAD/UnB, com a temática Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais.

Foi também na direção de fortalecer a qualificação do debate sobre o trabalho profissional que organizamos vários Seminários Nacionais gratuitos em conjunto com entidades da categoria. Este é o quarto que finalizamos nesse ano de 2009, para discutir o trabalho profissional, mas também para consolidar o Plano Nacional de Luta em Defesa do Trabalho e da Formação com Qualidade. Todas as nossas publicações e posicionamentos ético-políticos buscam potencializar os espaços de socialização de informações para mostrar que nossas ações são resultado das discussões e construções coletivas desse Conjunto.

Um terceiro elemento que vem orientando a direção do CFESS e que continua sendo um desafio para nós é a luta por direitos do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Refiro-me à luta por condições de trabalho, condições técnicas, éticas e direitos relativos ao trabalho mais gerais, não só para os/as assistentes sociais, mas para toda classe trabalhadora desse país. É nessa perspectiva, portanto, que conduzimos nossa gestão, na luta pelos projetos de lei, com uma atuação forte junto ao Legislativo, para tentar aprovar projetos de lei na perspectiva de melhoria das condições de trabalho e de condições éticas e técnicas com as nossas resoluções.

A nossa luta pelo PL 30 horas pode servir de exemplo, assim como a nossa luta pelo PL de piso salarial que retomamos, defendendo 10 salários mínimos. O PL do Serviço Social na educação, outro exemplo, não visa só aumentar campo de trabalho para os/as assistentes sociais. Queremos que, em cada lugar desse país, cada política social, cada escola, cada espaço profissional, tenha um/a assistente social imbuído/a dessa perspectiva do nosso projeto ético-político de ampliar direitos e garantir o atendimento com qualidade aos/às usuários/as. É esse o sentido da melhoria das condições de trabalho, para que possamos nos conectar o mais profundamente possível com as lutas da classe trabalhadora, dos/as usuários/as dos serviços com os/as quais trabalhamos e mediamos cotidianamente.

Um quarto elemento muito importante que vem orientando a nossa ação é a intervenção nos processos de formulação e debates dos direitos e das políticas sociais. A finalidade é garantir políticas públicas

universais e direitos para todos/as, de maneira que as políticas sociais possam ser um elemento de redução das desigualdades. Inserimo-nos, sobretudo nessa gestão, em todos os conselhos nacionais, nos fóruns e comissões de representação das políticas sociais. Nossa perspectiva é de que essa inserção não seja uma ação em si, mas constitua uma mediação, para que possamos atuar na defesa da ampliação dos direitos e universalização das políticas sociais.

Um quinto e último elemento, sem o qual nenhum outro é possível, é o fortalecimento das nossas entidades: o Conjunto CFESS-CRESS, a ABEPSS e a ENESSO. Ele é fundamental para manter essa articulação preciosa que construímos ao longo desses 30 anos. Somente na década de 1980 o Conjunto, que era formado pelo CFAS-CRAS e agora pelo Conjunto CFESS-CRESS, fez a sua Virada e se colocou em outro lugar. Por isso, não vamos cair no "canto da sereia" do sindicalismo corporativo que não se vincula às lutas da classe trabalhadora, que está criando sindicatos de assistentes sociais com cinco profissionais nas assembleias. Vamos fortalecer os CRESS e o CFESS. Vamos fortalecer a ENESSO. Vamos fortalecer essas entidades que estão na luta há 30 anos, de fato, pela defesa dos direitos, com uma perspectiva autônoma da burguesia e dos governos, que tentam repassar recursos para essas entidades e impor a elas a sua orientação arrefecer a sua perspectiva de luta.

Amanhã, a FENAS realiza um Congresso em Brasília, colocando na mesa de abertura apenas dirigentes governamentais. Onde estão os movimentos sociais que estavam na mesa de abertura deste seminário organizado pelas entidades nacionais? O fortalecimento da nossa organização política é uma condição objetiva e fundamental. Sem ela, não seguiremos à frente neste projeto. Hoje, temos que denunciar este tipo de estratégia, pois esses Sindicatos de Assistentes Sociais estão indo contra a Lei de Regulamentação da Profissão, que fortalece o Conjunto CFESS-CRESS e o nosso Código de Ética. Estão entrando com ações na justiça em vários estados, no intuito de destruir o Conjunto CFESS-CRESS, com o fim de reduzir aquilo que é a única fonte possível para realizarmos todas essas ações, ou seja,

as anuidades pagas aos Conselhos Regionais e que são definidas em assembleias da categoria. Esses seminários que estamos realizando gratuitamente são financiados pelas anuidades pagas pelos/as assistentes sociais.

São essas anuidades que garantem nossas ações de luta. Esses sindicatos, à revelia da Lei de Regulamentação, estão entrando com ação na justiça questionando os valores definidos nas assembleias. A redução das anuidades coloca em risco o funcionamento dos CRESS. Como defender e fortalecer a profissão e o projeto ético-político sem fortalecer as entidades da categoria? Será que esses sindicatos querem mesmo fortalecer o serviço social ou querem acabar com as entidades que há 30 anos vêm fortalecendo e construindo esse projeto nacionalmente, no âmbito dos seus espaços?

Por isso, neste evento, colocamos algumas faixas para as quais eu gostaria de chamar a atenção. As condições objetivas a que me referi são fundamentais, porque a "miséria é um insulto"! Elas são fundamentais porque a "desigualdade, a exploração e opressão são expressões da barbárie". Por que a política e a vida sem música seriam um erro? Porque a "política passa-se nas ruas", porque convidamos todos e todas que aqui estão e também os que estão nos assistindo para cantar a vida, para fortalecer as lutas do conjunto CFESS-CRESS, da ABEPSS e da ENESSO. Fazer do inconformismo um fermento para a nossa ação, fazer com que as nossas perspectivas e as nossas compreensões transformem-se em lutas. É preciso não apenas compreender a realidade, mas é preciso transformá-la! Por isso, convidamos todos/as a cantar a vida e lutar conosco para consolidar nosso projeto ético-político profissional.

Vida Vamos Nós, E não Estamos Sós: Organização Política do Serviço Social

30

Mesa Entidades

AUREA SATOMI FUZIWARA - CRESS-SP

(O início desta fala está sem áudio durante os 12 (doze) primeiros minutos).

Que demarquemos também as diferenças, quando defendemos os projetos, algumas questões devem ser veementemente combatidas como algumas pautas que o Conjunto já fez bastante acertadamente. Temos aí a agenda em relação à descriminalização do aborto, o combate à homofobia, a defesa intransigente dos direitos humanos, enfim, são pautas que nós temos colocado com bastante clareza, e o exercício que temos nos empenhado também é como essas pautas, políticas, macros, se expressam também nos nossos espaços de trabalho, como dialogamos entre nós, trabalhadores/as, e com os/as usuários/as de serviços onde estamos atuando.

Nesse sentido também, a importância da formação de quadros, de lideranças e da articulação da base; como um exemplo, nós gostaríamos de deixar uma experiência que foi extremamente importante para o CRESS de São Paulo: no ano passado em nosso

primeiro encontro de dirigentes, reunindo os 84 diretores eleitos no estado de São Paulo, fizemos um encontro na Escola Florestan Fernandes (do MST) e foi uma experiência muito importante, porque, além de estarmos reafirmando a aliança, estivemos em um espaço em que há um empenho de realmente partilhar a vida desde as atividades mais simples aos debates mais acalorados.

Tem sido colocado que os movimentos sociais estão desmobilizados também. Acho que a professora Sara Granemann trouxe reflexões riquíssimas e nós temos debatido muito que os/as assistentes sociais não precisam dialogar com os movimentos sociais, nós temos que estar por dentro dos movimentos. Muitas vezes estamos falando sobre os movimentos. E eu acho que a gente superou, a gente tem isso posto muito claramente nas nossas bandeiras, nos nosso Código de Ética e precisamos realmente nos inserir nesses espaços de luta social, então, não olhar, não debater, não pensar o movimento como quem olha de fora, porque nós devemos estar por dentro dos movimentos de luta social.

Enfim, acho que são esses pontos de agenda política que nós queremos colocar para o debate e, para finalizar, penso que, adensando todos esses pontos que a gente tentou colocar aqui rapidamente, é a nossa capacidade de mobilizar a base e que a base também esteja nos espaços, porque os dirigentes das entidades (da categoria) do Serviço Social são militantes que estão na sua agenda construindo espaços para poder compartilhar com companheiros/as, pensar as estratégias, pensar a ampliação do nosso vínculo com os movimentos sociais, de podermos discutir com os/as profissionais nos seus espaços de trabalho a questão do exercício profissional, da ética profissional com um horizonte maior, que é realmente afirmar as bandeiras que a gente apontou aqui da defesa de direitos humanos, do combate a toda forma de opressão, mas que isso tem que se expressar no cotidiano, inclusive nas relações entre as entidades, para que a gente possa realmente construir espaços democratizantes e que seja espaços pedagógicos, porque a democracia exige a experiência democrática também.

Acho que quando é colocado que o Brasil tem pouco tempo de experiência democrática: isso deve impor com que nós exijamos muito mais combativamente que esses espaços sejam democratizados muito mais, com muito mais vigor. Porque se temos muito menos tempo de experiência democrática, isso é uma agenda política, nós temos que tensionar para que realmente os espaços sejam construídos por nós, pela pauta dos/as trabalhadores/as e que realmente a gente enfrente essas contradições, mas por dentro, não como quem fala de fora, mas que estejamos por dentro com bandeiras em comum, não em torno de falsos consensos, mas que possamos fazer alianças efetivas expressando para a sociedade com clareza o que estamos defendendo. Sem essa clareza, nós não mobilizamos, nós não nos envolvemos e também não conseguimos fazer o convencimento no campo das idéias e da luta social. Acho que inicialmente essas provocações que eu queria deixar. Obrigada.

Vida Vamos Nós, E não Estamos Sós: Organização Política do Serviço Social

30

Mesa Entidades

ELAINE BEHRING - ABEPSS

Estou com essa flor na mão, porque muito se falou de analogias botânicas nesse evento. Falou-se que 1979 foi uma semente que teve um antes, depois houve um momento de inflexão, o Congresso de 1979 propriamente dito, e após, os 30 anos pós-1979. Chegamos aqui hoje e a flor é vermelha, porque ela cresceu e se desenvolveu pela margem esquerda, como disse Marilda Iamamoto ontem. Ela ainda continua pela margem esquerda na crítica ao neoliberalismo, na crítica à contrarreforma, na perspectiva de uma articulação com os sujeitos políticos que também estão na margem à esquerda das lutas sociais no Brasil.

Esse foi o compromisso que reafirmamos nesses dias e, mais do que isso, plantamos aqui mais umas tantas outras sementes que vão crescer e se desenvolver vermelhas, vigorosas, para ver se conseguimos fazer a grande Virada, que não é apenas a nossa Virada do Serviço Social Brasileiro. Essa nós já fizemos há 30 anos. Falo da Virada do Brasil, da Virada do Capitalismo, da Virada para uma

sociedade sem exploração, sem opressão de classe, de gênero, de raça, sem discriminação, sem preconceito. Esse é o nosso projeto.

Esses dias, nós que organizamos esse evento estamos muito emocionados/as e muito felizes também, porque esse evento - recorrendo novamente à analogia botânica - é puro adubo para gerações futuras e também para nós que estamos na direção das entidades, pensando, formulando e enfrentando. A legitimidade para o cumprimento desse mandato e projeto foi-nos dada pelos fóruns e espaços democráticos dessa categoria, para que construíssemos e reconstruíssemos permanentemente, mas sempre com a direção estratégica da emancipação, o que apelidamos de projeto ético-político profissional.

Do ponto de vista da formação, o que isso significa? Significa que muitos/as professores/as, estudantes e assistentes sociais vão estar na próxima semana conosco no Rio de Janeiro (RJ), dando continuidade à luta. Estaremos todos/as pensando em como implementar as diretrizes curriculares no contexto que nos foi apresentado aqui, de uma presença neoconservadora na Universidade, do pensamento pós-moderno e do ressurgimento do mito da neutralidade científica. Como fazer, pois, pesquisa relevante socialmente sintonizada com as demandas sociais reais da população brasileira, por meio dos grupos temáticos de pesquisa da ABEPSS, propondo uma agenda para o Brasil e saindo dessa pesquisa minúscula, microcósmica que está sendo proposta pelos ambientes pós-modernos?

Como vamos manter o vigor da teoria crítica? A teoria crítica não é um dogma estacionado, ela é reconstruída todos os dias e precisa ser realimentada com os elementos de realidade. Por isso, o Serviço Social brasileiro vem, inclusive, sendo procurado por outras áreas do conhecimento, especialmente jovens intelectuais que têm migrado para os nossos cursos de pós-graduação. Ali vão ter fermento para a sua reflexão, fugindo dos espaços contaminados por uma pesquisa e por uma reflexão extremamente subjetivistas e por vezes inclusive irrelevantes, do ponto de vista social mais geral, considerando as

demandas da sociedade brasileira e as de um projeto nacional, um projeto de país que supere a nossa imensa iniquidade. Esse é, aliás, o tema da belíssima campanha que o conjunto CFESS-CRESS adotou ao longo deste ano.

Então, o que temos a dizer é que a agenda da ABEPSS consiste no fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão nos níveis de graduação e de pós-graduação. Trata-se do plano de lutas contra a precarização, mercantilização e a banalização do ensino superior no Brasil, e que está disponível na nova página da ABEPSS para todos/as conhecerem e também na página do CFESS já há algum tempo, em que temos várias ações que estão em curso ou que precisam ser incrementadas no próximo período. Um dos pontos da agenda da ABEPSS, já a partir da próxima semana, quando estaremos fechando um documento no Rio de Janeiro, é a política nacional de estágio supervisionado - concebido como treinamento em serviço com qualidade e não como exploração de mão de obra barata dos/as estudantes. Logo, é uma atividade que precisa ter supervisão de campo e supervisão acadêmica, a qual também deve ter um limite de número de alunos/as, para que possa, como disciplina, cumprir com o seu papel de uma reflexão sobre o exercício profissional, à luz da ética, da teoria social e das reflexões sobre a política social no Brasil.

Essa é a agenda imediata, mas essa questão faz parte de um processo mais amplo que é exatamente a necessidade e exigência de criar parâmetros para a qualificação da formação profissional no Brasil. É sobre isso que temos nos debruçado no âmbito da ABEPSS. Vamos revisitar o debate sobre as diretrizes curriculares, tendo em vista pautar também algumas polêmicas que precisamos enfrentar - polêmicas teórico-metodológicas e políticas sobre a relação entre trabalho e o Serviço Social, a relação entre Serviço Social e questão social, o lugar da política social nesse debate. São questões que precisamos retomar e que fizeram parte do debate das diretrizes, as quais requisitam uma reflexão permanente, inclusive para capacitar os/as jovens professores/as, para qualificar o debate na sala de aula e para fortalecer, lá na frente, esse perfil de assistente social que o Brasil precisa.

Qual é o/a assistente social de que o Brasil precisa? É um/a profissional crítico/a, que tem no seu exercício uma dimensão investigativa clara, mais um compromisso com a classe trabalhadora por meio da implementação dos direitos e coletivização das demandas. É um/a profissional que consegue ver além das aparências e ultrapassa o véu da "pseudoconcreticidade", como nos diz Karel Kosik. Parece que essa é a agenda da ABEPSS, uma espécie de agenda permanente, logo, não é uma agenda apenas dessa gestão, mas uma agenda contínua. Olho para Ana Elizabete, para Josefa Lopes, para Eugênia Raizer, para Ivanete Boschetti, que também já foi presidente da ABEPSS, e para tantas outras/os colegas que estão aqui presentes nesses dias - são tantos/as, tantos/as que não dá para nominar todo mundo! Sabemos que essa é uma agenda contínua, permanente, mas ela tem uma direção estratégica.

Queria finalizar minha intervenção, dizendo que esse projeto ético-político tem três pilares. Não vou, porém, falar dos instrumentos profissionais e de luta, como a Lei de Regulamentação da Profissão, do Código de Ética e as Diretrizes Curriculares. Quero reforçar três elementos que para mim são absolutamente essenciais e emocionantes nessa construção coletiva, e é por isso que me entrego tanto a ela. Quero falar também em nome de toda a diretoria da ABEPSS, que tem se envolvido profundamente nesse processo de construção junto comigo. Para mim, há três elementos fundamentais: o primeiro é a democracia. Esse projeto não teria a vida que tem e não teria conseguido evitar esse dilaceramento da esquerda brasileira, sem uma radical defesa e prática da democracia interna. Parece-me que isso é uma das dimensões mais importantes de serem preservadas na nossa construção coletiva. Em todas as nossas entidades, há um profundo respeito pelas deliberações coletivas.

Agora a democracia por si tem que estar agregada a mais dois elementos. O segundo elemento é, portanto, a razão, que é a nossa capacidade analítica da realidade, alimentada pela teoria crítica, para que consigamos interpretar os sinais e traduzi-los em ação, ou seja, em propostas concretas de intervenção político-profissional. Mas tem

ainda um terceiro elemento essencial, que é a sensibilidade. Também temos que construir esse projeto - e penso que vimos fazendo isso - com sensibilidade! Porque há momentos em que temos que dar um passo atrás para depois, ali na frente, dar dois adiante.

Sim, tem horas que precisamos repensar a estratégia e, para isso, temos que ter sensibilidade. Neste evento mesmo, houve vários momentos em que tivemos que exercitar a nossa sensibilidade, contemplar demandas que inicialmente não estavam contempladas, mas respeitando sempre e com muita sagacidade o processo democrático. Com esses três elementos, o nosso projeto ético-político vai ter vida longa. Então, vida longa ao projeto ético-político e uma flor vermelha para todos/as vocês. Obrigada.

Programação

Dia 16/11/2009

8 às 10h - Credenciamento

10h - 12h - Ato de Abertura: Começaria Tudo Outra Vez
CFESS, CRESS/SP, ALAEITS, ABEPSS, ENESSO, Conlutas, Intersindical, CUT, Andes, Tortura Nunca Mais, MST, CMP, Marcha de Mulheres

14h - 17h - A Chama em Meu Peito Ainda Queima, Saiba! Nada Foi em Vão...

Depoimentos de Sujeitos que Participaram do Congresso da Virada

- Luiza Erundina
- Vicente Faleiros
- Bia Abramides
- Josefa Lopes
- Regina Marconi
- Márcia Pinheiro
- Leila Lima Santos
- Célia Vilarinho
- Aldaíza Sposati
- Maria Inês Bravo
- Socorro Cabral
- Mariângela Belfiori

18h - 21h - A Fé no Que Virá e a Alegria de Olhar prá Trás: 30 Anos do Projeto Ético Político Profissional
- José Paulo Netto
- Marilda Iamamoto

21h - Festa da Virada
Então eu Cantaria a Noite Inteira, Como já Cantei, Cantarei

17/11/2009

9h - 12h - Mesa Redonda: Diálogo sobre os Desafios do Projeto Ético Político Profissional
- Lucia Barroco
- Maria Carmelita Yazbek
- Ana Elisabete Mota
- Sara Granemann

14h - 18h - Vida Vamos Nós, E não Estamos Sós: Organização Política do Serviço Social
- CFESS
- ABEPSS
- ALAEITS
- ENESSO

19h - Encerramento
- CRESS-SP
- ENESSO
- ABEPSS
- CFESS

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br

ISBN 978-85-99447-14-7

9 788599 447147